

**LÉLIO LOUREIRO DA SILVA**

**AS REPRESENTAÇÕES DOS KAIOWA-ÑANDEVA NO JORNAL  
*O PROGRESSO* NA DÉCADA DE 1980.**

**LÉLIO LOUREIRO DA SILVA**

**AS REPRESENTAÇÕES DOS KAIOWA-ÑANDEVA NO JORNAL  
*O PROGRESSO* NA DÉCADA DE 1980.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em História, da Universidade Federal da Grande Dourados, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Jérri Roberto Marin

**Dourados – 2007**

**LÉLIO LOUREIRO DA SILVA**

**AS REPRESENTAÇÕES DOS KAIOWA-ÑANDEVA NO JORNAL  
O PROGRESSO NA DÉCADA DE 1980.**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador:

Prof. Dr. Jérri Roberto Marim

2º Examinador:

Prof. Dra. Niminon Suzel Pinheiro

3º Examinador:

Prof. Dra. Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti

Dourados-MS, 01 de novembro de 2007.

**DADOS CURRICULARES**

**LÉLIO LOUREIRO DA SILVA**

**NASCIMENTO 09/12/1962 – JOSÉ BONIFÁCIO-SP**

**FILIAÇÃO Ramona Loureiro da Silva  
Evaristo Rodrigues da Silva**

**1988/1992 Curso de Graduação em Psicologia  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Filho – UNESP – Assis.**

**1994 Curso de Especialização em Metodologia do Ensino  
Faculdades Integradas de Dourados - UNIGRAN**

**2005/2007 Curso de Mestrado em História – Mestrado  
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD**

## RESUMO

Este trabalho consiste em uma análise das notícias, veiculadas pelo jornal *O Progresso*, durante a década de 1980, que enfocaram as etnias Kaiowa-Ñandeva e o seu movimento social de retomada dos antigos territórios de ocupação tradicional. Para entender a postura editorial adotada por esse diário douradense, realizou-se um estudo histórico desse órgão de imprensa onde se constatou um compromisso do mesmo com os ideais que embasaram o processo de formação da identidade sul-mato-grossense e que forjaram os projetos governamentais de ocupação e desenvolvimento da região. Nesse período, o matutino publicou várias notícias que retratavam as ações promovidas por instituições governamentais e não-governamentais. É por meio da divulgação dessas ações que essas instituições passaram a representar os Kaiowa-Ñandeva. Também foram publicadas várias notícias que reproduziam a violência existente entre os habitantes da Reserva Indígena Francisco Horta Barbosa e entre não-índios e índios na desocupação das áreas atingidas pelo movimento de retomada dos territórios tradicionais.

## ABSTRACT

This work consists in an analysis of the news, transmitted by the newspaper *The Progress*, during the decade of 1980, that they focused the etnias Kaiowa-Ñandeva and yours social movement of retaking of the old territories of traditional occupation. To understand the editorial posture adopted by this douradense diary, it went accomplished a historical study of this news organ where it was verified a commitment of the same with the ideals that based the process of formation of the identity sul-mato-grossense and that it forged the government projects of occupation and development of the area. In this period, the diary published several news that portrayed the actions promoted by institutions government and no-government. It is through the divulgation of those actions that those institutions started to represent the Kaiowá-Ñandeva. It were also published several news that reproduced the violence existent between the Indigenous Reservation's Francisco Horta Barbosa inhabitants and between no-Indians and Indians in the vacating of the areas reached by the movement of retaking of the traditional territories.

*A meu pai (in memoriam) e a minha mãe  
aos quais dedico um profundo amor e  
agradecimentos pela liberdade e apoio nas  
minhas escolhas.*

## **AGRADECIMENTOS**

A minha família pela compreensão nos momentos de distanciamento.

A Niminon que me introduziu na “estrada” junto aos Povos Indígenas.

A Cláudia Andujar que me apresentou os Yanomami e me apoiou na minha estada com eles.

Aos amigos e colegas da Escola Estadual Abigail Borralho, em especial a Márcia Viegas, que acreditaram no meu profissionalismo e oportunizou a minha convivência na Reserva Indígena Francisco Horta Barbosa.

Aos professores e funcionários da Escola Municipal Tengatui Marangatu pelo carinho e respeito.

Ao professor João Machado que acreditou no meu trabalho e apoiou a minha permanência como professor na Reserva Indígena Francisco Horta Barbosa.

Com imenso carinho, à coordenadora Edna de Souza pelas preciosas prosas sobre o modo de ser Guarani e a sua relação com o mundo atual.

Com especial agradecimento, ao grupo familiar orientado pelo cacique Getúlio, juntamente com sua esposa Alda e a filha Aldinéia, pela acolhida e pelos ensinamentos da cultura Kaiowa.

A todos os jovens, das aldeias Bororo e Jaguapiru, principalmente os da AJI – Ação dos Jovens Indígenas, pelos momentos alegres e divertidos.

Aos meus alunos, Kaiowa, Guarani, Terena e Mestiços, pelas ricas trocas de conhecimento e sabedoria.

Ao professor Dr. Jérri pelas orientações e sugestões.

Ao Carlos, Centro de Documentação da História – CDH, pela colaboração na coleta de dados.

Aos amigos e amigas Dona Adelina, Jane, Alan, Socol, Eliane, Dani, Lauriene, Iza, Zelik, Vera, Roberta, Alexandre e Marcela pela amizade e apoio.

Às parceiras Marta e Taz pelo amor e incentivo nesta caminhada.

## SUMÁRIO

Resumo	
Abstract	
LISTA DE FIGURAS	
LISTA DE ABREVIATURAS	
INTRODUÇÃO	12
1 – JORNAL <i>O PROGRESSO</i>	24
1.1 – O Histórico do <i>O Progresso</i>	24
1.2 – Os Principais Articulistas	30
1.3 – <i>O Progresso</i> na Década de 1980	34
1.4 – Os Guarani nas Páginas do <i>O Progresso</i>	38
2 – <i>O PROGRESSO</i> E AS INSTITUIÇÕES QUE REPRESENTAVAM OS ÍNDIOS	53
2.1 – O Órgão Governamental Tutor: do SPILTN a FUNAI	53
2.2 – O Conselho Missionário Indigenista – CIMI	63
2.3 – <i>O Progresso</i> e as Instituições Silenciadas	70
2.3.1 – A Missão Evangélica Caiuá	70
2.3.2 – As Instituições Universitárias	72
2.3.3 – As Instituições Políticas	75
2.3.4 – O Projeto Kaiowa-Ñandeva – PKÑ	79
3 – O PERSONAGEM ÍNDIO: índio bom ou índio mau?	82
2.1 – O índio mau?	82
2.2 – O índio bom?	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	115
Anexos	120

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Reserva Indígena Francisco Horta Barbosa.....	13
Figura 2 – Mapa do Território de ocupação Kaiowa-Ñandeva.....	16
Figura 3 – Mapa do Posto Indígena Francisco Horta Barbosa.....	57
Figura 4 – Foto – Ramão Machado.....	88
Figura 4 – Foto – Marçal de Souza- <i>Tupã 'i</i> .....	106
Figura 5 – Foto – Marçal de Souza- <i>Tupã 'i</i> .....	109

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABIM	Agência Brasileira de Imprensa
CAMD	Colônia Agrícola Municipal de Dourados
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CEUD	Centro Universitário de Dourados
CIMI	Conselho Missionário Indigenista
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
EBN	Empresa Brasileira de Notícias
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
MAIC	Ministério da Agricultura Indústria e Comércio
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PKÑ	Projeto Kaiowa-Ñandeva
PPT	Proyecto Paï-Tavyterã
PSD	Partido Social Democrático
RADIOBRAS	Empresa Brasileira de Comunicação
RID	Reserva Indígena de Dourados
SBPC	Sociedade Brasileira de Pesquisa e Ciência
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
UDN	União Democrática Nacional
UNI	União das Nações Indígenas

## INTRODUÇÃO

*“Porque o índio, para muitos brasileiros, é objeto de chacota, de graça, de palhaçada. Para outros, o índio é um beerrão, preguiçoso, maltrapilho, vagabundo, um ladrão que não presta para nada. Para outros, minha gente, para os que estão no poder, para a gente que tem interesse nas terras dos índios, para esses, o índio não é palhaço, não é peça de chacota. Para esses, o índio é um empecilho para o avanço da sua ganância”.*

*Daniel Cabixi – Líder Pareci*

No decorrer de quase uma década trabalhando<sup>1</sup> junto aos Kaiowa, Ñandeva<sup>2</sup> e Terena que habitam a Reserva Indígena Francisco Horta Barbosa<sup>3</sup>, localizada entre os municípios de Dourados e Itaporã, no estado de Mato Grosso do Sul, tenho observado o quanto esse povo é discriminado e desconhecido pela população que compõe a segunda maior cidade do Estado.

A maior parte da população douradense, aproximadamente 180.000 (cento e oitenta mil) habitantes, demonstra desconhecer a existência da RID que fica a uma distancia de apenas cinco quilômetros do centro urbano. Essa ignorância abrange desde

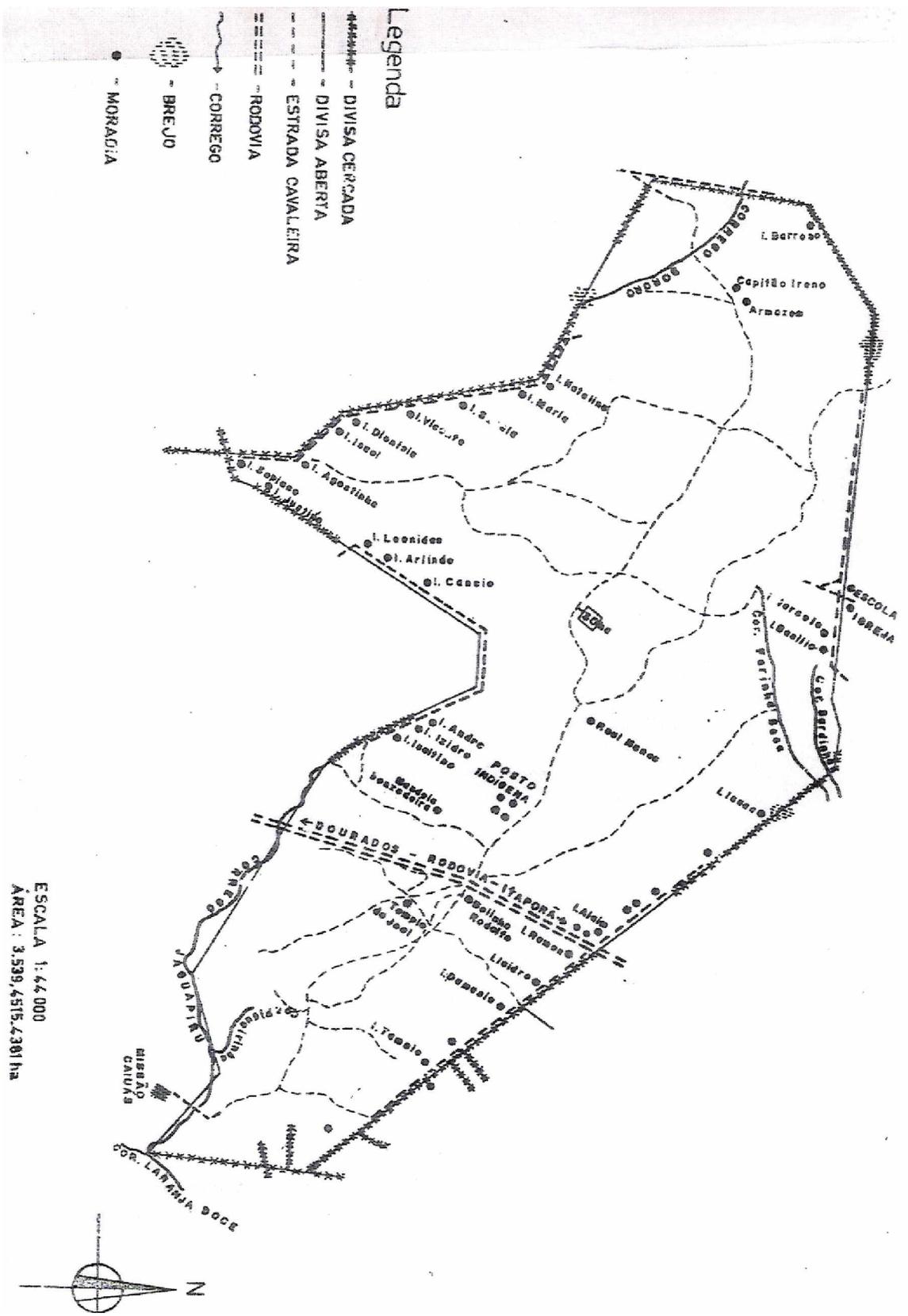
---

<sup>1</sup> Comecei a trabalhar com os povos indígenas no primeiro semestre de 1998, na Terra Indígena Yanomami-RR, como alfabetizador na Língua Yanomami. Em 1999 vim trabalhar, como professor das séries iniciais do ensino fundamental, na Escola Tengatui Marangatu, situada Reserva Indígena Francisco Horta Barbosa. Atualmente continuo trabalhando como professor da 1ª Fase do ensino fundamental da EJA – Educação de Jovens e Adultos na referida Reserva.

<sup>2</sup> O grupo Guarani Ñandeva, que habita o Mato Grosso do Sul, se autodenomina como Guarani, porém, neste trabalho não é possível respeitar essa autodenominação já que em vários momentos o termo Guarani é usado para citar a etnia.

<sup>3</sup> A Reserva Indígena Francisco Horta Barbosa é mais conhecida por Reserva Indígena de Dourados – RID. A partir desse momento utilizarei a sigla RID como referência à Reserva.

# RESERVA INDÍGENA FRANCISCO HORTA BARBOSA



aspectos culturais até geográficos.

A RID foi criada, em 1917, pelo Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) com 3.600 hectares (CIMI, 1997, p. 20). Sua população é composta por duas etnias: Guarani, subgrupos Kaiowa e Ñandeva, e Terena. Considerada a Reserva com maior densidade estática do país, 0,28 hectares/pessoa, com uma população aproximada de 13.000 (treze mil) habitantes, sendo que a maioria tem origem Guarani, com maior número para o Kaiowá, e um grupo menor de Terena, atualmente conta com uma crescente mestiçagem entre as etnias e, em menor grau, com a sociedade envolvente.

A soma desses fatores me levou aos seguintes questionamentos: como uma população, superior a de vários municípios do Estado, pode passar tão despercebida, a uma distância tão pequena da segunda maior população do Estado? Como não enxergar um povo com fisionomia e aspectos culturais tão diferentes da sociedade envolvente? Além dessa ignorância, um outro fato chama a atenção: a representação da *imagem demoníaca* (preguiçoso, bêbado, desnutrido, mendigo, suicida, perigoso e selvagem) do índio junto à população douradense.

Sabemos que toda representação é uma construção elaborada a partir de interesses políticos, econômicos e sociais. Portanto, a *imagem demoníaca* foi construída, elaborada, para satisfazer os interesses locais. Mas, quais as estratégias usadas nessa construção? Quais os meios utilizados na sua realização? Fica evidente que essa empreitada depende, sobretudo, dos meios de comunicação de massa, pois através deles é possível atingir um grande número de pessoas.

Quando pensamos nos meios de comunicação de massa, um grande leque de opções se abre, porém os mais utilizados para esse fim são: a televisão, o rádio, o jornal e o livro didático. A análise de todos esses meios apresentaria uma enorme dificuldade metodológica, levando-nos a um labirinto com grandes possibilidades de não se encontrar a saída. Para dar conta dessa problemática, Said aponta que todo ato de começar “[...] implica necessariamente um ato de delimitação por meio do qual algo é cortado de uma grande massa de material.” (Said, 1990, p. 27).

Para alcançar essa delimitação, exclui-se de pronto a televisão e o livro didático, já que esses meios de comunicação de massa raramente tratam do meu objeto, que está centrado em uma etnia, os Guarani, e em uma região delimitada, o sul de Mato Grosso do Sul. No que se referem ao rádio, às questões metodológicas ficariam fragilizadas uma vez que as emissoras de radiodifusão raramente mantêm um arquivo de seus

programas jornalísticos – por um longo período – e dificilmente conseguiria compor um *corpus* considerável.

Desta forma, para conseguir respostas para os meus questionamentos, escolhi o meio de comunicação impresso, mais propriamente o jornal *O Progresso*, pois os discursos utilizados pelos meios jornalísticos se constituem de “[...] práticas discursivas que atuam de modo determinante na construção dos sentidos constitutivos da história brasileira.” (Mariani, 1993, p. 42).

A escolha do jornal *O Progresso* está no fato de o mesmo ser o primeiro a circular nesta região, quando ainda pertencia ao então Estado de Mato Grosso. Este matutino acompanhou todo o processo de *desenvolvimento capitalista* em curso desde 1940. Nos dias atuais, sua circulação atinge praticamente todos os municípios de Mato Grosso do Sul.

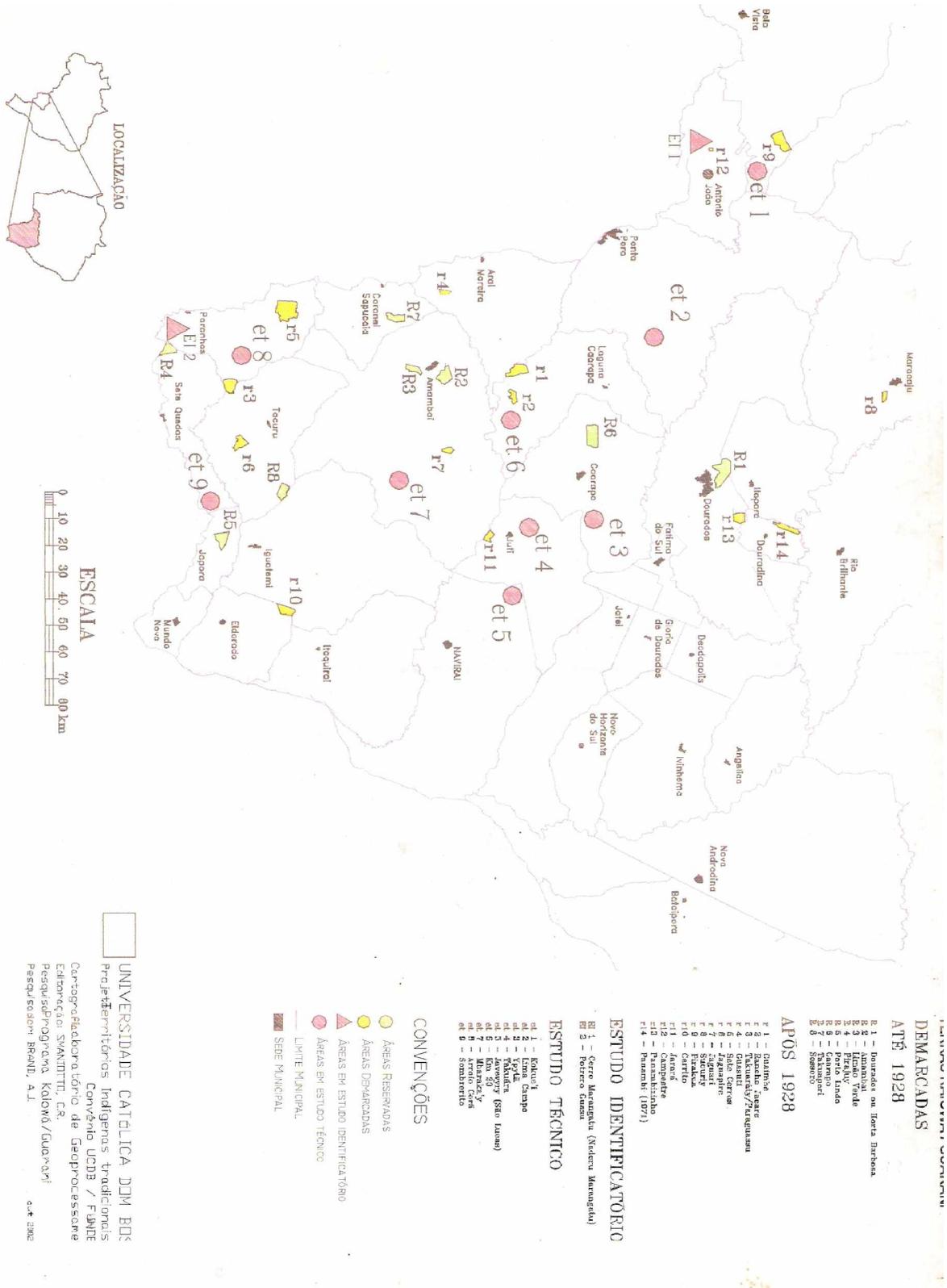
Feita a escolha, havia ainda o problema de delimitar um espaço temporal para dimensões administráveis, já que este jornal possui mais de meio século de existência. Para tanto, foi delimitada para análise o período que compreende os anos de 1980 até 1989. Esta escolha tem como base o movimento social de retomada dos antigos territórios de ocupação dos Kaiowa e Nandeva, iniciado no começo dessa década e que ainda está em andamento na atualidade.

O processo de retomada dos antigos *Tekoha* (territórios tradicionais) encontrou grande oposição da elite rural sul-mato-grossense, haja vista que os mesmos se encontram numa região com uma forte e importante produção agrícola no Estado, com o predomínio do cultivo da soja no verão, do milho e trigo no inverno e, atualmente, um crescente aumento de cana-de-açúcar. Também existe a criação de gado bovino, atividade econômica de destaque nacional.

É a partir desse embate que procurei analisar como esse órgão da imprensa douradense representou os Kaiowa-Nandeva com vistas a formar a opinião de seus leitores. Para tal, privilegiei as notícias publicadas sobre a etnia Guarani e sobre o processo de retomada dos territórios tradicionais.

Os dois povos, Kaiowa e Nandeva, apresentam uma população com cerca de 40.000 pessoas no Estado. A maioria é composta pelos Kaiowa, espalhados em vinte e duas pequenas áreas, com uma média de 1,6 hectares por pessoa, e “[...] calcula-se ainda que outros 4.000 Kaiowá e Guarani vivem desaldeados nas periferias das cidades, às

# TERRITÓRIO DE OCUPAÇÃO KAIOWA-ÑANDEVA



margens de rodovias sobrevivendo do artesanato e subempregados em fazendas.” (CIMI, 1997, p. 13).

O território tradicional de ocupação Kaiowa-Ñandeva está localizado no sul de Mato Grosso do sul, sendo ao Norte até as bacias dos rios Miranda e Aquidauana e ao Sul as barrancas do rio Paraná. Sua extensão Leste-Oeste atinge uns cem quilômetros em ambos os lados da Serra de Amambai, abrangendo áreas do território brasileiro e paraguaio.

No começo do século XX, mais precisamente a partir de 1910, com a criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais – SPILTN teve início o processo de espoliação desse território com o encerramento, em pequenas áreas reservadas, dos habitantes nativos. Este fato possibilitou a utilização do território indígena para a produção agrícola e a pecuária extensiva. Associado ao encerramento, o governo federal promoveu a atração de fazendeiros e colonos, com a criação das Colônias Agrícolas, na década de 1940, e de incentivos para a ocupação dessa faixa de fronteira.

Essa retomada dos antigos territórios é resultado do processo de *confinamento*, detalhado por Brand (1993), iniciado pelo Marechal Cândido Rondon por meio da criação das Reservas Indígenas de *Dourados* (Francisco Horta Barbosa), *Caarapó* (José Bonifácio), *Sassoro*, *Jacare'y*, *Taquapery*, *Amambai* (Benjamin Constant), *Limão Verde* e *Pirajuí* (CIMI, 1997, p. 17).

Após a criação dessas Reservas iniciou-se um processo sistemático de transferência dos Guarani para o interior das mesmas. Com esse processo de transferência, os antigos territórios de ocupação foram *liberados* para a posse pelos não-índios por meio da formação de fazendas e das Colônias Agrícolas Federais e Municipais, implantadas durante o governo de Getúlio Vargas, a partir de 1940, com a instalação do Território Federal de Ponta Porã.

No início dos anos 1980, sem vislumbrar alternativas para amenizar a pressão progressiva das comunidades, causada pelo aumento populacional das áreas, e com condições políticas mais favoráveis<sup>4</sup>, os Kaiowa e Ñandeva começaram a reocupar os antigos territórios tradicionais. Essa reocupação se tornou uma ameaça aos fazendeiros e colonos, que na sua maioria possuem somente títulos de posse das terras, gerando

---

<sup>4</sup> No início da década de 1980 houve um fortalecimento das organizações indígenas, através da criação do movimento pan-indígena no Brasil e de uma maior divulgação pela imprensa das causas indígenas. Agregado a esse fortalecimento e a essa divulgação está o fim do período ditatorial, contribuindo para a disposição dos Guarani em ocupar os antigos territórios.

tensões e violências para com os indígenas. Entre os vários exemplos que expressam a violência deste conflito, está o assassinato de Marçal de Souza, expressiva liderança Nandeva com reconhecimento internacional. Nessa década foram ocupadas as áreas denominadas de *Guaimbe* (Laguna Caarapã-MS), *Jarara* (Caarapo-MS), *Sucuri'y* (Maracaju-MS), *Jaguapire* (Tacuru-MS) e *Pirakua* (Bela Vista-MS), sendo que esta última área foi o principal motivo que vitimou Marçal de Souza, primeira liderança assassinada no decorrer desse movimento, em novembro de 1983 (CIMI, 1997, p. 18).

Esta pesquisa adquire importância já que no momento atual, os conflitos envolvendo a retomada dos *tekoha* se intensificam e ganham destaque nacional e internacional. Essa intensificação nas ocupações, aliada a uma maior resistência dos Guarani em desocupar as áreas, tem provocado várias mortes de lideranças indígenas.

A análise de como o jornal *O Progresso* retratou o primórdio desse processo histórico e de como contribuiu para a construção de representações das populações indígenas, de identidades regionais e locais, será de grande valia para o entendimento dos conflitos atuais.

O estudo das matérias jornalísticas, publicadas pelo *O Progresso*, permite focar como os Guarani foram silenciados para criar uma *outra* identidade para a região, que não inclui esse elemento indígena. Temos por principal questionamento as seguintes perguntas: Qual a imagem do índio Guarani que é *silenciada*? Como essa imagem é *silenciada*? Quais as estratégias que são utilizadas pelo jornal *O Progresso* para criar a imagem indígena?

Para essa *empreitada* recorrerei a uma análise interdisciplinar, como instrumento, para analisar as notícias publicadas pelo jornal *O Progresso* durante a década de 1980. Irei dialogar com a História, Antropologia, Semiótica, Geografia e com outras áreas do conhecimento.

O projeto civilizatório e de integração dos índios implantado pelo governo federal, por meio do órgão tutor e, posteriormente, o movimento social de retomada dos territórios tradicionais vivido pelos Guarani, associados à trajetória do jornal *O Progresso*, estão relacionados aos projetos nacionalistas do governo de Getúlio Vargas, uma *reforma agrária* concretizada na criação das Colônias Agrícolas, e os desenvolvimentistas implantados pelo governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, na década de 1950, nacionalmente conhecido como *cinquenta anos em cinco*. Permeando esses projetos estava o processo de formação da *identidade sul-mato-grossense* que teve forte influência na postura editorial do jornal *O Progresso*.

No que se refere ao movimento de formação da *identidade sul-mato-grossense*, utilizar-se-á como base de análise os estudos desenvolvidos por Zorzato (1998) e Galetti (2000) que demonstram como a *identidade mato-grossense*, que serviu de referência para os ideais sul-mato-grossense, foi construída, a partir de 1904, pelas elites cuiabanas para defender a *primazia do mando* e superar o *estigma da barbárie*.

Essa construção iniciou-se através de uma reação ao estigma da barbárie que associava ao Mato Grosso imagens negativas de um Estado *atrasado, incivilizado e selvagem*; habitado por pessoas *ignorantes, preguiçosas, vingativas e sanguinárias*. Essas representações reforçavam a imagem de *terra de índio*, que era transmitida pelos viajantes dos centros mais populosos do país.

Os estudos realizados por Queiroz (2005) demonstram que a formação da *identidade sul-mato-grossense* teve como inspiração vários elementos utilizados na *identidade mato-grossense*. Queiroz constata que o aspecto econômico foi o principal diferenciador entre os dois processos, onde a porção sul do Estado era vista como desenvolvida e com forte crescimento econômico, enquanto o norte era atrasado e sua economia estava em decadência.

Para entender o papel e a postura que o jornal *O Progresso* assumiu no decorrer do espaço temporal delimitado, este estudo utilizou-se metodologicamente de dois caminhos: a análise do discurso empregado nas notícias e a análise da postura editorial, pois esta postura definiu o caminho que o discurso apresentado irá percorrer para atingir o seu objetivo, que é criar uma opinião pública com fins políticos e ideológicos.

Sabemos que a História preocupa-se em analisar as interpretações que o homem faz diante dos fatos e por isso, para muitos, ela está construída por situações discursivas. O estudo de textos jornalísticos requer atenção do pesquisador, pois o papel da mídia numa sociedade de massas está impregnado de interesses políticos e econômicos que exigem um estado de alerta “[...] sobre os truques contidos em cada notícia e sobre a necessária atenção que os pesquisadores devem ter ao utilizar o material jornalístico como fonte de suas pesquisas.” (Souza, 2003, p. 20). Desta forma, pode-se evitar que se caia nas armadilhas que possam estar contidas nas matérias publicadas pelo *O Progresso*.

Para uma análise crítica dos discursos empregados pelo jornal *O Progresso*, recorri aos trabalhos de Abreu (2003) e de Matos (2001). Em seu trabalho, Abreu demonstra como os meios jornalísticos se utilizaram do tema econômico para driblar a censura imposta pelo regime militar durante a vigência do Ato Institucional nº5. Foi

neste período de mudanças políticas e sociais que a imprensa passou a dar um tratamento especial às questões econômicas, utilizando-as para criticar o modelo econômico e as violações dos direitos humanos ocorridas durante o regime ditatorial. Grande parte das notícias envolvendo as questões indígenas tem relação com os aspectos econômicos.

Para Matos, o contexto sociopolítico gerado pelo governo militar proporcionou à imprensa brasileira uma mudança no enfoque sobre as questões indígenas. Sendo um dos principais alvos da censura militar, a imprensa “[...] deixou de explorar exclusivamente a imagem exótica do índio, para tratar de suas questões como fatos de importância e interesse nacional.” (Matos, 2001, p. 88). Essa mudança no enfoque das questões indígenas serviu como meio para tecer críticas a política adotada pelo regime militar, transformando a imagem *exótica* do índio para o *outro ator político* integrante da sociedade brasileira. Nessa nova imagem, os índios passaram a ser tratados “[...] como parte exemplar dessa sociedade, capaz de representar a realidade vivida naquele momento pelos brasileiros de uma maneira geral.” (Matos, 2001, p. 89).

Para enriquecer a análise, irei também dialogar com Limberti (2003) e o seu trabalho: *A Imagem do Índio: discursos e representações*. Nesse estudo, a autora faz uma análise semiótica, a partir do quadro teórico-metodológico definido por Greimas, da Carta de Pero Vaz de Caminha e das notícias, envolvendo a imagem do índio, propagadas pelo *O Progresso* durante o meio século de sua existência. Segundo sua ótica, a imagem produzida por Caminha estabelece-se como o lugar privilegiado da formação da imagem do índio que será apresentado como um *ser inferior e incapaz*. Essa imagem transcende a carta de Caminha e se reproduz até a atualidade. Para Limberti, as notícias veiculadas no jornal *O Progresso*, mesmo após cinco séculos da Carta de Caminha, “[...] reproduzem os mesmos traços da imagem do índio produzida naquele documento, evidenciando um processo de reprodução contínuo e perene.” (Limberti, 2003, Resumo).

Em seu estudo, Limberti constata que a Carta de Caminha é uma espécie de discurso fundador da imagem do índio que será retomado nas páginas do diário douradense com o objetivo de reafirmar a imagem de um *ser inferior e incapaz*.

Também utilizo como instrumento de análise, das notícias e da postura editorial do jornal *O Progresso*, o conceito de representação, definido por Chartier, que permite identificar “[...] o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler”. Assim, as representações construídas a

partir do mundo social “[...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (Chartier, 1990, p. 17), neste caso o grupo da qual pertencem os proprietários do jornal.

Para Chartier, as representações estão sempre situadas em um *campo de concorrências e de competições* e são apresentadas, em termos de *poder* e de *dominação*, por vários “[...] mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.” (Chartier, 1990, p. 17). Desta forma, os discursos que abrangem as percepções do social não são de forma alguma neutros, mas sim *estratégias e práticas*, impostas à custa de outros menosprezados, que têm em vista *legitimar um projeto reformador*.

Além dos autores apresentados, o embasamento teórico terá como suporte de análise os trabalhos desenvolvidos por Todorov (1993), Lima (1995), Hobsbawn (2002) e Said (1990).

As contribuições de Todorov, principalmente as noções desenvolvidas em *Nós e os Outros*, clareiam os conceitos de Etnocentrismo e Raça, possibilitando um melhor exame sobre a construção da imagem do outro efetuada pelo jornal. Segundo o referido autor, o conceito de Etnocentrismo “[...] consiste em erigir em valores universais os valores próprios à sociedade a que pertencem.” (Todorov, 1993, p. 21). Portanto, ao depararmos com o outro, no nosso caso os indígenas, há uma tendência de projetar sobre eles *um ideal do eu* através de uma visão deformada onde o que é apenas habitual será tomado por natural, fundando assim um mal-entendido sobre o outro que jamais poderá ser percebido ou conhecido.

Com relação ao conceito de Raça, fundamentado na teoria do evolucionismo, expõe que algumas raças se colocam como superiores às outras através de julgamentos abalizados nas qualidades intelectuais e morais, sendo que “[...] no cume se encontram as nações da Europa setentrional [...] e na parte mais baixa da escala, os selvagens americanos.” (Todorov, 1993, p. 115). É a partir dessa noção de inferioridade que os indígenas serão retratados. Além de serem considerados primitivos e não civilizados, carregam um traço que permite dizer que jamais se tornarão civilizáveis e suscetíveis ao progresso. Na contemporaneidade *O Progresso* continua a apresentar o índio com cores negativas e como dependente do órgão governamental, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

Para entender a política, praticada por esse órgão, recorri a Lima (1995) que apresenta um estudo do órgão governamental, detalhando a sua ideologia de ação desde

a fundação, em 1910, do então *Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais – SPILTN* que, a partir de 1918, passaria para a história nacional como SPI – Serviço de Proteção ao Índio. O SPI existiu até 1967 quando foi extinto, abrindo espaço para a criação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

No estudo de Lima, fica claro que a criação de um órgão governamental para lidar com as questões indígenas não partiu de uma ação pessoal, por parte do tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, mas sim de “[...] uma *política indigenista cientificamente orientada*, e escoimada de uma presença militar mais massiva.” (Lima, 1995, p. 21, grifo do autor). Essa política tinha como fundamento o positivismo e visava à integração do índio à comunhão nacional com a sua transformação em trabalhador nacional. Durante várias décadas essa perspectiva serviu para embasar as políticas desse órgão governamental mesmo após a sua transformação em Fundação.

Para Lima, a criação do SPILTN foi uma estratégia para impor um *poder tutelar* estatizante sobre os povos indígenas com o intuito de um maior controle sobre os mesmos e sobre as terras que ocupavam, visando o fim do nomadismo por meio da sua fixação em áreas reservadas, controladas pelo órgão governamental, onde receberiam educação escolar e ensinamentos de técnicas agrícolas que possibilitaria a sua utilização como *trabalhadores rurais*.

No período analisado, *O Progresso* se dedica, num grande número de notícias, em enfatizar as ações da FUNAI, no Estado e no Brasil. O estudo de Lima vem clarear a compreensão das ações que esse órgão realiza e a sua relação com as notícias divulgadas pelo jornal nessa década.

O conceito de *tradição inventada*, definido por Hobsbawn, é entendido como “[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas.” (Hobsbawn, 2002, p. 09). Esse conjunto tem como referência um passado histórico e procura estabelecer normas de comportamento e valores por meio da repetição de práticas de natureza simbólica ou ritual, buscando uma continuidade artificial em relação ao passado histórico.

É com a perspectiva de *tradição inventada* que os formadores da *identidade sul-mato-grossense* irão desenvolver um conjunto de valores identificados em uma *tradição* que lhes é peculiar. Dentre esse conjunto de valores, conforme já analisados por Zorzato e Galetti, serão destacados os papéis que reforçam a *origem paulista dos Bandeirantes, civilizadores do sertão, defensores de nossas fronteiras, patriotas, ordeiros, amantes do progresso e destemidos*.

Para completar a análise teórica, lancei mão a Said (1990), com destaque para a sua obra *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*, onde demonstra como as nações européias, principalmente as colonizadoras, inventaram o Oriente através de um conjunto de imagens produzidas desde os primeiros contatos e o tornou *parte integrante da civilização e da cultura materiais da Europa*. Nesse estudo, Said chama atenção para o discurso produzido sobre o oriente, carregado de significações que atende uma *certa forma de saber* associado a um *dado poder* altamente político.

De forma semelhante, os colonizadores portugueses e, posteriormente, os brasileiros *inventaram* o índio brasileiro. Essa invenção iniciou-se com a Carta de Caminha e prossegue ainda hoje na produção literária sobre as etnias indígenas. A invenção do índio brasileiro tem como base duas representações, que oscilam de acordo com os interesses da sociedade envolvente, onde ora ele será o *índio mau* (selvagem, preguiçoso, etc.) e ora será o *índio bom* (puro, defensor da natureza, etc.).

Para dar conta do meu objeto de pesquisa, o desenvolvimento, da dissertação, está planejado em capítulos com se descreve a seguir: no primeiro capítulo, analiso o jornal *O Progresso*, relatando o contexto da sua fundação e a influência dos projetos governamentais desenvolvidos na região e do processo de formação da *identidade sul-mato-grossense* nos articulistas e na sua postura editorial. Consta também uma análise da apresentação do jornal e dos Guarani no período estudado.

No segundo capítulo, intitulado *O Progresso e as Instituições que Representavam os Índios*, apresento uma crítica sobre as matérias publicadas onde as instituições governamentais e não-governamentais passam a representar o índio local. Enfoco também o papel de cada uma delas em relação à causa indígena. No terceiro capítulo, faço uma análise dos personagens índios que o jornal retratou diretamente, procurando demonstrar se eles são sujeitos ou objetos, nas notícias divulgadas no período estudado.

Notamos assim, que a pesquisa trará um novo olhar no processo de retomada dos *Tekoha* pelos Kaiowa e Nãndeva bem como, sobre as representações dos mesmos apresentadas pelo jornal *O Progresso*, podendo contribuir para uma melhor compreensão desse momento histórico e de suas conseqüências para os povos indígenas e não-indígenas, reparando possíveis distorções na imagem criada dos Guarani.

## 1 – O JORNAL *O PROGRESSO*

### 1.1 – HISTÓRICO DO *O PROGRESSO*

O jornal *O Progresso* é considerado o mais antigo de Mato Grosso do Sul, fundado ainda no então Estado de Mato Grosso, e tem sua história marcada por dois períodos bem distintos. O primeiro, é datado em 1920, no município de Ponta Porã, onde foi fundado pelo advogado José dos Passos Rangel Torres. Após um breve período de circulação teve sua veiculação encerrada com a nomeação do seu fundador para o cargo de promotor público. Depois de três décadas do seu fechamento, o filho do primeiro fundador, Weimar Gonçalves Torres, retoma o ideal de seu pai e, em 1951, reiniciou a publicação de *O Progresso*, desta vez no recém criado Município de Dourados onde permanece até os dias atuais.

A análise histórica proposta se restringe ao segundo momento, uma vez que é a partir desse período que o jornal se firma como formador de opinião. Também é nesse período que a sua publicação atinge uma veiculação diária, que abrange quase todos os municípios sul-mato-grossenses.

Para reiniciar a publicação do jornal *O Progresso*, Weimar, que já exercia o cargo de vereador, fez uma parceria com o gráfico Naurestides Brandão, que trouxe para a cidade a Gráfica Nossa Senhora Aparecida, cuja instalação só foi possível com a subvenção recebida da prefeitura (Schwerngber, 2005, p. 49). Foi com uma publicação semanal que o jornal reiniciou a sua circulação.

A primeira re-edição de *O Progresso* circulou no dia 21 de abril de 1951, e em sua capa já demonstrou, em conformidade com o seu nome, qual o caminho editorial escolhido, já que o mesmo trouxe em letras garrafais no alto da página a manchete: *Vertiginosa! A marcha de Dourados para o progresso*. O texto dessa notícia é repleto de elogios a Dourados e enfatiza o desenvolvimento econômico, urbano e demográfico alcançado em poucos anos, como podemos observar a seguir:

“De uma terra inexpressiva e esquecida passa Dourados a ser uma das regiões mais famosas da pátria [...] grande venda de terra, cinema, luz elétrica, linha de aviões diários, loteamento em massa, mais e mais casas de comércio, valorização acelerada dos imóveis, cafezais, produção imensa de algodão e cereais, instalação de grandes serrarias: um instantâneo polimórfico de uma esplêndida [sic] realidade.” (parágrafo 1).

“Quem conheceu este imenso município a [sic] pouco mais de 5 anos não se atreveria prever o grande progresso que tomaria esta terra [...] o esplendor e a magnifitudo da terra dadivosa e fecunda que possui [sic].” (parágrafo 2).

Associado a exaltação, ao progresso que o discurso dedica ao município, a capa dessa edição traz ainda outras manchetes e notícias que indicam o crescimento e o futuro promissor do município, aclamado no texto anterior. Acima da manchete anterior vem a notícia do registro de uma emissora de rádio para a cidade:

“O sr Nicola Fari, proprietário da estação de rádio de Araçatuba, registrou no Rio de Janeiro o prefixo para uma rádio emissora em Dourados, devendo vir a esta cidade, dentro de poucos dias, proceder aos estudos necessários para a sua instalação.” (O Progresso, 21 abr.1951, capa).

No meio da página encontra-se outra manchete que demonstra o forte desenvolvimento pela qual passa a cidade, anunciando o fim da falta de luz elétrica, terminando assim com o padecimento pela qual a população passa:

“Teremos luz dia dez de maio.  
Declarações do Encarregado da Usina a nossa reportagem.” (O Progresso, 21 abr.1951, capa).

O caráter desenvolvimentista empregado tanto no nome do jornal como na sua capa inicial está em perfeita consonância com os projetos federais de ocupação e desenvolvimento da região, bem como dos ideais que sustentam a formação da identidade sul-mato-grossense.

Nesse período inicial, duas conjunturas, em nível nacional, estavam em andamento e influenciaram decisivamente a postura do jornal: a primeira, refere-se aos projetos nacionalistas desenvolvidos por Getúlio Vargas, com destaque para a implantação das Colônias Agrícolas Federais e Municipais, a partir de 1940. A segunda, são os projetos desenvolvimentistas do governo de Juscelino Kubitschek, nos anos

iniciais da década de 1950, que ficaram conhecidos nacionalmente pelo bordão *50 anos em 5*.

Associados a essas duas conjunturas, se encontram os processos de formação da *identidade mato-grossense*, iniciado nos primórdios do século XX, e da *identidade sul-mato-grossense*. O início do processo de formação da *identidade sul-mato-grossense* ocorreu a partir de 1920 e foi introduzido por pressões políticas, promovidas pelas elites que habitavam a parte sul do Estado, que queriam desvincular-se dos ideais, propostos pelas elites do norte, que promoviam a formação da *identidade mato-grossense*. Esse processo, das elites do sul, se encontrava em pleno desenvolvimento na época da fundação do jornal, em Dourados.

Os projetos governamentais tinham sua base no ideário positivista e pretendiam construir o Estado Nacional Brasileiro por meio de um processo de *homogeneização*, concebido na unidade física, política e cultural do país.

A implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e da Colônia Agrícola Municipal de Dourados, pelo governo de Getúlio Vargas como parte do projeto denominado *Marcha para o Oeste*, tinha como princípio a ocupação e a defesa da região de fronteira, com o intuito de promover o desenvolvimento dessa localidade com a doação de lotes de terra para famílias camponesas, atraindo pequenos agricultores de diversas regiões do país. A maioria dos migrantes era das regiões Nordeste e Sul do Brasil.

Com a chegada de novos habitantes era preciso criar uma identidade comum e *tradições* que estabeleceriam ou simbolizariam as condições de aceitação de um grupo ou de comunidades por meio da inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento (Hobsbawn, 2002, p. 17), representados nos ideais do processo identitário em andamento.

A instalação das Colônias Agrícolas e a chegada da estrada de ferro Noroeste do Brasil que atravessou o Estado no sentido leste-oeste, ligando o sul do antigo Estado de Mato Grosso com os municípios mais desenvolvidos do país, fortaleceram os ideais que norteavam a formação da identidade sul-mato-grossense através da propagação de imagens de uma região moderna e desenvolvida economicamente. A criação do ramal ferroviário, ligando Campo Grande a Ponta Porã, fortaleceu os ideais de uma região com uma forte tendência ao progresso, ao desenvolvimento econômico e populacional.

Com relação ao processo de formação da *identidade mato-grossense*, os estudos realizados por Zorzato (1998) e Galetti (2000) demonstram que a construção do mesmo

começou com as elites radicadas nas redondezas da capital Cuiabá, então dominantes no Estado de Mato-Grosso. Essa construção, de um conjunto de representações visando à propagação de uma *imagem positiva* da região, foi pensada com base em dois fatores preponderantes: apagar as *imagens negativas* associadas a Mato Grosso e manter essas elites no poder.

Segundo Galetti, foi a partir de uma reação ao *estigma da barbárie*, elaborado e transmitido por viajantes nacionais e estrangeiros, que esse grupo social dominante decidiu construir um universo identitário, através de inúmeras manifestações culturais, que se distinguisse pela exaltação a terra e ao homem mato-grossense.

As imagens negativas associadas a Mato Grosso destacavam que o mesmo é um Estado *atrasado, incivilizado e selvagem*, habitado por pessoas *ignorantes, preguiçosas, vingativas e sanguinárias*, reforçando a imagem, propagada nos grandes centros populacionais do país, que o Estado era *terra de índio*. Para contrapor a essas imagens negativas, as elites cuiabanas construíram para os mato-grossenses uma nova identidade que combateu o estigma da barbárie. Associado a esse combate estava à inclusão de valores que visava garantir a *primazia do mando* no Estado para esse grupo dominante, com representações que enalteceram a figura *do pioneiro, do desbravador do sertão, do guardião das fronteiras* (Zorzato, 1998, p. 80-87).

Essa identidade seria construída por um sentimento de pertencimento, onde todos os mato-grossenses seriam *filhos do mesmo solo*, que uniria os grupos políticos rivais frente à chegada de novos habitantes. Tratava-se de construir uma unidade cultural diante das diferenças que se apresentavam. O passado comum e a catolicidade seriam aspectos que os uniam numa única comunidade.

A partir de 1920, o predomínio político das elites cuiabanas começou a enfrentar pressões das elites sulistas, principalmente as campo-grandenses, que passavam por um forte crescimento econômico e populacional proporcionado pela chegada da estrada de ferro Noroeste do Brasil. É nesse momento que a identidade sul-mato-grossense começa a ser traçada, objetivando um distanciamento das imagens elaboradas pelas elites do norte.

As elites sulistas procuraram se afastar do ideário promovido pela elite cuiabana, atribuindo o *estigma de barbárie* somente a porção norte do Estado, destacando o atraso e a decadência econômica da mesma, porém sem deixar de apropriar-se e transformar alguns elementos que dão suporte a formação da *identidade mato-grossense*.

Em 1932, as elites do sul promoveram um movimento que visava a *mudança da capital do Estado* para Campo Grande. Esse movimento ganhou força “[...] com a existência em Mato Grosso, durante mais de dois meses, de dois governos paralelos [...]” fato considerado “[...] por vários autores à condição de uma primeira divisão do Estado.” (Queiroz, 2005, p. 8). Esse movimento saiu derrotado, postergando qualquer tentativa de mudança da capital ou de divisão do Estado.

Com essa derrota, as elites campo-grandenses, representadas por um grupo de estudantes que residiam no Rio de Janeiro, passaram a declarar abertamente a separação do Estado entre o sul e o norte. Com esse objetivo foi fundada, nos fins de 1932, a Liga Sul-Mato-Grossense que passou a atuar decisivamente na formação da *identidade sul-mato-grossense*, publicando vários manifestos e promovendo a coleta de um abaixo assinado, contendo milhares de assinaturas, solicitando a separação. Esses manifestos são considerados o “[...] primeiro esboço de uma identidade especificamente sul-mato-grossense, como reação a identidade mato-grossense *oficial*.” (Queiroz, 2005, p. 9, grifo do autor).

Para consolidar a separação, as elites sulistas passaram a veicular a imagem do sul como uma região com grande pujança econômica e modernidade. Seus habitantes se diferenciariam por possuir uma grande dedicação ao trabalho associada a um senso de cidadania e de iniciativa progressista. Para atingir o seu objetivo, as elites do sul começaram a reforçar as imagens de que os sul-mato-grossenses seriam *pioneiros, guardiões das fronteiras, civilizados e economicamente desenvolvidos e modernos*.

Da mesma forma, o norte do Estado, com ênfase na capital Cuiabá, foi representado como *atrasado e decadente*, evitando assim o uso do pesado adjetivo *barbárie*. Também são ridicularizadas “[...] as imagens mais cultuadas pelos intelectuais do Norte, isto é, aquelas relativas à história, às tradições e às riquezas mato-grossenses.” (Queiroz, 2005, p. 10, grifo do autor). As principais críticas são dirigidas aos fatores relacionados a termos econômicos, caracterizando o principal fator econômico do Norte, a pecuária, como primitiva e praticada em fazendas sem nenhuma organização. Também enfatizaram a decadência da indústria mineradora e açucareira.

Essa forma de classificação se estrutura em torno de *posições binárias*, de duas classes polarizadas, onde “[...] um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa.” (Silva, 2000, p. 83). Essa classificação foi estendida aos povos indígenas, sendo destinada a parte negativa para os mesmos.

Nessa busca para desmistificar o estigma à qual estavam vinculadas, as elites sulistas, identificadas com os *progressos da civilização*, fizeram uma “[...] negação sistemática do natural, pois isto é visto como atraso.” (Zorzato, 1998, p. 89). Assim, as populações indígenas serão identificadas como parte integrante desse *natural*, sendo necessário, nessa construção, silenciar o índio e estigmatizá-lo.

Essa representação do índio, ligado ao natural, começou a ser construída na carta que Pero Vaz de Caminha enviou ao Rei de Portugal, contendo notícias sobre o *descobrimento* de novas Terras. Nessa carta, o índio foi visto como *gente bestial e de pouco saber*, sendo reforçada essa imagem pelos adjetivos *selvagem, incivilizado e indolente* (Limberti, 2003, p. 28-42).

Sabemos que é essa representação negativa, associada ao índio, que as elites mato-grossenses querem combater por meio da sua proposta de formação identitária, buscando eliminar o *estigma da barbárie* e a alcunha de *terra de índio* a qual estavam vinculados.

A tentativa de trazer os *índios* à civilização, já que há forte interesse econômico sobre sua *mão-de-obra*, transformando-os em *trabalhadores braçais* (Lima, 1995), não estava no ideário das elites mato-grossenses. Sua inclusão na composição étnica do Estado implicaria numa redefinição quanto a sua origem, que estava vinculada à figura do *bandeirante paulista*, e, conseqüentemente, em uma suposta origem européia. Essa origem tem grande importância no processo de formação que estava em andamento, pois a sua utilização justificaria um amplo processo de exclusão social garantindo dessa maneira a *primazia do mando* (Zorzato, 1998).

Dentro dessa perspectiva econômica e de manutenção do mando, os povos indígenas não encontraram espaço adequado nas representações criadas para dar sustentação aos ideários nortista e sulista, ocorrendo uma notável “[...] negação do papel indígena na formação histórica da região.” (Queiroz, 2005, p. 10).

Desta forma, fica claro o porquê do nome e do discurso inaugural nessa segunda fase do *O Progresso*, como também qual será a postura editorial adotada a partir de então. Inaugurado no auge da rivalidade entre o norte e o sul do Estado e em meio aos projetos governamentais desenvolvimentistas, o jornal terá um papel decisivo na formação e divulgação do ideário sulista e promoverá de forma sistemática o ideário desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.

## 1.2 – OS PRINCIPAIS ARTICULISTAS

Durante várias décadas, as notícias publicadas pelo jornal “O Progresso” tinham como fonte a Empresa Brasileira de Notícias – EBN, Agência Boa Imprensa – ABIM, RADIOBRÁS e de colaboradores sem vínculo empregatício.

A postura editorial adotada pelo *O Progresso*, na maioria das notícias veiculadas, não identificam quem são os articulistas, exceto nas matérias produzidas pelas empresas jornalísticas que são devidamente identificadas:

“Campo Grande (EBN) – ‘Nossa esperança sempre foi recuperar o que é nosso, sem violência’.” (*Kadiwéus, os novos fazendeiros do pantanal*. O Progresso, p. 2, 01 dez.1983, grifo do jornal).

“Campo Grande (Radiobras) – A Fundação Nacional do Índio e a Secretaria de [...]” (*Índios: Terras demarcadas*. O Progresso, 09 jul. 1988, capa).

A permanência dessa postura editorial, no decorrer da década analisada, pode ser explicada pela centralização das decisões editoriais nos proprietários. A contratação e formação de uma equipe de jornalistas, fato que começou em 1976, não mudou essa prática. No período analisado, ainda é grande o número de matérias que não identificam o seu articulista, numa clara demonstração que a responsabilidade editorial é do proprietário, na figura de diretor da empresa.

A propriedade dessa empresa jornalística sempre se manteve nas mãos de uma única família. Durante um período de 18 anos, de 1951 a 1969, o comando do matutino esteve nas mãos do seu fundador, Weimar Gonçalves Torres. Após esse intervalo, o diário douradense passou a ser dirigido por seu sogro, Wlademiro do Amaral, que se manteve no cargo até 1985. Depois desse período, assume a direção Adiles do Amaral Torres, viúva de Weimar. Em 1993, suas duas filhas, June e Blanche Torres, se integram à direção do jornal. Após um breve período, June se afasta da empresa (Schwerngber, 2005, p. 48). Porém, mesmo com o ingresso de suas filhas, a principal diretora continuou sendo Adiles que se encontra no comando do jornal até os dias atuais.

Weimar Torres chegou a Dourados, em 1948, com a meta de exercer a profissão de advogado. Logo se elegeu vereador pelo Partido Social Democrático – PSD e, posteriormente, deputado estadual e federal pelo mesmo partido. O PSD foi criado por

Getúlio Vargas durante o seu primeiro governo e congregava em seus quadros tanto grandes proprietários rurais como também elementos da burguesia urbana: industriais, comerciantes e banqueiros. Em 1951, a cidade de Dourados era o centro das atenções das autoridades em sintonia com o poder já que a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, iniciada em 1943 pelo presidente Getúlio Vargas, era o exemplo de sucesso da política de ocupação ordenada e o modelo de projeto de colonização. Desde a implantação da Colônia, que era a menina dos olhos daquele presidente, o local despontou para o roteiro político nacional (Schwerngber, 2005, p. 48-49).

A Colônia, foco de atenção do governo federal, atraiu indivíduos de várias localidades, que passaram a investir na região e a ingressar na carreira política. O fundador do jornal *O Progresso*, por exemplo, soube aproveitar esse momento político para se instalar na cidade. Sua chegada ocorreu no auge da formação da CAND e fundou seu periódico exatamente no ano em que Vargas, muito popular na região da colônia e aliado do PSD, voltou ao poder.

No seu primeiro ano como vereador surge *O Progresso*, evidenciando que o mesmo não teria somente pretensões jornalísticas e econômicas, mas também exerceria uma forte influência política e eleitoral, apesar da negação deste intuito pela família que sustenta a versão que foram os dotes literários de Weimar que influenciaram no ressurgimento do jornal. Porém, quando esteve à frente de *O Progresso*, Weimar sempre “[...] utilizou-o mais para embates políticos do que para informar.” (Schwerngber, 2005, p. 49).

A trajetória política de Weimar, que foi o primeiro deputado federal eleito na porção sul do Estado, em 1966, só vem reforçar o seu posicionamento em relação à postura editorial adotada pelo *O Progresso* e o seu compromisso com processo de formação de uma identidade para o sul do antigo estado de Mato-Grosso.

Foi durante o mandato de deputado federal que “[...] Weimar Torres morreu aos 47 anos em serviço quando retornava à Brasília no dia 14 de setembro de 1969, vítima de um acidente de avião.” (*Adiles conta história d’O Progresso*. *O Progresso*, 07 jun. 2006. Caderno Dia a Dia, p. 1).

Após a morte de Weimar, o comando do jornal passou a ser exercido por seu sogro Vlademiro do Amaral, que era formado em engenharia agrônômica e residia em Dourados desde outubro de 1932. A formação em engenharia agrônômica permitiu que Vlademiro exercesse a atividade de agrimensor, e assim ele veio para o município mato-

grossense com a pretensão de trabalhar na medição e na demarcação dos lotes da CAND e da Colônia Agrícola Municipal de Dourados - CAMD, hoje município de Itaporã.

Vlademiro também era político sendo eleito vereador, em 1947, pela União Democrática Nacional – UDN, mas por influência de seu genro trocou a UDN pelo PSD na década de 1950. Posteriormente, foi nomeado diretor do Departamento de Terras do Estado na década de 1960.

O histórico profissional e político de Vlademiro, assim como o de Weimar, colaborou para a propagação dos ideários promovidos pelas elites do Sul e das propostas contidas nos projetos governamentais. Esse histórico também contribuiu para a boa relação que o jornal manteve com os militares durante o período de vigência do Ato Institucional nº. 5, mais conhecido por AI-5.

Foi durante o comando de Vlademiro que o jornal *O Progresso* começou a se modernizar tanto no que diz respeito aos equipamentos quanto à contratação de jornalistas, fato este que possibilitou a tornar-se diário no ano de 1976. Essa modernização aconteceu devido à disputa pelos leitores, que se travou naquele ano, com a *Folha de Dourados*, já que este periódico foi o primeiro no município a implantar edições diárias, prática reproduzida por *O Progresso* um mês depois e que se mantém até hoje. Sua periodicidade diária apenas é quebrada aos domingos e feriados. O argumento da direção, sobre o fato de não publicar nesses dias, tem como base o leitor, já que a maioria de seu público não se interessa em lê-lo nesses dias, uma vez que as assinaturas, que representam a maior parte das vendas, são majoritariamente empresas comerciais e do setor público, que funcionam apenas nos dias úteis (Schwerngber, 2005, p. 62-64). A fase de Vlademiro termina com a sua morte em 1985.

Após a morte de Vlademiro, o jornal passou a ser dirigido por Adiles do Amaral Torres, função que continua mantendo até o momento. Formada em direito, o envolvimento de Adiles com o jornal até a sua posse, se restringia à produção de uma coluna social, que permanece nas páginas do jornal até os dias atuais, com pouco envolvimento na administração do jornal (Schwerngber, 2005, p.62).

Mesmo sem experiência administrativa, Adiles assumiu a empresa da família e investiu na modernização do periódico, mas sem abandonar a ideologia construída na época de sua fundação, descrita em seu nome e *slogan*: *O PROGRESSO: pensamento e ação por uma vida melhor*. Esta frase revela uma característica militante que vai muito além de informar. Porém, o caráter militante presente no jornal sob direção de Adiles

não é político-partidário, como era no tempo de Weimar, mas sim de direcionar ações e emitir opiniões em função das idéias que ela defende. Adiles manteve a mesma postura editorial adotada por seu marido e seu pai, porém com novas práticas comerciais frente à nova economia, que se apresentava com a abertura política, e aos avanços tecnológicos da mídia. Já nos primeiros anos sob seu comando, o jornal passou por reformulações na sua apresentação criando várias seções e o editorial.

Nos dias atuais, o jornal possui uma grande equipe de jornalistas e gráficos, e se apresenta, normalmente, em cinco cadernos, com capas e contracapas em cores, novamente um pioneiro no Estado nesse item.

O histórico político e social dos dirigentes de *O Progresso* demonstram um comprometimento com os ideais do processo de formação da identidade sul-mato-grossense, propagando as representações vinculadas a ele, e com os projetos governamentais desenvolvidos na região, pois os mesmos vislumbravam o desenvolvimento e o progresso.

Desta forma, a postura editorial do jornal em relação aos Guarani, Kaiowa e Nandeva, se apresentou de forma dúbia, oscilando, em alguns momentos, entre o silêncio e a exclusão dos mesmos de suas páginas, não admitindo a existência dos índios na formação histórica da região e, em outros, adotando uma atitude de isenção, publicou notícias que destacavam a causa indígena, onde faz questão de deixar claro para o leitor que as informações apresentadas não são de sua responsabilidade mas sim dos informantes, como pode ser percebido nas manchetes abaixo:

*Orro: “problema indígena não é caso de polícia”.* (O Progresso, 15 set. 1983, capa).

*Presidente da FUNAI: “Reserva é que tem que resolver seus problemas”.* (O Progresso, 04 fev. 1984, capa).

*“PKN está instigando a invasão de terras”, denuncia produtor.* (O Progresso, p. 3, 29 abr. 1987).

A negação da presença do elemento indígena vai de encontro ao discurso, promovido pelas elites sulistas, que representam a região como moderna e desenvolvida economicamente, habitada por gente com capacidade de iniciativa progressista, devotada ao trabalho e com senso de cidadania (Queiroz, 2005, p. 13). É em meio a esses discursos que os Guarani foram silenciados e representados de forma negativa no processo histórico dessa região. Eram vistos como acessórios, sem interesse próprio e

inferiores, além de serem rudes e vingativos. As várias matérias jornalísticas veiculadas pelo *O Progresso*, na década 1980, que serão analisadas no decorrer desse trabalho, confirmam essa visão.

Porém, ao mesmo tempo em que *O Progresso* silencia e exclui os Guarani do processo histórico sul-mato-grossense, sua presença, como trabalhador em vários ofícios, é constante e de grande importância durante toda a ocupação e posse do sul do antigo Estado de Mato Grosso e do atual Estado de Mato Grosso do Sul.

### 1.3 O PROGRESSO DA DÉCADA DE 1980

Com a modernização, ocorrida no final da década de 1970, com a compra de novos equipamentos e com a contratação de jornalistas, que possibilitou a publicação de edições diárias, o jornal *O Progresso* iniciou os anos de 1980 com perspectiva de crescimento, abrangendo um número maior de leitores.

No período da década de 1980, *O Progresso* se apresenta com um único caderno contendo em média 12 páginas. Algumas edições extrapolavam esse número, atingindo até 16 páginas. Essa variação no número de páginas ocorria de acordo com os contratos comerciais para divulgação de atos oficiais do judiciário, das prefeituras<sup>5</sup>, além das propagandas de empresas privadas.

Na primeira metade dessa década, os anúncios comerciais, apesar de o matutino possuir uma seção de classificados, e os contratos públicos ocuparam a maior parte do jornal. Em várias edições é comum encontrar páginas inteiras de propaganda. As notícias se concentravam, na sua maioria, na capa e nas páginas 2 e 3. Outras ficavam *perdidas* entre os anúncios, numa clara demonstração da prioridade do econômico em detrimento da informação.

No intervalo analisado, o jornal manteve várias colunas que abrangiam política, escrita pelo editor Vander Verão e denominada *Carrossel*; esporte com a coluna *Prorrogação*, de Prudêncio Campos, e social, com destaque para a colunista Adiles que possuía duas colunas semanais. Também manteve a última página dedicada somente ao esporte na maior parte da década de 1980.

---

<sup>5</sup> O setor público representava a maior fonte de verba publicitária do jornal, o governo estadual, várias prefeituras e poder judiciário, possuíam contratos publicitários, entre atos oficiais e anúncios publicitários.

Em abril de 1984, o matutino foi ampliado com o início da publicação do 2º *Caderno*, que passou a circular aos sábados com ênfase nas programações culturais, visando à ampliação do número de leitores nos finais de semana. Apesar do breve período de circulação, somente alguns meses, o 2º *Caderno* dedicou, no dia 12 de maio de 1984, amplos espaços à questão indígena:

*PI Dourados: Mesmo sob ameaças, o índio ainda resiste.* (O Progresso, 12 mai. 1984. 2º Caderno, manchete de capa).

*Depoimento: Índio, “caso” de Polícia?* (Pizzini, Joel. O Progresso, 12 mai. 1984. 2º Caderno, capa).

*Vítima do Sistema.* (Galeano, Margarida. O Progresso, 12 mai. 1985. 2º Caderno, p. 5).

*O índio e o novo código civil.* (O Progresso, 12 mai. 1984. 2º Caderno, p. 7).

A primeira manchete de capa, citada acima, faz chamada para a página 5, que é dedicada somente para a questão indígena. Ali se encontra uma grande matéria, com o mesmo título, que contém três fotos e ocupa quase 70% da página. Completando a página, no canto direito inferior, está o artigo *Vítima do Sistema*.

Na segunda metade de 1988, o jornal passou a dividir o seu caderno em seções: política, regional, geral, rural, esporte, etc. Essas seções apareciam conforme o número de matérias, ocorrendo casos onde uma página dividia-se em duas seções. A partir dessa data, o jornal também passou a estampar um editorial, no canto esquerdo superior da página 2, onde passou a se posicionar sobre vários assuntos: trânsito, política, cultura, etc.

No editorial publicado no dia 25 de novembro de 1988, com o título *Obstáculos, perigo à vista!*, o jornal levanta a discussão sobre o trânsito na cidade, destacando sua desordenação e o desrespeito e abuso dos motoristas que eram os grandes responsáveis pelo alto número de acidentes:

“O trânsito em Dourados sempre foi muito desordenado e às vezes, até violento. Alguns motoristas não respeitam a sinalização. Outros, abusam [sic] da velocidade oferecendo perigo para pedestres, ciclistas e motoqueiros. Várias campanhas de conscientização foram desencadeadas, mas, mesmo assim, o índice de acidentes é grande.” (parágrafo 1).

Apesar do tom crítico, fica evidente a posição do matutino em amenizar o fato, deixando claro que o elevado índice de acidentes é provocado por *alguns motoristas* que não obedecem às leis, apesar das *várias campanhas de conscientização* desenvolvidas.

No editorial *Ornamentação é importante*, publicado em 13 de dezembro de 1988, *O Progresso* fez críticas ao então prefeito, em final de mandato, que *não está nem ai* com as festividades alusivas ao aniversário do município, que completava 53 anos de emancipação. Refere-se à reportagem:

“É que o prefeito Luis Antônio Gonçalves, alegando falta de recursos financeiros resolveu cancelar toda a programação alusiva à data, inclusive, os Jogos Abertos. A cidade, nem mesmo recebeu a devida ornamentação na avenida Marcelino Pires, como sempre ocorreu, visando às festas de fim de ano.” (parágrafo 1).

A alegação de falta de verbas municipais para a realização da ornamentação não é aceita pelos editores que apontam à despreocupação do prefeito em relação ao assunto e o desrespeito do mesmo para com os douradenses, já que o custo é relativamente pequeno:

“O prefeito Luiz Antonio deveria ter se preocupado com isso. Sabemos que o ‘caixa’ está zerado. Mas a ornamentação da cidade não é tão onerosa assim, aliás, os equipamentos são sempre reutilizados. O povo douradense merece comemorar as festas de fim de ano, com todo o respeito, e também, o aniversário do município.” (parágrafo 4, grifo do jornal).

Fica latente que essa preocupação com a ornamentação está relacionada com a imagem de atraso, de decadência, sendo que a falta dos ornamentos acarreta uma estagnação econômica que mancha o progresso da cidade e da região como um todo, uma vez que Dourados tornou-se o pólo comercial regional.

Nesse final de década, *O Progresso* do dia 01 de dezembro de 1988, traz o editorial *O dever cumprido!* onde o matutino faz um balanço do trabalho desenvolvido durante o ano. O mesmo confirmou que a responsabilidade, das escolhas editoriais, segue a razão e a consciência da diretoria:

“O trabalho foi árduo e a luta incessante. Criticados por uns, elogiados por outros. *Mas temos a certeza que seguimos a nossa razão e o que ditou a nossa consciência.* Procuramos acertar e sabemos que colaboramos em muito, através de alertas, críticas, elogios e reivindicações em prol das boas causas.” (parágrafo 2, o grifo é meu).

Os editores demonstraram conhecer a impossibilidade de agradar a todos, mas acreditavam que estavam satisfazendo a maioria dos leitores. Essa crença teve como base o aumento na tiragem e nos anúncios publicitários:

“Afinal, nunca jamais [sic] é possível agradar a todos, mas temos certeza que satisfazemos a maioria. Prova disto, é o crescimento deste jornal que está a cada dia, crescendo mais, tanto em tiragem, como em publicidade, e no apoio de nossa gente. Recebemos visitas de pessoas valorosas que sempre apóiam e elogiam nosso trabalho.” (parágrafo 3, o grifo é meu).

O grifo no final do parágrafo é para ressaltar a relação que os editores mantiveram com o grupo de *pessoas valorosas*, que apoiavam e elogiavam o trabalho desenvolvido pelo jornal, uma vez que estas pessoas faziam parte da categoria *nossa gente*. O termo *visita* demonstra que esse grupo possui uma afeição, um dever ou uma cortesia em relação aos diretores, o que os leva a uma associação de interesses.

Mesmo com uma grande variedade de assuntos abordados pelo editorial, o jornal *O Progresso*, durante o período analisado, não dedicou nenhum à questão indígena, excluindo o elemento indígena dos assuntos de interesse do matutino douradense. Essa exclusão estava em concordância com os ideais que visavam construir uma *identidade sul-mato-grossense*, num processo marcado pela diferença entre *nós* e *eles*, já que:

“A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Como vimos, dizer ‘o que somos’ significa também dizer ‘o que não somos’. A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído.” (Silva, 2000, p. 82, grifo do autor).

A exclusão da questão indígena no editorial do jornal demonstra o envolvimento que os proprietários do periódico têm com os ideais promovidos pelas *pessoas valorosas*, numa clara demonstração de pertencimento onde sugere que a questão indígena não pertence aos assuntos relevantes da sociedade e, ao mesmo tempo, que os Guarani, no nosso caso, não são incluídos à categoria de *nossa gente*, demarcando a fronteira entre o *nós* e o *eles*, o que somos e o que não queremos ser.

#### 1.4 – OS GUARANI NAS PÁGINAS DO *O PROGRESSO*

No levantamento, realizado com as matérias publicadas na primeira metade da década de 1980, foram identificadas duas situações em relação aos Guarani: a primeira, está relacionada a um enorme *silêncio* sobre as populações indígenas locais, já que a maioria das notícias veiculadas enfocava os povos indígenas de outras regiões do País, com destaque para os que habitam a região norte. As poucas notícias que retratavam a população indígena local, enfatizaram os trabalhos desenvolvidos por instituições governamentais e não-governamentais que passaram a representar o índio. A segunda fez referência à *entrada* do índio local nas matérias do jornal e teve o seu enfoque direcionado em duas direções: na divulgação da violência existente entre os habitantes da RID, onde sobressaiu a figura do Capitão Ramão Machado, e na morte do líder indígena ñandeva, Marçal de Souza – *Tupã'i*, liderança de reconhecimento internacional e a primeira a ser assassinada no processo de reocupação dos territórios tradicionais.

Na segunda metade da década de 1980, com a crescente ocupação de áreas pelos Kaiowa e Ñandeva, o jornal *O Progresso* passou a publicar um número cada vez maior de notícias envolvendo o conflito territorial indígena local. Com esse aumento, as notícias relacionadas aos povos indígenas, habitantes de outras localidades do país, sofreram uma queda significativa, invertendo a posição de destaque a favor dos Guarani.

Em conformidade com Limberti (2003), na década de 1980, o índio já possuía um *lugar estabilizado* junto aos assuntos abordados pelo jornal *O Progresso*. A palavra índio apareceu como indicador do tópico em várias manchetes, demonstrando que o tema chamava a atenção dos leitores e dos editores.

Porém, essa estabilidade não atingiu os Kaiowa e Ñandeva que, no início da década, poucas vezes apareceram no noticiário em relação à quantidade de notícias envolvendo o índio genérico e, preferencialmente, de outro estado da Federação. Nos três primeiros anos da década, as etnias locais são apresentadas em 18% matérias publicadas em relação à questão indígena. Em grande parte das notícias as etnias locais são identificadas com os termos *índios, silvícolas*; como o observado nas manchetes e textos a seguir:

“Índios denunciam injustiças na Reserva.” (O Progresso, 19 abr. 1983, capa).

“Revoltados com os maus tratos, *aproximadamente sessenta índios* compareceram ontem à tarde, na Delegacia de Polícia de Dourados, [...]” (parágrafo 1, o grifo é meu).

“De acordo com *os silvícolas*, Ramão, apesar de *não ser índio*, tem sido responsável direto por diversos espancamentos.” (parágrafo 2, o grifo é meu).

“Os *aproximadamente 60 índios* que estiveram ontem à tarde na Delegacia de Polícia, que se dizem representantes dos *cerca de 4.400 silvícolas* que formam a aldeia local.” (parágrafo 8, o grifo é meu).

Essas formas de classificação estão estreitamente relacionadas à *marcação da diferença* e a formação da *identidade*, com um evidente indicador de *posição-de-sujeito*, marcadas por relações de poderes, já que:

“As classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade. Isto é, as classes nas quais o mundo social é dividido não são simples agrupamentos simétricos. Dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar.” (Silva, 2000, p. 82).

O texto foi todo apresentado por meio do discurso indireto, onde fica claro para o leitor que a responsabilidade das informações é dos denunciantes e a posição do jornal se restringe a sua publicação. Essa postura editorial evidencia o pouco interesse, dos editores, em investigar ou em checar a veracidade das acusações.

Essa falta de interesse, apesar da gravidade da denúncia, mostra que o jornal *O Progresso* trata o assunto com descaso já que nem mesmo o Chefe do Posto local da FUNAI, citado mais de uma vez como omissor, foi procurado pelo repórter responsável para dar a sua versão dos fatos:

“[...] denunciaram para as autoridades todo tipo de irregularidades e injustiças, que segundo ele, vêm sendo praticadas pelo capitão Ramão Machado que, para isto conta com a omissão do Chefe do Posto Indígena.” (parágrafo 1).

Aliado a esse descaso, o matutino deslegitima os denunciantes, “[...] que se dizem representantes dos cerca de 4.400 silvícolas que formam a aldeia local [...]”, colocando em dúvida a representatividade que eles dizem ter da população indígena. Desta forma, o jornal transforma a denúncia em um ato de mentirosos e de desordeiros.

Em outra notícia publicada no dia 15 de julho de 1980, com o título “*Estão querendo tirar a terra de meu padrasto à força, denúncia indígena*”, se repete a postura

de isenção do jornal, colocando a responsabilidade das informações no denunciante, porém, o matutino não procura confirmar a denúncia, limitando-se em publicá-la como manchete de capa.

O jornal demonstrou um total desconhecimento sobre a localização da RID, identificando-a como Missão Evangélica Caiuá, que, na realidade, se localiza vizinha a Reserva:

“Esteve ontem a tarde na redação de ‘O Progresso’, o indígena Felipe Fernande (foto), para denunciar certas ‘arbitrariedades’ – disse ele – que vêm ocorrendo na Missão Evangélica Caiuá, envolvendo problemas de terra.” (Parágrafo 1, grifo do jornal).

Também demonstrou o desconhecimento do interior da RID e de seus problemas ao trocar o nome das Aldeias, Jaguapiru e Bororo, pelo nome da etnia *Caiuá*, como pode ser observado no trecho abaixo:

“Meu padrasto – continuou ele – juntamente com o meu irmão (respectivamente Severiano Rodriguez e Milando Fernande), são donos de uma terra na *aldeia Caiuá*.” (parágrafo 2, o grifo é meu).

Essa troca de nomes não mostra só desconhecimento que o diário douradense tem da realidade da RID e da entidade religiosa que trabalha junto à comunidade indígena, mas também o total desinteresse pelo fato, que é tratado com curiosidade pelo matutino, pelo aspecto inusitado da situação: a ida de um índio a redação para fazer uma denúncia. Associado a esse fato está a contenção de despesas e falta de estrutura do jornal, o que proporciona uma notícia fundamentada somente em denúncias, sem checar a veracidade das mesmas. Ao atribuir a responsabilidade das informações ao denunciante, o periódico passa para o leitor uma postura editorial de isenção.

Ao mesmo tempo, *O Progresso* deslegitima o autor indígena, colocando em dúvida a fala do mesmo: “[...] para denunciar certas ‘arbitrariedades’ – disse ele [...]”. Essa dúvida acarreta uma descrença na versão contada, levantando uma suspeita sobre o fato e sobre o denunciante, que provavelmente estaria mentindo.

Em ambas as notícias ocorre à classificação genérica das etnias envolvidas. Ao deter o privilégio de classificá-los, como índios ou silvícolas, o jornal *O Progresso* passa a deter também o privilégio de atribuir diferentes valores a esse grupo social que são representados como desordeiros, sem representatividade junto a população indígena local, mentirosos e sem credibilidade nas suas informações.

Também é evidente, nesse período, a utilização do indicador do tópico *índios* para noticiar ações de entidades religiosas e dos órgãos governamentais que trabalham junto às populações indígenas. Entre as entidades religiosas o maior destaque foi para o Conselho Indigenista Missionário – CIMI; a Missão Evangélica Caiuás vem a seguir com poucas aparições nas páginas do matutino. Com relação aos órgãos governamentais, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI foi a que apareceu na maioria das notícias, sendo que a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS ganha um pequeno destaque, principalmente nos meses de abril onde se comemora o Dia do Índio, promovendo encontros e debates sobre a questão indígena. Como não poderia faltar, há também várias notícias envolvendo políticos e suas atividades com a questão indígena. O capítulo seguinte contém uma análise mais detalhada sobre esses representantes que *dão voz ao índio*.

Quanto ao *lugar estabilizado*, nas páginas do diário douradense, constatamos que o mesmo não é uma conquista dos Guarani, como também não é uma exclusividade do jornal em questão, mas sim uma estratégia usada, neste período, por toda a imprensa nacional para driblar a censura militar, provocada pelo AI-5, durante o período ditatorial. Essa estratégia consistia em utilizar a questão indígena como *válvula de escape* por aqueles que discordavam do regime militar (Matos, 2001, p. 88). Assim, notamos que o jornal *O Progresso*, ao promover esse *lugar*, está em consonância com o ideário proposto pela classe jornalística.

Segundo Matos, a imprensa brasileira, principal alvo da censura, mudou o enfoque relacionado à questão indígena durante o regime militar, deixando de explorar a *imagem exótica do índio* para criar uma nova imagem: a do *índio político*. Para isso acontecer, os jornais deixaram de publicar reportagens culturais e passaram a dar ênfase às questões sociais indígenas, transferindo sua apresentação para junto dos assuntos políticos.

Essa transformação, de índio exótico para ator político, foi usada para expressar os *direitos civis dos cidadãos brasileiros* durante a repressão do regime militar. Para tanto, a imprensa nacional passou a retratar o índio como integrante da sociedade brasileira, com direitos legítimos e, sobretudo, “[...] como uma parte exemplar dessa sociedade, capaz de representar a realidade vivida naquele momento pelos brasileiros de uma maneira geral.” (Matos, 2001, p. 89).

Para levar adiante a sua estratégia, a imprensa nacional recorreu a *imagem romântica do bom selvagem*, do *nobre selvagem* cuja essência foi utilizada para

expressar o *ser brasileiro* e, nesse momento, para expressar a *essência política*, isto é “[...] o índio foi usado para expressar os direitos civis dos cidadãos brasileiros, ameaçados pela ditadura militar. Como conseqüência ideológica, a questão indígena destacou-se, na imprensa, como uma questão legítima de direitos [...]” (Matos, 2001, p. 89).

Essas representações da imprensa nacional são acompanhadas pelo *O Progresso*, pois grande parte das notícias, envolvendo a questão indígena, tinha origem nas agências e enfocavam a violação dos direitos indígenas ou a promoção das comunidades, por meio de projetos agropecuários, justificando o *lugar estabilizado* do índio em suas páginas nesse período, mas com uma preferência para o de outras localidades do país.

Um exemplo dessa preferência, do jornal *O Progresso*, em destacar índios de outras localidades foi encontrado na coluna social Rotatividade, escrita por Adiles do Amaral, em 05 de novembro de 1980, que tem como título: *Índios brasileiros são 187.801, segundo o CIMI*. A notícia apresenta um levantamento populacional realizado junto aos povos indígenas de todas as regiões brasileiras. Essas regiões estão divididas e apresentadas, no corpo da matéria, na seguinte ordem: região Norte-1, setor Acre-Rondônia; região Norte-2 (Amapá e Pará), região formada por Maranhão-Goiás; região leste-nordeste; região sul (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e Mato Grosso.

Os parágrafos do texto estão divididos pelas regiões e se apresentam com pequenas variações na apresentação das palavras como pode ser observado abaixo:

“A região Norte-1 também apresenta o maior número de grupos indígenas – 58. O grupo Tucuna, em São Paulo de Olivença-Tefé (AM) é o que possui a maior população – 15 mil índios – vindo a seguir a tribo Macuxi de Boa Vista (Roraima) com 12.740 membros.” (parágrafo 2);

“No setor Acre-Rondônia estão concentrados 24 grupos e o que possui a maior população é a tribo Caxinauá, localizada em Sena Madureira com 2.035 indígenas do tronco lingüístico Pano.” (parágrafo 3).

“A região Norte-2 (Amapá e Pará) apresenta 26 grupos. O maior deles e o Mundurucu, com 3.637 indígenas, no trecho Maués (Amazonas) – Itaituba (Pará).” (parágrafo 4).

Os dados relativos à região estudada só apareceram no último parágrafo e diz:

“Finalmente, no Mato Grosso, há 37 grupos. A maior população é a da tribo Terena com 10.300 membros, no distrito de Miranda, município de Aquidauana, no Mato Grosso do Sul.” (parágrafo 8).

Para encerrar a notícia é apresentada a seguinte tabela:

De acordo com o levantamento do CIMI, a população indígena está assim distribuída:

1 – Acre-Rondônia. . . . .	10.490
2 – Roraima-Amazonas (parte do Estado). . . . .	72.026
3 – Pará-Amapá. . . . .	10.716
4 – Maranhão-Norte de Goiás. . . . .	9.578
5 – Mato Grosso (Norte e Sul). . . . .	33.052
6 – Leste-Nordeste. . . . .	32.554
7 – Sul. . . . .	14.405
Total. . . . .	182.801
Grupos arredios. . . . .	15.000
Destribalizados. . . . .	30.000
Total Geral. . . . .	227.801

Em uma análise mais detalhada do artigo notar-se-á a existência de uma divergência nos números apresentados. Enquanto a manchete, o principal atrativo para o leitor, estampa a frase *Índios brasileiros são 187.801*, a tabela encontrada no final do texto apresenta um total diferente: 227.801. Em sua manchete Adiles não contabiliza os índios arredios e os destribalizados, induzindo o leitor ao não pertencimento deles na categoria índio.

A reportagem evidencia o quanto a população indígena sul-mato-grossense é preterida. Somente no último parágrafo do texto ela é apresentada, divergindo da tabela apresentada onde se encontra na quinta posição. Em sua nota, a colunista faz referência à *tribo Terena*, com 10.300 membros, como sendo a maior população do Estado. Porém, um comunicado da CNBB, com o título: *Apelo da igreja do MT e MS em favor dos índios*, publicado em *O Progresso*, na edição do dia 28 de outubro de 1980, aponta somente na “[...] região da Grande Dourados, cerca de 10.000 índios Guarani-Kaiowá sobrevivem [...]” (parágrafo 2), dados comparáveis à população Terena do texto e silenciado por Adiles em sua coluna. Mesmo com um número populacional semelhante aos Terena e habitando a região de maior circulação do jornal, a autora não fez menção, em momento algum, aos Kaiowa e Nandeva.

Associado a esse silêncio, o parágrafo confunde o leitor já que inicia a apresentação dos dados da região com referência “[...] no Mato Grosso, onde há 37 grupos. A maior população é da tribo Terena [...]”, dando a entender que a mesma

pertence a Mato Grosso, para só nas últimas palavras, esclarecer que sua ocupação ocorre no “[...] município de Aquidauana, no Mato Grosso do Sul”.

Essa exclusão dos Guarani está de acordo com a posição editorial adotada pelos proprietários do jornal, que estão compromissados com os ideais propostos pelas elites e com os projetos desenvolvimentistas empregados pelo governo. Na identidade que estava sendo criada para o Mato Grosso do Sul, a população indígena não encontrava espaços, uma vez que sua imagem, associada ao primitivismo, ao atraso, não combinava com a representação de progresso associado à região.

A partir de 1983 até o final da década, os Kaiowa e Nandeva ganharam mais destaque nas páginas do jornal *O Progresso*. Os 18% dos três primeiros anos passaram para 70% das notícias veiculadas nesse período.

Esse aumento está relacionado a dois fatores, que serão abordados, mais detalhadamente, no terceiro capítulo: o primeiro, diz respeito ao elevado índice de violência que ocorre no interior da RID. Essa violência chega ao jornal, como vimos anteriormente, por meio de denúncias dos próprios índios e de pessoas ligadas à causa indígena. As acusações, na sua maioria, estão relacionadas aos abusos praticados pelo órgão tutor e pelo capitão Ramão Machado. Permanece o enfoque dado pelo jornal, nas matérias envolvendo a violência, de deslegitimar as denúncias e enfatizar que as mesmas têm fins políticos, estando relacionadas com a disputa pelo cargo de Capitão da Aldeia.

O segundo, refere-se ao assassinato do líder nandeva Marçal de Souza – *Tupã'i*, ocorrido em novembro de 1983, na Aldeia Campestre, município de Antonio João-MS. A repercussão do assassinato de Marçal e do processo penal, que nunca chegou a penalizar os culpados e se arrasta na justiça até os dias atuais, são responsáveis pelo grande número de notícias, envolvendo este atentado, publicadas até o final da década de 1980. O foco dessas notícias é a valorização da imagem do líder assassinado, apresentando suas qualidades, destacando sua oratória, e a sua luta em defesa da causa indígena.

Além desses dois fatos, ocorreu também um aumento nas notícias relacionadas ao movimento social de retomada dos antigos territórios de ocupação Kaiowa-Guarani. Esse movimento, que nos cinco primeiros anos da década de 1980, vinha sendo silenciado pelo *O Progresso* começou, a partir da segunda metade da década, ocupar cada vez mais as páginas do diário douradense. A divulgação desse movimento traz consigo uma mudança na postura editorial do jornal que passa a identificar, cada vez

mais, os agentes desse movimento pela etnia em detrimento da utilização de termos genéricos. Essa mudança editorial pode ser observada nas publicações abaixo destacadas:

*Caiuás invadem posto agrícola.* (O Progresso, 03 jun. 1986, p. 03).  
“Um grupo de aproximadamente 80 *índios caiuás* retornou a uma área [...]” (Parágrafo 1, o grifo é meu).

*Caiuás retornam à Jarara e têm apoio dos terenas.* (O Progresso, 27 fev. 1987, capa).  
“Os duzentos indígenas da *tribo caiuás* que foram expulsos [...] estão retomando a área, agora, com apoio dos *terena*.” (Parágrafo 1, o grifo é meu).

Essa mudança editorial tem como foco a coletividade, mencionando sempre um grupo enquanto para os casos individuais utilizam os termos genéricos, como se pode observar nos trechos a seguir:

*Índigena estupra enteada.* (O Progresso, 06-07 set. 1986, capa).  
“O *índio* Getúlio Barroso, 29 anos, lavrador.”  
[...]

“Em seu depoimento, o *índio* disse que é amasiado com [...]”  
(Parágrafos 1 e 3, o grifo é meu).

*Índio pratica suicídio.* (O Progresso, 20 abr. 1988, p. 03).  
“Por motivos ainda não esclarecidos, o *silvícola*, Mariano Cabreira, 25 anos, da aldeia Bororó.”  
[...]

“O *índio* foi encontrado por seus companheiros [...] chegando eles avistaram o corpo do *silvícola*.” (Parágrafo 1 e 2, o grifo é meu).

Fica evidente que essa nova postura editorial do jornal, classificando a coletividade, está totalmente relacionada com o movimento de reocupação dos territórios tradicionais uma vez que as nomeações genéricas continuaram para as questões individuais.

Também em relação a esse movimento social, o jornal *O Progresso* demonstra que o mesmo é tratado, neste período, como caso de polícia. Os militantes desse movimento eram invasores, condenados pela justiça por desrespeitarem a propriedade privada:

“A retirada de mais de 100 indígenas da Estância São Miguel Arcanjo, em Caarapó, efetuada pela Polícia Militar cumprindo mandato de reintegração de posse.” (*Caiuás despejados de fazenda. Indígenas não querem famílias*. O Progresso, 02 dez. 1986, p. 03, parágrafo 1).

“A Polícia Militar de Dourados realizou na manhã do último dia 13, uma ação de reintegração de posse [...] despejando cerca de 100 indígenas da tribo caiuás.” (*Índios são despejados de fazenda (de novo)*. O Progresso, 15 mai. 1987, manchete de capa, parágrafo 1).

O jornal destacou que as ações de reintegração de posse ocorreram de forma ordeira e pacífica sem a necessidade do emprego de força física, tendo o acompanhamento do juiz e de funcionários da FUNAI:

“[...] ‘a ação policial militar foi acompanhada pelo juiz Paulo Afonso de Almeida e por dois representantes da Fundação Nacional do Índio, dando-se de forma ordeira e pacífica’.” (*Índios são despejados de fazenda (de novo)*. O Progresso, 15 mai. 1987, parágrafo 4, grifo do jornal).

Fora as ações de cumprimento de ordens judiciais, a Polícia Militar também foi citada em ocorrências extrajudiciais, aliada a fazendeiros e jagunços para expulsar comunidades indígenas por conta própria e de forma violenta:

“O proprietário da Fazenda Redenção [...] expulsou no último sábado à tarde (dia 2), 16 famílias de índios guarani-caiwá, da Aldeia de Jaguapire, numa área excedente da fazenda, acompanhada [sic] de 23 jagunços e três soldados da PM de Tacuru.” (*Tacuru: Índios estão decididos em retornar à aldeia*. O Progresso, 08 mar. 1985, p. 3, parágrafo 1).

“Os índios foram humilhados e violentados pelos fazendeiros que, num grupo de 27 homens e três soldados da Polícia Militar, derrubaram casas e destruíram.” (*Índios retornam à Tacuru sem violência*. O Progresso, 26 mar. 1985, manchete de capa, parágrafo 3).

Nesses casos de expulsões, praticados pelos fazendeiros com auxílio de jagunços e policiais militares, o jornal destacou a violência praticada contra os indígenas, enfatizando a violação dos direitos e da lei:

“[...] 23 jagunços e três soldados da PM de Tacuru, entre eles o cabo Alivio Cyles Pereira, que espancaram brutalmente diversos índios.”  
[...]

“Enquanto os jagunços do fazendeiro batiam nos patrícios, os soldados cutucavam com as metralhadoras e um deles rodeou as casas com um

revólver e catou as crianças para botar no caminhão’, explicou o índio Silvio Gimenes, filho do capitão da Aldeia.” (*Tacuru: Índios estão decididos em retornar à aldeia*. O Progresso, 08 mar. 1985, p. 3, parágrafos 1 e 3).

Nota-se que na postura editorial, a apresentação da denúncia por meio do discurso indireto permanece, porém, nesse caso o jornal não desqualificou o denunciante como ocorreu em outras notícias. Nessa matéria, o matutino douradense deu credibilidade às denúncias já que o índio *explicou* o acontecido, enfatizando a posição hierárquica do mesmo, que era *filho do capitão da Aldeia*.

Ao contrário do que possa parecer, essa postura editorial, de apoio à causa indígena, foi de encontro as representações criadas para a região, por meio da propagação de imagens de gente *ordeira, civilizada*, já que o ato praticado pelo fazendeiro se iguala ao de *selvageria*, estando em desacordo com o ideário das elites locais, e foi praticado por *gente de fora* uma vez que o mesmo “[...] viajou para Umuarama, no Paraná, onde possui outra propriedade [...]” (*Tacuru: Índios estão decididos em retornar à aldeia*. O Progresso, 08 mar. 1985, p. 3, parágrafo 18).

Em momento algum as reportagens de expulsão citaram a postura FUNAI ou se quer fazem menção ao seu posicionamento frente às ações de retirada dos índios sem sentenças judiciais, excluindo a responsabilidade do órgão tutor desses casos, pelo silêncio. Porém, o jornal faz menção as críticas do CIMI, por meio do seu advogado, em relação à postura adotada pelo órgão tutor:

“Segundo, ainda, o advogado (do CIMI), a FUNAI regional Mato Grosso do Sul nada faz: não procura agilizar o processo para a demarcação da área; não garante a posse da terra para os índios; e não faz nada quando ocorre uma desocupação.” (*Tacuru: Índios estão decididos em retornar à aldeia*. O Progresso, 08 mar. 1985, p. 3, parágrafo 11).

Apesar das denúncias de violação dos direitos adquiridos pelos indígenas, o jornal *O Progresso* desqualifica o movimento social dos Guarani, mostrando a desunião entre seus membros, enfatizando as representações negativas. Eles seriam violentos, bêbados e selvagens:

“[...] o ‘capitão’ da reserva de Caarapó negou-se a receber as famílias caiuás.”  
[...]

“[...] um início de tumulto foi registrado na chegada à reserva, onde um grupo de cinco indígenas, completamente bêbados, tentou evitar que a mudança dos caiuás fosse descarregada [...] obrigando a detenção de todos por 30 minutos, já que muitos estavam armados de espingardas, facas, estiletas e punhais, armamento apreendido pelos soldados.” (*Caiuás despejados de fazenda. Indígenas não querem famílias*. O Progresso, 02 dez. 1986, p. 3, parágrafos 3 e 6, grifo do jornal).

A análise da postura editorial do jornal *O Progresso*, em relação ao processo de retomada dos antigos *Tekoha*, demonstrou uma dualidade nas representações que envolvem esse movimento. Por um lado, ocorreu uma defesa do movimento dos Guarani, principalmente nas notícias que retrataram a desocupação ilegal das áreas ocupadas. Essa defesa está em consonância com o ideário propagado pelo matutino, que abomina os atos de violência e de desrespeito à lei, atos esses que reportam ao *estigma da barbárie* e não condizem com a imagem de gente *ordeira*. Por outro lado, desqualifica o movimento ao publicar as retiradas por ordem judicial e ao afirmar que os envolvidos na ocupação não possuem o apoio da comunidade, pois, os mesmos são rejeitados pelos habitantes e pelo *capitão* da Reserva à qual foram enviados. Essa rejeição da comunidade demonstra que os envolvidos na ocupação não passam de *desordeiros, desocupados e violentos*.

A partir da segunda metade da década analisada, o diário douradense começou a publicar os casos de suicídio entre os Guarani. A primeira notícia sobre o suicídio ocorreu em 13 de novembro de 1985, com o título *Indígena suicida-se e menor morre atropelado*, em chamada de capa para a página três. Na matéria publicada, o jornal mistura duas notícias, há também um atropelamento ocorrido na cidade, sendo que o caso de suicídio não é confirmado. O *indício* de suicídio foi relatado em um parágrafo e a responsabilidade das informações coube a fontes policiais:

“Na segunda-feira pela manhã, o chefe do Posto Indígena de Dourados, Júlio Matsuharo Oshiro, comunicou a Delegacia Central de Polícia, que havia sido localizado em um matagal na reserva, o corpo de uma menor, com 15 anos, D.D., com uma corda no pescoço e sentada no galho de uma árvore. Conforme informações de fontes policiais, o corpo mostrava sinais de estar no local há mais de um dia, embora somente hoje os médicos legistas vão terminar a autópsia. Há indícios de que a morte ocorreu por suicídio.” (parágrafo 3).

No ano de 1986, o jornal *O Progresso* publicou, nos meses de abril e maio três notícias sobre o suicídio:

*Mais um índio suicida-se. É o quarto caso este ano.* (O Progresso, 01 abr. 1986, manchete de capa).

*Aumenta o número de suicídios entre índios.* (O Progresso, 17 abr. 1986, manchete de capa).

*Outro índio pratica suicídio.* (O Progresso, 20 mai. 1986, manchete de capa).

Na primeira manchete, a postura editorial e o espaço dedicado ao caso permaneceram o mesmo da notícia relatada acima. Mesmo sem saber o motivo do gesto, o diário douradense enfatizou que o ato praticado pelo índio é uma *tendência natural de se matar*:

“A Delegacia Regional de Polícia não conseguiu ainda levantar o motivo do gesto, muito embora haja uma tendência natural entre os membros de algumas tribos de se matar.” (parágrafo 1).

Embora o matutino anuncie que este foi o quarto caso ocorrido no ano, em nenhuma edição anterior foi encontrada qualquer referência a eles. Essa postura editorial demonstra que os casos de suicídio, nesse momento, não mereceram destaque pois são corriqueiros e sem importância.

Na segunda, publicada sobre um fundo preto, o matutino relata que os motivos, dos sete casos ocorridos até aquele momento, não foram bem explicados pelos familiares e pelas autoridades. Porém, o jornal volta a enfatizar que os motivos culturais acarretaram os suicídios:

“Uma versão que pode explicar as tentativas e os suicídios é sobre o ‘feitiço’ que cairia sobre os casais de namorados. Dizem que se o cônjuge ou o parceiro morre, o outro deve seguir o mesmo caminho caso contrário ficaria ‘enfeitiçado’ se continuasse vivo. Isso justificaria a morte do rapaz em Dourados, depois que sua namorada e a cunhada cometeram suicídio.”

[...]

“Apesar destes inúmeros casos na área do posto da FUNAI em dourados [sic], não se tem conhecimentos de estudos de avaliação deste comportamento, quase um instinto de auto-destruição, que prevalece em muitas tribos indígenas.” (parágrafos 9 e 12, grifo do jornal).

Na terceira reportagem, o jornal *O Progresso* limitou-se, em dois parágrafos, a publicar a informação sobre a ocorrência de mais um suicídio, por enforcamento, cujo motivo foi uma briga conjugal:

“Mais um índio da reserva de Dourados pôs fim a vida: Odemar da Silva, 21 anos, casado, na noite de domingo se enforcou, após discussão com sua esposa, Aparecida Rosa.” (Parágrafo 1).

O assunto suicídio só voltou às páginas do jornal *O Progresso* no ano de 1988. Na notícia *Proibida a entrada de estranhos na Reserva*, publicada no dia 15 de abril de 1988, o diário douradense dedicou um amplo artigo, com discursos diretos e indiretos do chefe do Posto da FUNAI, onde o ele opina sobre as causas dos suicídios praticados pelos Guarani:

“O problema do suicídio entre os índios continua existindo. ‘Isso é quase natural entre eles devido sua mentalidade e raciocínio lento e são muitos sensíveis, não suportando emoções mais fortes’ esclareceu Joel.” [...]

“A maioria dos suicídios ocorre justamente depois uma briga entre casais e quando há morte de um membro mais velho da família. ‘Os índios não estão preparados para reagir perante algum problema de ordem sentimental’ [...] existe ainda aquela crença de que o espírito do morto fica rondando o índio e ele pensa que tem que morrer também.” (parágrafos 13 e 14, grifo do jornal).

A última notícia, no período estudado, envolvendo os suicídios foi publicada no dia 25 de abril de 1989, na última página, no Caderno Polícia, com a manchete *Casal de índios separa-se e depois praticam suicídio*, onde relatou:

“Um casal de silvícolas, ambos menores de idade, morreram [sic] no final de semana que passou, depois de praticarem suicídio.” (Parágrafo 1).

O jornal *O Progresso* constrói a imagem do indígena a partir de uma visão fóbica, ou seja, a de um povo selvagem, cruel, rústico, natural e ingênuo. Revela, dessa forma, uma visão etnocêntrica, onde a cultura do *outro* é inferior a cultura do *nós*. Os não-índios seriam superiores e civilizados e os indígenas inferiores e não integrados à nacionalidade. Seu exotismo deve-se ao real estado de selvagens e do seu acelerado processo de marginalização. Essa visão é fundada no desconhecimento do *outro* ou no

conhecimento superficial daquilo que o *outro* tem de diferente, como sua pele e a sua selvageria (Todorov, 1993, p. 142-148). A RID é representada como um lugar longínquo, isolado, marcado pela violência e habitado por selvagens.

Em todas as matérias publicadas sobre o suicídio, na década de 1980, o jornal *O Progresso* deixou claro para o seu leitor que a *prática do suicídio* é uma *tendência natural* na cultura indígena, pois é movida pelo *instinto de autodestruição* e pela *incapacidade mental* de seus membros que possuem *mentalidade e raciocínio lento*, aspectos que comprovam sua inferioridade e selvageria. Essa desqualificação do indígena, atribuindo-lhe um estado selvagem onde não consegue controlar o seu instinto primitivo de se matar, se baseia nas representações que ligam o índio com o *natural*, portanto com o *atraso*, com o *estigma da barbárie*, reforçando a imagem de *gente bestial, de pouco saber* (Zorzato, 1998), (Galetti, 2000) e (Limberti, 2003).

As representações dos indígenas reforçam a autoridade do órgão tutor, dos políticos, da imprensa, da justiça, da polícia e dos proprietários de terras sobre essas populações. Said, ao analisar a autoridade do Ocidente sobre o Oriente, afirmou que ela “[...] é formada, irradiada, disseminada; é instrumental; é persuasiva; tem posição, estabelece padrões de gosto e valores; é virtualmente indistinguível de outras idéias que dignifica como verdadeiras e das tradições, percepções e juízos que forma, transmite, reproduz.” (Said, 1990, p. 31). A premissa da descrição é a exterioridade moral e existencial com relação ao outro que descreve. Um outro distante, diferente moral e culturalmente, amorfo, ameaçador, desprovido de energia e iniciativa. Ao representá-lo o silêncio, evidenciando as relações de poderes que permeiam esse campo: como os índios não podem representar a si mesmos, a imprensa e a FUNAI falam em seu lugar. Por outro lado, o olhar do jornal *O Progresso* é sempre exógeno, superficial e exótico. O matutino ao divulgar um conjunto de discursos (políticos, religiosos, etnológicos, literários, policiais, etc.), produz sentido e instaura uma memória. Ao não dar voz e vez aos indígenas, o diário douradense reforçou os preconceitos, a exclusão social e cultural e uma abertura incondicional com relação ao diferente, ou seja, do contexto multiétnico, plurilíngüe e culturalmente heterogêneo de Dourados.

O discurso jornalístico, enquanto prática social, capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e idéias. Ao selecionar os acontecimentos, o discurso jornalístico toma parte do que será lembrado no futuro e constrói, simultaneamente, um modo possível de recordação do passado. Ao produzir sentidos, auxilia na criação do

imaginário, pois, os processos discursivos tecem e homogeneízam a memória de uma época.

Quando os indígenas falam por si mesmo são vistos com desconfianças, como agitadores que querem criar dificuldades às autoridades e aos órgãos governamentais. Nesse sentido, defendiam a ininterrupta e onipresente tutela das populações indígenas, que seriam incapazes, portanto deveriam ser submetidos, disciplinados, julgados e governados. No entanto, embora os indígenas constantemente estivessem apagados enquanto notícias, eles estavam ali. Às vezes, sem a intenção de dar voz e vez, por serem irrepresentáveis, o jornal *O Progresso* acabava apresentando a fala dos indígenas. A resistência dos indígenas falava aí. Ou seja, é no interior do discurso jornalístico que as vozes dos indígenas irrompem e o matutino publicava uma fala que não era sua: o discurso do outro, tirando-o do silenciamento.

Ao representar o *outro* com tons negativos cria-se uma representação positiva dos não-índios. Se o índio é selvagem, irracional, infantil, suicida, preguiçoso, vagabundo, anormal, doente; os não-índios seriam civilizados, racionais, maduros, virtuosos, trabalhadores, normais e sadios.

## 2 – “O PROGRESSO” E AS INSTITUIÇÕES QUE REPRESENTAVAM OS ÍNDIOS

Na década de 1980, o jornal *O Progresso* utilizou o indicador *índios*, para atrair a atenção dos leitores em notícias de ações desenvolvidas por instituições, governamentais e não-governamentais, que trabalhavam com as questões indígenas. Entre os órgãos governamentais o maior destaque foi o órgão tutor, a FUNAI, seguido pelas instituições universitárias e por representantes dos poderes legislativo e executivo. No que se refere às instituições não governamentais, o CIMI – Conselho Missionário Indigenista é o que ocupou a maior parte das publicações. A Missão Evangélica Caiuá, situada na divisa da RID e responsável pela assistência médica e educacional, foi pouco noticiada. Por último aparece o Projeto Kaiowa-Ñandeva – PKÑ – envolvido com o movimento social de ocupação dos antigos *Tekoha*.

A divulgação das ações desenvolvidas por essas instituições permite levantar alguns questionamentos: qual é a influência dessas publicações na representação do índio? Por que essas instituições foram escolhidas para representar o índio? Por que a Missão Evangélica Caiuá foi silenciada? Para responder essas questões segue-se uma apresentação e análise de cada instituição por ordem de importância e de quantidade de matérias apresentadas pelo jornal.

### 2.1 – O ÓRGÃO GOVERNAMENTAL TUTOR: DO SPILTN À FUNAI

Sem dúvida, as reportagens, que envolveram as ações desenvolvidas pelo órgão tutor, são as mais numerosas em relação às outras instituições apresentadas pelo jornal *O Progresso*, na década de 1980. Essas ações vão desde o caráter tutelar até as desenvolvimentistas.

Para entendermos melhor as ações praticadas por esse órgão, faz-se necessário reportar as origens da sua criação, quando era denominado Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais - SPILTN. Essa necessidade ganha importância pelo fato que o SPILTN atuou de forma intensiva na região habitada pelos Kaiowa e Guarani como também sua política norteou, durante vários anos, as práticas exercidas pelo órgão sucessor, a FUNAI.

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais – SPILTN<sup>6</sup> foi criado pelo Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910 e implantado publicamente em 7 de setembro de 1910. Sua criação foi justificada pela “[...] necessária existência de um aparelho de poder estatizado (e estatizante) único para ação face aos *índios*.” (Lima, 1995, p. 117, grifo do autor). Neste primeiro momento, o SPILTN seria inserido no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio – MAIC onde, desde 1906, já se encontrava presente o ideário “[...] de se criar um serviço para *catequese e civilização dos índios*.” (Lima, 1995, p. 113, grifo do autor).

Segundo Lima, para dar conta do seu propósito o SPILTN utilizou táticas da *guerra de conquista*, implantando um *poder tutelar*, a partir de um aparelho governamental, sustentado por um código jurídico, que legitimava suas ações. Esse código jurídico foi regulamentado pelos Decretos nº 8.072, de 20 de junho de 1910, e pelo Decreto nº 9.214, de 15 de dezembro de 1911. Desta forma, o código situou os indígenas num sistema de estratificação social, com direitos civis e políticos pré-definidos, visando a sua transformação em um *cidadão nacional*, pertencente de uma comunidade política mais ampla, na qual sua comunidade étnica de origem estaria dissolvida.

Para implantar com êxito o *poder tutelar*, com referência no ideário do MAIC e, ao mesmo tempo, distingui-lo da ação missionária imperial, articulou-se *uma forma de ação sobre as ações dos povos indígenas e sobre seus territórios* por meio de uma *sedentarização dos povos errantes* e de sua *fixação*, extirpando o nomadismo, em lugares definidos pela administração governamental, onde se passou a ter uma maior vigilância e controle sobre as populações indígenas, obtendo assim um monopólio dos atos de definir e controlar o que seja dessas populações (Lima, 1995, p. 50-75). Essas ações, sedentarizar e fixar, foram implementadas em duas etapas distintas: em um

---

<sup>6</sup> A partir de 1918 o SPILTN passaria para a história brasileira como SPI apenas. O SPI foi extinto, em 1967, sob graves denúncias de irregularidades.

primeiro momento, foram criados os *postos indígenas*, locais onde os nativos deveriam *(re/a)correr e segregarse*.

Num segundo momento, a criação das *Reservas Indígenas*, ou seja, “[...] porções de terras reconhecidas pela administração pública através de seus diversos aparelhos como sendo de posse de *índios*.” (Lima, 1995, p. 76, grifo do autor).

Essas ações partiam do pressuposto que os índios estariam num estrato social transitório – um estágio evolutivo – e que, futuramente, seriam incorporados na categoria de *trabalhadores nacionais*, com a sua inserção no grêmio da civilização. Assim, a *civilização dos índios* consistiria em transformar os nativos em mão-de-obra rural, inseridos na lógica da economia de mercado, pela incorporação da língua, da religião e de outros costumes do não-índio. Para atingir esse objetivo, a premissa foi uma educação adequada visando a sua transformação em trabalhador rural, preparado para a produção mercantil com o uso de tecnologia, o que impediria a sua adesão aos vícios e defeitos da vida promíscua com o civilizado (Lima, 1995, p. 120-125).

Um outro fator decisivo para o sucesso desta proposta estava relacionado ao *modo de tratamento das populações nativas*, construído a partir de um tipo de relação, de aliança ou de guerra, entre essas populações e o colonizador. Esse *modo de tratar* tem sua fundamentação na oposição entre os classificados como *índios mansos* e os ditos *bravios* ou *hostis*. Os *índios mansos* considerados “[...] aliados do conquistador (em termos ideais e normativos) não se poderia escravizar ou subtrair-lhes as terras sem compensação”. Enquanto que os *bravios* seriam “[...] passíveis de escravidão e de expropriação legalizada de seus territórios.” (Lima, 1995, p. 122).

A partir dessa classificação, o Decreto nº 5.484, de 27 de junho de 1928, estabeleceu as seguintes categorias aos índios do Brasil: nômades, aldeados, pertencentes a povoações indígenas e pertencentes a centros agrícolas ou vivendo promiscuamente com os civilizados. Dentre essas categorias, o principal alvo das ações do SPILTAN seriam os índios pertencentes às três primeiras, denominados de *índios selvagens*, já que eles ofereciam, na visão dos idealizadores desse órgão, “[...] melhores oportunidades para o trabalho de *civilização*: encontrando-se em estágio primitivo da ‘inelutável marcha da humanidade para o progresso’, indiscutivelmente inferiores.” (Lima, 1995, p.125, grifo do autor).

Esse exercício do poder tutelar resultaria na imagem do *grande cerco de paz*, um mecanismo militar que consiste em uma:

“[...] técnica militar de pressionamento e forma de manter vigilância, ao mesmo tempo assédio de um inimigo visando cortar-lhe a liberdade de circulação, os meios de suprimento e a reprodução social independente (sem implicar no ataque dos sitiados), além de defesa contra os de fora do *cercos*, como num cercado para crianças, estabelecendo limites e restrições aos por ele incluídos/excluídos.” (Lima, 1995, p. 131, grifo do autor).

Foi com esse conjunto de idéias que o SPI implantou a RID, a partir de 1917, com a demarcação de um pequeno lote, insuficiente para a manutenção do modo de vida dos Guarani, buscando a sua integração e, desta forma, uma mudança cultural onde o índio não permaneceria índio. Alguns traços das ações que implantaram o órgão estatal e, conseqüentemente o *cercos de paz*, persistiram com o surgimento da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, em 1967.

O surgimento da FUNAI ocorreu no momento em que à ditadura militar “[...] preparava mais um fluxo de expansão econômica e da fronteira agrícola no país, com a conseqüente montagem de alianças e esquemas de poder.” (Lima, 1995, p. 298).

As notícias veiculadas pelo jornal *O Progresso*, no período analisado, mostram duas perspectivas das ações desenvolvidas pela FUNAI: as relacionadas diretamente com o órgão governamental e aquelas que envolviam ações dos dirigentes locais, na figura do chefe de Posto, que representavam à entidade tutora.

No que se refere propriamente a FUNAI foi constatado que, na primeira metade da década de 1980, as matérias publicadas, pelo matutino, seguem a mesma linha editorial adotada em relação aos Kaiowa-Ñandeva, ou seja, destacam as ações da FUNAI realizadas junto a comunidades indígenas de outras localidades, com maior destaque para as que habitam outros estados do país. Essa preferência por notícias destacando ações empregadas em outras regiões, pode ser observada nas manchetes a seguir:

*Governo define demarcação das terras indígenas brasileiras.* (O Progresso, 02 set. 1980, p. 5).

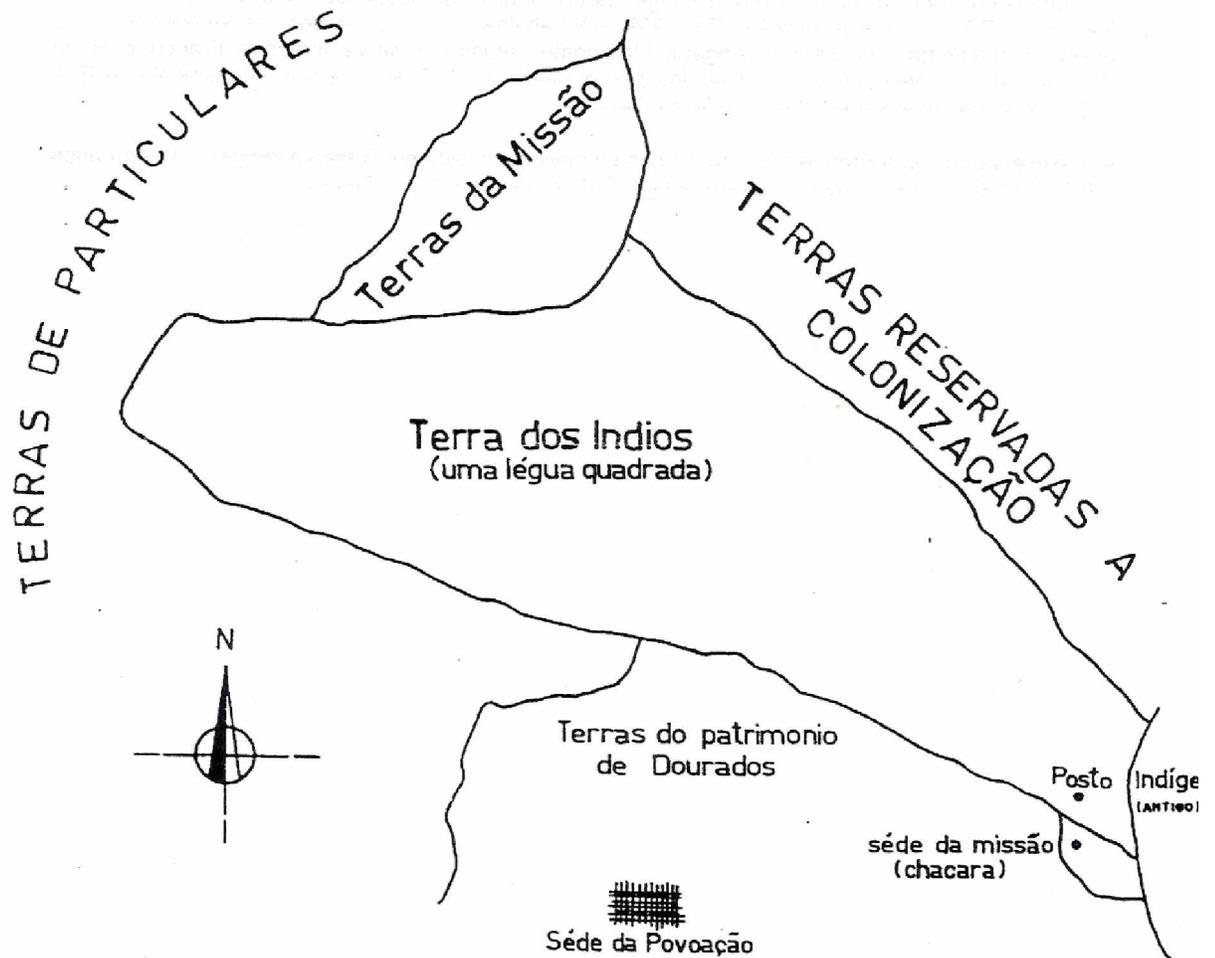
*FUNAI demarca este ano mais 15 reservas indígenas.* (O Progresso, 01 out. 1980, p. 5).

*FUNAI fará convênio para demarcar terras no Paraná.* (O Progresso, 26 nov. 1980, p. 11).

*Ensino para os índios.* (O Progresso, 03 fev. 1982, p. 10).

*Funai aprova projetos indígenas.* (O Progresso, 10-11 set. 1983, p. 4).

## POSTO INDÍGENA FRANCISCO HORTA BARBOSA



NA SÉDE - 20 HECTARES DE BOAS TERRAS  
EM CAIUANA - 1000 HECTARES DE BOAS TERRAS

No que diz respeito à segunda manchete, apesar de não especificar o local, as áreas relacionadas no corpo da matéria apontam que as demarcações estarão sendo realizadas para os Pataxó, os Xavante, os Macuxi e os Kaxinauá:

“Os índios Pataxó de Porto Seguro, na Bahia, descendentes da tribo que recebeu a esquadra de Pedro Álvares Cabral e os Xavante, há quase quarenta anos atraídos à civilização pelo saudoso Francisco Meirelles, estão entre as comunidades indígenas que, até o final do ano, terão sua terras demarcadas.”

[...]

“Nos primeiros dias de dezembro deverá ser concluída a demarcação das reservas dos Kaxinawá, no Acre.” (*FUNAI demarca este ano mais 15 reservas indígenas*. O Progresso, 01 out. 1980, p. 5, parágrafos 1 e 8).

Em relação à quarta manchete, a ênfase é a assinatura de um convênio entre a FUNAI e a Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário que tinha por objetivo:

“[...] proporcionar meios de aprendizagem e qualificação profissional, em nível de primeiro grau, as comunidades indígenas em vias de integração, bem como habilitação profissional e a fim, em nível de segundo grau, nas escolas da rede COAGRI.” (*Ensino para índios*. O Progresso, 03 fev. 1982, p. 12, parágrafo 2).

Nota-se, nesse período, um percentual elevado de manchetes retratando as demarcações de terras indígenas pela FUNAI ou em convênios com os Estados. Segundo Matos, essa divulgação das demarcações é tratada de duas maneiras pela imprensa brasileira. A primeira é a de *denúncia* dos conflitos de terras entre indígenas e não-índios (garimpeiros, fazendeiros e madeireiros). Nesses casos, as notícias ganham caráter de “[...] uma exigência no cumprimento dos direitos indígenas dentro do Estado brasileiro.” (Matos, 2001, p. 93). A segunda é a de *projeção política* do governo. Aqui o tom empregado é o *triumfalista* dos atos de assinatura de decretos e portarias que promovem as demarcações. Nesses casos, a “[...] imagem veiculada deve ser positiva não só frente aos olhares do país, mas sobretudo fora dele, onde se travam acordos de empréstimos e doações financeiras entre o Governo brasileiro e os países ricos.” (Matos, 2001, p. 95).

Em relação ao *O Progresso* foram destacados, nos primeiros cinco anos da década analisada, as notícias com *tom triunfalista*. Essa preferência editorial é tão intensa que chega a misturar o ato de demarcação com outras ações, desenvolvidas em

outras localidades distantes da área a ser demarcada, como se pode observar nos fragmentos a seguir:

“A FUNAI assinou convênio com o Consórcio dos Municípios do Médio Araguaia, órgão executivo da Associação dos Municípios do Médio Araguaia, visando a prestação de assistência médico-hospitalar aos índios jurisdicionados à Ajudância Autônoma de Barra do Garças, no Estado de Mato Grosso.”  
[...]

“Os índios Tembé, que habitam o Posto Indígena Rio Guamá, localizado no Município de Ourem, Estado do Pará, vão cultivar 30 hectares de arroz e outros 30 de malva, de acordo com o Projeto de Desenvolvimento Integrado apresentado pela 2ª Delegacia Regional da FUNAI.” (*FUNAI fará convênio para demarcar terras no Paraná*. O Progresso, 26 nov. 1980, p. 11, parágrafos 4 e 6).

Nas notícias, envolvendo outras ações da FUNAI não relacionadas as demarcações de terra, demonstram que os princípios propostos no surgimento do SPILTN, transformação do índio em trabalhador rural por meio da educação, ainda servem como norte dos projetos desenvolvidos pelo órgão governamental, na década de 1980, como evidenciava as seguintes matérias:

“A FUNAI aprovou três projetos em favor dos postos indígenas Bakairi, Santana e Umutima todos em Mato Grosso, no valor total de 12 milhões de cruzeiros. Esses recursos serão utilizados para incrementar a agropecuária e bovinocultura desenvolvida naquelas comunidades.”

“PI Bakairi, localizado no município de Paranatinga, com uma população de 301 índios, compete [...] ‘cultivo de uma área de 30 hectares de mandioca, com o objetivo de alcançar uma produção de 600 sacos de farinha. A formação de 3 hectares de capineira e 3 hectares de cana, objetivando melhorar a alimentação do rebanho e a infra-estrutura para a pecuária leiteira.”

“A meta do PI Santana, localizado no município de Nobres, com uma população de 138 índios (Bakairi), atenderá a economia pecuária daquela comunidade com a aquisição de 20 novilhas [...] área de 20 hectares de lavoura de arroz, com o objetivo de alcançar uma produção global de 30 toneladas.” (*FUNAI aprova projetos indígenas*. O Progresso, 10-11 nov. 1983, p. 4, parágrafos 1, 2 e 3).

Associado ao incentivo à produção rural está à educação direcionada para melhorar e aumentar a produção, por meio da qualificação profissional do índio.

“O programa que se constitui num trabalho de orientação agrícola e educação de base, pretende a promoção das próprias comunidades [...] buscando a sua produção e socialização, condição essencial para melhoria progressiva da sua qualidade de vida.” (*Programa do FASUL promoverá comunidades indígenas de MS*. O Progresso, 17 mar. 1982, p. 2, parágrafo 1).

Fica evidente, nas duas reportagens, o discurso de assimilação do índio como também o lugar que deverá ocupar na sociedade: o de trabalhador rural integrado à nacionalidade. Também apresenta uma dupla representação do índio: de um lado, positiva já que há uma crença na *sua capacidade de aprender* e de *se qualificar profissionalmente*. De outro lado, negativa devido a sua incapacidade, uma vez que o *discurso de assimilação desqualifica-o culturalmente*, pois a solução de seus problemas está nas iniciativas culturais dos não-índios (Limberty, 2003, p. 206).

A partir da segunda metade da década de 1980, as notícias que divulgam as ações da FUNAI diminuem, porém o foco continua o mesmo: divulgação de projetos desenvolvimentistas e problemas relacionados a ocupação territorial indígena. O que muda nesse período é o enfoque nas questões locais, em detrimento daquelas de outros Estados, tanto nas notícias relacionadas à divulgação de projetos como nas de ocupação territorial. Essa mudança pode ser percebida nas manchetes:

*FUNAI apóia projeto de bovinocultura na reserva dos Kadiweus*. (O Progresso, 19 mar. 1985, p. 8).

*Índios terão sua reserva demarcada*. (O Progresso, 11-12 mai. 1985, capa).

*Indígenas apóiam os novos planos: FUNAI*. (O Progresso, 08 mai. 1986, capa).

*Terrasul vai demarcar áreas indígenas*. (O Progresso, 12 mar. 1988, capa).

Também ocorre uma mudança editorial no teor das matérias referentes as demarcações de terra. O jornal *O Progresso* deixa de lado o tom *triumfalista* para dar lugar o de *denúncia* dos conflitos de terra entre índios e não-índios. A edição de *O Progresso*, do dia 11-12 de maio de 1985, trouxe a manchete de capa, *Índios terão sua reserva demarcada*, onde se observa o tom de denúncia:

“Os índios caiuás, que ameaçam invadir a fazenda Jaguapire, no município de Tacuru, próximo à fronteira com o Paraguai, *devido ao desmatamento indiscriminado e ilegal de suas terras.*”  
[...]

“Há muitos anos que os índios caiuás ocupam a área, *onde estão enterrados seus antepassados.* Porém, a pequena comunidade indígena – pouco mais de 50 pessoas – vive sob *ameaças de expulsão pelo fazendeiro* que em março último *ordenou a desocupação à força, ferindo inclusive alguns índios.*” (parágrafos 1 e 2, o grifo é meu).

Os projetos desenvolvimentistas e de assimilação continuam a aparecer, agora com anuência das comunidades indígenas:

“Os índios das tribos Guarani, Kaiuá, Terena e Kadiwéu, apóiam os planos de descentralização administrativa da FUNAI.”  
[...]

“Os representantes dos Guarani, Kadiwéu, Terena e Kaiuás [...] solicitam sua inclusão nos planos de Reforma Agrária que serão efetivados em Mato Grosso do Sul [...] para fortalecer os projetos de desenvolvimento comunitários de agricultura.” (*Indígenas apóiam os novos planos: FUNAI.* O Progresso, 08 mai. 1986, capa, parágrafos 1 e 2).

Apesar de *O Progresso* enfatizar as ações dos índios, mostrando a concordância deles com os objetivos do órgão tutor, fica claro também que os mesmos não são os protagonistas das ações já que são eles que *apóiam e solicitam a sua inclusão nos planos* já formulados pelo órgão governamental.

Neste período, a FUNAI manteve os princípios que nortearam à implantação do órgão governamental, em 1910, por meio de projetos direcionados a inclusão do elemento indígena na sociedade nacional. A execução dos projetos fica sob responsabilidade do Posto Indígena. A administração do Posto é atribuição do *encarregado de posto*, também denominado como *chefe de posto* (Lima, 1995, p. 75).

Apesar de estar subordinado a um poder central, o chefe de posto possui uma autonomia que, muitas vezes, contrariava as orientações superiores. Na edição, do dia 17 de outubro de 1980, *O Progresso* publicou uma denúncia, feita pelo vigário local, com o título *FUNAI transfere índios ilegalmente de Dourados*, onde ficam evidentes, no discurso apresentado na matéria, os desmandos praticados pelo Chefe:

“O Estatuto do Índio, exige que para se fazer a transferência de índios, é preciso autorização da presidência da República, o que não ocorreu em

Dourados onde os índios estão sendo transferidos devido aos interesses dos fazendeiros que falaram mais alto do que os interesses dos tutelados indígenas.”

[...]

“Este grupo de índios, já está sofrendo a segunda transferência ilegal. Na primeira, ocorrida anos atrás, os indígenas voltaram a pé para sua terra.” (parágrafos 2 e 3).

Essa ingerência local, desrespeitando orientações superiores, está totalmente relacionada com a escolha do Chefe que, na maioria dos casos, são indicações políticas locais, o que lhe dá um respaldo nessas ocasiões.

O não cumprimento da lei por parte do Chefe não se restringiu aos atos administrativos, mas se estendeu para a comunidade de seu domínio, atingindo a cultura indígena e os direitos por ela adquiridos na sociedade envolvente. Essa prática vem acompanhada de um autoritarismo, ainda mais nesse período da ditadura militar, que gerou vários casos de violência física e moral. Nas matérias publicadas pelo *O Progresso*, no período analisado, a violência física mostra que as ações praticadas pelo Chefe ocorreram de forma direta e indireta:

“Na ocasião, Marçal também sofreu várias torturas e espancamentos pelos índios subordinados pelo capitão Ramão e pelo encarregado José Sardinha, então Chefe do Posto de Dourados.” (*PI Dourados: mesmo sob ameaças, o índio ainda resiste*. *O Progresso*, 12 mai. 1984. 2º Caderno, capa, parágrafo 10).

“[...] denunciaram para as autoridades todo tipo de irregularidades e injustiças, que segundo eles, vem sendo praticadas pelo capitão Ramão Machado, que para isso conta com a omissão do Chefe do Posto Indígena.” (*Índios denunciam injustiças na Reserva*. *O Progresso*, 19 abr. 1983, capa, parágrafo 1).

As ações diretas, praticadas pelo Chefe, não se restringem à violência física, mas se estendem aos aspectos culturais por declarações que retratam o índio como um ser inferior e incapaz perante a sociedade envolvente:

“O problema do suicídio entre os índios continua existindo. ‘Isso é quase natural entre eles devido a sua mentalidade e raciocínio lento e são muito sensíveis, não suportando emoções mais fortes’, esclareceu Joel (chefe do posto).”

[...]

“A maioria dos suicídios ocorre justamente depois de uma briga entre casais e quando a morte de um membro mais velho da família. ‘Os índios não estão preparados para reagir perante algum problema de

ordem sentimental. Aí eles bebem, escutam música e ficam com aquele sentimento', disse o chefe." (*Proibida a entrada de estranhos na Reserva*. O Progresso, 14 abr. 1988, p. 3, parágrafos 13 e 14, grifo do jornal).

Em algumas reportagens, a ação de combate aos aspectos culturais foi apresentada pelo jornal como sendo uma orientação da FUNAI e não uma atuação isolada do Chefe local:

"[...] a FUNAI quer investir na solução de problemas de pajelâncias entre guaranis [sic]." (*Ocorreu conflito, mas não houve morte entre índios*. O Progresso, 11 dez. 1986, manchete de capa, parágrafo 3).

Em suma, fica patente que as atuações da FUNAI e de seus representantes locais, ainda nos anos da década 1980, refletem as orientações de assimilação e integração que norteiam as ações do órgão governamental desde a sua fundação. Também fica evidente a posição do jornal *O Progresso* em relação a FUNAI que oscila entre a projeção política, divulgando demarcações de terras e projetos desenvolvidos junto as comunidades indígenas, e as denúncias de desrespeito e omissão aos direitos indígenas. No que se refere a projeção política, o enfoque foi para as ações e decisões da FUNAI e seu papel de representante legal das populações indígenas, sendo que o diário douradense adotou a postura editorial de isenção, não questionando em nenhum momento os projetos desenvolvidos pelo órgão tutor. Essa postura editorial está em consonância com o ideário que fundamentou a formação da identidade sul-mato-grossense já que as ações desenvolvidas pela FUNAI visavam a eliminação do elemento indígena por meio da sua incorporação na sociedade nacional, como trabalhador rural.

Com relação às denúncias, mais uma vez o jornal se restringiu em apenas noticiá-las não se preocupando em investigá-las ou em cobrar providências e soluções para os casos denunciados. Associado a essa posição editorial, o jornal de novo procurou desqualificar os denunciadores, colocando em dúvida a credibilidade e a representatividade dos mesmos.

## 2.2 – O CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI

Entre as entidades não governamentais, que representam o índio nas páginas do jornal *O Progresso*, nos anos da década de 1980, o Conselho Missionário Indigenista – CIMI foi o que recebeu maior destaque.

O CIMI, criado em 1972, é um organismo vinculado a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O seu surgimento se deve a uma reação contrária da CNBB em relação às políticas de integração dos povos indígenas à sociedade envolvente, implementadas pelo Estado brasileiro, desrespeitando o direito à diversidade cultural.

As ações que servem de norte, neste momento, para a atuação do CIMI tem como base a promoção de grandes assembléias indígenas, favorecendo a articulação entre aldeias e povos, promovendo, desta forma, os primeiros passos na luta pela garantia do direito às diferenças culturais. O CIMI se posicionou como um aliado dos indígenas nas lutas pela garantia dos direitos históricos e no respeito a alteridade indígena em sua pluralidade étnico-cultural.

A partir de 1974, o CIMI começou a atuar na região sul, do antigo Estado de Mato Grosso, promovendo a primeira assembléia em Aquidauana. O CIMI, desde a sua implantação na região, manteve uma relação conflituosa com a FUNAI, sendo controlado pelo órgão tutor até mesmo na circulação dos seus membros pelas Reservas, minando toda ação concreta do Conselho. Durante a 2ª Assembléia do CIMI, realizada em junho de 1979, foi aprovada, com o apoio unânime dos bispos, a criação da regional na região de Dourados, cuja coordenação ficou a cargo de Antonio Brand. Nesse início, sua atuação ocorreu fundamentalmente em dez áreas: Panambi, Lagoa Rica, Campestre, Dourados, Caarapo, Amambai, Takuapery, Pirajui, Sassoro e Porto Lindo (Romani, 2003, p. 41-43).

A atuação da Regional consistia em incentivar e organizar encontros indígenas, publicar materiais informativos para índios e não-índios, elaborar projetos de subsistência, formar professores indígenas, articular a criação de escolas indígenas, valorizar as manifestações culturais, promover o intercâmbio entre rezadores e rituais e apoiar os indígenas nos conflitos pela posse da terra, onde teve um papel fundamental (Romani, 2003, p. 43-45).

Nos primeiros cinco anos da década de 1980, o CIMI apareceu, no jornal *O Progresso*, em uma única manchete como o fornecedor de dados referente as populações indígenas do Brasil:

*Índios brasileiros são 187.801, segundo o CIMI.* (O Progresso, 05 nov. 1980. Coluna Adiles – Rotatividade, p. 8).

Neste início da década, as ações de defesa dos direitos indígenas e de promoção de encontros, que supostamente pertenceriam ao CIMI, são atribuídas, pelo *O Progresso*, à CNBB e à diocese local:

“[...] Representantes dos Presbíteros e da CNBB - Nacional, religiosos, leigos e convidados, estudando o gravíssimo problema fundiário do Mato Grosso do Sul.” (*Apelo da igreja do MT e MS em favor dos índios*. *O Progresso*, 28 out. 1980, p. 2, parágrafo 1).

“A ‘Semana do Índio’, será comemorado [sic] em nossa cidade, com a realização de duas atividades, numa promoção da Diocese de Dourados.” (*Semana do Índio: Reunião exclusiva e culto ecumênico marcam a comemoração da data em Dourados*. *O Progresso*, 15 abr. 1982, p. 3, parágrafo 1, grifo do jornal).

A partir da segunda metade da década estudada, a postura editorial de *O Progresso* deixa de vincular essas ações à CNBB e à diocese local, transferindo para o CIMI a promoção de eventos e encontros em favor da causa indígena, como observado abaixo:

*CIMI faz coleta de assinaturas*. (*O Progresso*, 06-07 jun. 1987, capa).

“[...] o Conselho Indigenista Missionário-CIMI, estará promovendo um mutirão em defesa dos direitos dos índios na Constituição brasileira.” (*Mutirão em defesa do índio*. *O Progresso*, 11 jun. 1987, capa, parágrafo 1).

“A discussão no encontro é feita na própria língua dos índios e o apoio do CIMI é logístico.” (*Índios iniciarão protesto*. *O Progresso*, 25 nov. 1987, p. 2, parágrafo 7).

Além da promoção de eventos e encontros, o CIMI foi noticiado por meio da reprodução de discursos diretos e indiretos de seu representante local, fato que o jornal fez questão de frisar, como observado abaixo:

“[...] afirmou ontem Hilário Paulus, representante do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).” (*Exame anti-AIDS em área indígena – Quem é o “estranho” indaga missionário*. *O Progresso*, 16-17 abr. 1988, chamada de capa).

“[...] segundo o coordenador local do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Hilário Paulus.” (*Índios iniciarão protesto*. *O Progresso*, 25 nov. 1987, p. 2, parágrafo 2).

O CIMI também representou o índio em vários casos de desrespeito aos direitos indígenas e de violências praticadas contra os mesmos. A edição do dia 03 de abril de 1986, *O Progresso* trouxe na parte central da capa a notícia titulada: *Caarapó: morte de índio será apurada*; onde relatou a ida do coordenador local do CIMI “[...] na redação de O PROGRESSO dando a versão do crime.” (Parágrafo 1). Também é enfatizado que o mesmo pressionará os órgãos policiais para a apuração do caso:

“O coordenador Regional do Conselho Indigenista Missionário, Hilário Paulus, disse que iria agilizar a polícia no sentido de apurar os verdadeiros motivos que levaram ao assassinato do índio.” (Parágrafo 1).

Além dessa pressão, o coordenador acompanhará o caso para que não ocorra impunidade, como ocorreu em outros casos anteriores:

“Paulus ainda disse que é importante ficar em cima da polícia neste processo, para que o mesmo não ocorra com outros índios que foram mortos e surrados e até hoje os autores estão impunes.” (Parágrafo 4).

O artigo todo é apresentado em discurso indireto, deixando bem claro para o leitor que a denúncia não é de responsabilidade do jornal, mas sim do CIMI, através do seu representante.

Nos anos finais da década de 1980, o jornal *O Progresso* publicou dois artigos, em amplos espaços, assinados pelo CIMI: o primeiro escrito pelo presidente do CIMI e o segundo pelo seu representante local.

Em sua edição do dia 19 de abril de 1986, *O Progresso* dedicou três quartos da sua sexta página para o artigo, de autoria do Presidente do CIMI, intitulado *A causa indígena às vésperas da Assembléia Nacional Constituinte: desafios e perspectivas pastorais*. O artigo foi dividido por assuntos, contendo títulos e subtítulos, na seguinte ordem: *Introdução*; *Os Povos Indígenas e a Nova República*, contendo os subtítulos: *A Esperança*, *A Decepção*, *O Movimento Indígena e Os Novos Rumos da Política Indigenista Oficial*; *A Questão Indígena e a Assembléia Nacional Constituinte*; *Perspectivas Pastorais e Conclusão*.

O artigo do Presidente começa com uma análise sobre as reformas e transformações que a *Nova República* suscitava e a esperança de um *novo comportamento* do governo em relação aos povos indígenas nos seguintes pontos:

“A demarcação efetiva e imediata das áreas indígenas mais conflitivas e a agilização do departamento de terras da FUNAI e a remoção de alguns entraves como o Decreto 88.118/83 que retirou da FUNAI a responsabilidade e a autonomia necessária para a demarcação das terras indígenas.”

[...]

“Garantia e/ou recuperação dos territórios indígenas bem como do usufruto das riquezas neles existentes tanto do solo como do sub-solo e imediata revogação do Decreto 88.985/83 que autoriza empresas a explorar minérios em áreas indígenas legitimando práticas ilegais já em curso; punição dos agressores das populações indígenas e dos assassinos de vários líderes.” (parágrafo 2).

A seguir, o artigo relatou a decepção dos povos indígenas com a imobilidade e o descaso que o governo tratou as questões relatadas nos pontos acima mencionados:

“Passado um ano da ‘Nova República’, os povos indígenas traídos em suas esperanças, se encontram hoje consternados e não escondem sua indignação. Ao invés de agilizar os processos de regularização das terras indígenas (identificação, demarcação e homologação) se esvaziou o departamento de terras da FUNAI e os processos estão emperrados no Ministério do Interior.”

[...]

“Em vez de garantir o usufruto das riquezas naturais do solo e sub-solo das terras indígenas se acentuou o esbulho das mesmas.”

[...]

“Em lugar de serem punidos, os agressores das populações indígenas se fortaleceram mais ainda e conseguiram maior espaço de influência e interferência nas áreas indígenas. Nenhum processo contra os assassinos de índios foi levado adiante.” (parágrafo 3, grifo do jornal).

O artigo todo teve como sustentáculo a defesa dos direitos indígenas e do reconhecimento da pluralidade étnica do país, apontava soluções para uma convivência digna entre índios e não-índios e criticava a atuação governamental em relação a causa indígena. Na conclusão, o Presidente do CIMI solicitou a solidariedade de todos os setores da sociedade civil:

“A causa dos povos indígenas necessita nesse momento – e ao que parece, necessitará ainda por muito tempo – a solidariedade de toda a Igreja e de todos os setores da sociedade civil: solidariedade na discussão sobre a nova ordem constitucional neste país [...] solidariedade na defesa de uma nova qualidade de vida para todos.” (parágrafo 38).

A publicação desse extenso artigo levanta os seguintes questionamentos: Teria o CIMI comprado esse espaço no jornal? O que levou o jornal a dedicar quase uma página inteira em defesa da causa indígena? Qual representação de si que o jornal queria criar com essa publicação?

Em relação ao primeiro questionamento, a análise da publicação permite afirmar que a compra do espaço dificilmente ocorreu. O CIMI não tinha como prática a compra de espaço na mídia já que desde a sua implantação sempre teve as suas próprias publicações para divulgar suas ações, o que lhe permitia baratear o alto custo que o espaço na imprensa exige. Também foi constatada uma grande diferença entre a emissão do artigo, 30 de março de 1986, e a sua publicação no jornal *O Progresso*, no dia 19 de abril de 1986, data comemorativa ao Dia do Índio, onde se conclui que a publicação ocorreu em alusão a comemoração.

Com relação aos outros questionamentos, a análise constatou que o discurso empregado pelo Presidente do CIMI, apesar de estar relacionado à causa indígena, contém várias representações a qual o jornal *O Progresso* está comprometido, no momento, na sua propagação. Dentre essas representações pode-se destacar a de povo *civilizado, ordeiro, desenvolvido*, comprometido com o *cumprimento da justiça e da lei*. Associado a essas imagens, o artigo cobra a imediata demarcação das áreas indígenas mais conflitivas, o que resultaria no fim dos conflitos entre os Guarani e fazendeiros, conflitos estes que manchavam a imagem da região, reportando ao *estigma da barbárie*. Finalizando, o pedido de solidariedade, a setores da sociedade civil, *na defesa de uma nova qualidade de vida para todos*, está em sintonia com seu nome e slogan: *O PROGRESSO: pensamento e ação por uma vida melhor*.

No dia 19 de abril de 1989, o matutino trouxe em manchete de capa, com chamada para a última página, a notícia *Dourados ergueu-se em cima de um território guarani*. O artigo relata a fala, apresentada de forma direta e indireta, do coordenador local do CIMI. A matéria inicia com um panorama da população Guarani no Estado:

“Calcula-se que hoje vivem no Estado de Mato Grosso do Sul, cerca de 17.000 índios guarani. Destes cerca de 5.000 habitam e perambulam por fazendas e os outros 12.000 moram em aldeias.” (parágrafo 1).

O representante do CIMI, a seguir, apresenta a denúncia de desrespeito aos direitos indígenas já conquistados e faz críticas a atuação e a política praticada pela FUNAI:

“A Constituição Federal lhes outorgou direitos, artigos 231 e 232; só que as autoridades continuam não respeitando o pouco direito que os índios conseguiram, com sofrimento a muito tempo [sic].” (parágrafo 3).

“Segundo Aquiles, ‘o assistencialismo a que foram empurrados e assustados [sic]. A política integracionista do órgão encarregado apenas os viciou. E hoje, quando dependem em tudo, sementes, máquinas, remédios, a FUNAI diz não ter mais recursos e os deixa ainda mais abandonados’.” (parágrafo 4, grifo do jornal).

Ao concluir, fez uma análise da situação dos Guarani:

“No caso de Mato Grosso do Sul, em especial Dourados, os guarani, desprezados, jogados à beira da sociedade branca que cada vez mais os despreza, servem de mão-de-obra barata nas fazendas e usinas.” (parágrafo 6).

Nota-se, neste artigo, que a postura editorial adotada pelo jornal, no artigo analisado anteriormente, se mantém, denunciando o desrespeito aos direitos e a omissão da FUNAI em solucionar os conflitos que mancham a imagem de progresso da região. Em ambos os artigos, *O Progresso* procura deixar evidente, com a apresentação de discursos diretos e indiretos, a sua isenção nas informações e que a responsabilidade das mesmas são dos autores. Noticiar seria informar de modo *neutro e objetivo* onde os conteúdos eram os acontecimentos e as falas dos entrevistados. O jornal desvinculava-se da investigação e seus jornalistas não poderiam: avaliar, julgar, opinar e nem interpretar. A imparcialidade e a objetividade sustentariam a noção de informação, produzindo um efeito de transparência e de verdade.

Fica evidente que a postura editorial adotada pelo jornal *O Progresso* em relação ao CIMI oscilou em dois momentos: no primeiro, um silêncio total das ações promovidas pela entidade e da sua existência, uma vez que o jornal creditava essas ações a Diocese local ou a CNBB. Esse silêncio está em consonância com o silêncio promovido em relação aos Guarani, bem como com os ideais propagados pelo matutino, haja vista que o CIMI lutava pelo direito do *índio ser índio e viver como tal*, postura essa que contrariava a imagem de progresso da região. No segundo, a divulgação dos manifestos do CIMI, principalmente do seu representante local, está em consonância com o ideário do diário douradense, já que os mesmos denunciam irregularidades e

abusos em relação aos direitos indígenas, que nesse momento representavam os *nostros direitos*.

### 2.3 – O *PROGRESSO* E AS INSTITUIÇÕES SILENCIADAS

Além da FUNAI e do CIMI, o jornal *O Progresso*, na década de 1980, apresentou em suas páginas, de forma pontual e esporádica, outras entidades que representavam o índio, como a Missão Evangélica Caiuá, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, o Centro Universitário de Dourados – CEUD, campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, os agentes políticos na figura de deputados e o Projeto Kaiowa-Ñandeva – PKÑ. Essas entidades abrangem instituições missionárias, universitárias e políticas que aparecem em ocasiões distintas durante o período analisado.

#### 2.3.1 – A MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ

A Missão Evangélica Caiuá foi implantada, em Dourados, no dia 28 de agosto de 1928, por um grupo de quatro pessoas não-índias: o médico Nelson de Araújo, o reverendo Alberto Maxwell, o agrônomo João José da Silva e o professor Esthon Marques.

Em notícia publicada no dia 28 de agosto de 1981, com o título *Sem festa, Missão Caiuá completa 53 anos – Valorizando o atendimento ao índio*, o jornal *O Progresso* afirmou que a instalação da Missão ocorreu porque esses profissionais “[...] se fundamentaram no fato de que Dourados já era, na época, uma cidade que comportava muitos índios.” (Parágrafo 2).

Neste artigo, de quase meia página, *O Progresso* não se restringiu aos aspectos históricos da implantação da Missão, mas também faz um panorama do trabalho executado pela instituição. O discurso do jornal enaltece o trabalho missionário, afirmando que a prestação de assistência social só era possível porque conta com apoio de outras entidades e colaboradores:

“Missão Caiuá executa um trabalho de assistência social ‘desinteressada’ atendendo no campo espiritual, médico e educacional, com a manutenção através de oferta de amigos e apoio de entidades sociais.” (*Sem festa, Missão Caiuá completa 53 anos – Valorizando o atendimento ao índio*. O Progresso, 28 ago. 1981, parágrafo 3, grifo do jornal).

A matéria também enfatiza as dificuldades financeiras pela qual a Missão passava, sendo cogitado um provável fechamento da entidade por falta de verbas para compra de alimentos aos pacientes e pagamento dos funcionários.

A notícia apresenta contradições quanto à origem dos recursos financeiros já que em alguns parágrafos é enfatizado que a instituição não recebe ajuda financeira governamental, atribuindo a origem dos recursos às doações:

"[...] a Missão Evangélica Caiuá congrega ainda as cidades [...], sendo que não recebe proventos do governo."  
[...]

"Dona Loyde Bonfim elogiou a participação de todos em prol da Missão – ‘essa nossa sociedade tem sido maravilhosa’ – e informou que hospitais e médicos têm, constantemente, prestando [sic] sua contribuição para com a instituição religiosa, colaborando com a raça primitiva. A Igreja Presbeteriana [sic] Independente do Brasil e a Missão Presbeteriana [sic] do Brasil são os órgãos mentenedores [sic] da Missão Caiuá.” (*Sem festa, Missão Caiuá completa 53 anos – Valorizando o atendimento ao índio*. O Progresso, 28 ago. 1981, parágrafos 4 e 9, grifo do jornal).

A escassez de recursos é creditada à falta de apoio do Estado, pois o governo estadual não teria mais cooperado financeiramente; exceto valores ínfimos:

"O último governador que cooperou com a Missão foi na gestão do então governante de Mato Grosso."  
[...]

"Em abril do ano passado, depois de uma pequena ajuda do governo."  
(*Sem festa, Missão Caiuá completa 53 anos – Valorizando o atendimento ao índio*. O Progresso, 28 ago. 1981, parágrafos 4 e 5).

Além dessas ajudas governamentais, o jornal *O Progresso* também informa que a Missão possui convênios com o órgão tutor oficial:

"Hoje, a Missão Caiuá possui convênio de saúde com a FUNAI." (*Sem festa, Missão Caiuá completa 53 anos – Valorizando o atendimento ao índio*. O Progresso, 28 ago. 1981, parágrafo 4).

Mesmo após meio século de existência dessa entidade, o jornal demonstrava um desconhecimento sobre sua localização, confundindo os seus limites com os da Reserva:

"[...] o indígena Felipe Fernande (foto), para denunciar certas 'arbitrariedades' - disse ele - que vem ocorrendo na Missão Evangélica Caiuá, envolvendo problemas de terra." ("*Estão querendo tirar a terra do meu padraço à força*", denuncia indígena. O Progresso, 15 jul. 1980, p. 3, parágrafo 1).

Exceto essas reportagens, a Missão apareceu somente em outras três reportagens, sendo duas relacionadas às comemorações da Semana do Índio:

*Semana do Índio é comemorada esta semana - Em Dourados, nada de especial.* (O Progresso, 14 abr. 1981, p. 3).

*Dia do Índio comemorado sem solenidades.* (O Progresso, 21 abr. 1981, capa).

Posteriormente, em 1987, noticiaram a inauguração de uma quadra de esporte na escola localizada na Missão:

*Indígenas já contam com quadra de esportes.* (O Progresso, 05 mar. 1987, p. 2).

Apesar do longo período de existência e dos diversos trabalhos desenvolvidos junto à população indígena local, abrangendo saúde, educação e produção agrícola, a Missão Evangélica Caiuá é silenciada nas páginas do jornal *O Progresso* durante a década de 1980. Nas poucas aparições o discurso empregado enfatizava as dificuldades financeiras para a realização do trabalho executado por esta instituição. Esse silêncio em relação as ações desenvolvidas pela Missão está em consonância com a exclusão dos Guarani das páginas do jornal uma vez que a divulgação dos trabalhos executados pela Missão acarretaria na inclusão do elemento indígena local, o que não estava nos planos do jornal.

### 2.3.2 - AS INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS

Durante a década de 1980, o jornal *O Progresso* publicou matérias esporádicas envolvendo instituições universitárias com a causa indígena, mais precisamente sobre os

debates realizados nos encontros da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e nas Semanas Acadêmicas, promovidas pelo Centro Universitário de Dourados – CEUD, pertencente à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. As reportagens sobre essas instituições eram distintas. Os primeiros cinco anos foram dedicados à SBPC enquanto que o CEUD só ocupou as páginas do matutino a partir de 1985.

A SBPC apareceu já no primeiro ano da década em duas manchetes publicadas nos dias 10 e 11 de julho de 1980, com os títulos *Debate da SBPC: A violência social contra o menor e o índio* e *Debate da SBPC: O genocídio e o massacre cultural da entidade indígena*, respectivamente.

Nos dois artigos há críticas sobre a atuação da FUNAI e das políticas indígenas em andamento. Foram destacados, sobretudo, os problemas de povos que habitam a região norte do país. Refere-se à reportagem:

“Porfírio de Carvalho, indigenista, afirmou que a FUNAI está cometendo um verdadeiro genocídio, porque a entidade que deveria zelar pelo respeito e cumprimento da lei é a primeira a desrespeitá-la.”  
[...]

“A FUNAI fica dando dinheiro, presentes, subornando os índios, ao invés de dar-lhes condições de se manterem como nações de culturas.”  
(*Debate da SBPC: A violência social contra o menor e o índio*. O Progresso, 10 jul. 1980, p. 9, parágrafos 3 e 4).

Em 15 de julho de 1981, *O Progresso* noticiou, na manchete de capa, *Junto à SBPC sociólogo defende culturas indígenas e condena “monopólio” da FUNAI*, fazendo chamada para o artigo publicado na página 2. O artigo destaca a comunicação feita pelo sociólogo João Vieira, diretor do Museu Rondon, da Universidade Federal de Mato Grosso, na reunião da SBPC onde ele defendia a preservação das culturas indígenas e atacava a postura da FUNAI em relação a tutela.

A SBPC voltou a ocupar as páginas do jornal, somente em 11 de junho de 1984, em manchete de capa, com o título *“Terra de Índio” despertou interesse na 36ª Reunião da SBPC em São Paulo*. Neste artigo, a ênfase vai para a apresentação do vídeo, retratando o conflito territorial indígena, produzido por dois douradenses. Foi destacado a boa receptividade do mesmo entre os participantes do evento. Essa matéria encerrava a aparição da SBPC, vinculada à causa indígena, nas páginas de *O Progresso* na década de 1980.

Em todas as matérias publicadas em relação a SBPC, os articulistas procuravam deixar claro que as posturas editoriais eram de isenção, pois o jornal estaria reproduzindo debates e opiniões que ocorriam durante as reuniões da SBPC, isentando-se da responsabilidade dos conteúdos veiculados. O compromisso do jornal seria com a verdade e com sua independência editorial. Esses discursos procuravam reforçar a credibilidade do jornal ao mesmo tempo em que denunciava seu compromisso com uma representação da cidade de Dourados e de Mato Grosso do Sul associado ao progresso e civilidade, da qual os indígenas foram excluídos e silenciados.

A primeira aparição do CEUD, relacionado com a questão indígena, nas páginas do jornal *O Progresso*, ocorreu em 11 de abril de 1985, trazendo o título *Índio, tema de promoção de estudantes do CEUD*. O destaque da notícia é a programação da *Semana do Índio* que contou com apresentação de filmes e debates sobre o tema. Essa promoção apareceu em mais duas manchetes:

*“República Guarani” abre hoje a Semana do Índio.* (O Progresso, 12 abr. 1985, capa).

*Continua a Semana do Índio no CEUD.* (O Progresso, 19 abr. 1985, capa).

O jornal só voltou a citar o CEUD em 24 de novembro de 1988, com a manchete de capa *5º ano da morte de Marçal de Souza – mesa redonda amanhã, no CEUD*. Este artigo relatava a programação de uma mesa-redonda na universidade para discutir as questões indígenas e a morte de Marçal de Souza, que, após cinco anos, ainda não estava esclarecida e seus autores continuavam impunes:

“Nesta sexta-feira no Centro Universitário de Dourados – CEUD [...] acontecerão várias atividades relativas à importância do líder guarani Marçal de Souza, bem como de questões ligadas a causa indígena.” (parágrafo 2).

Neste sentido, o papel das instituições universitárias era a promoção de eventos para discussão, por não-índios, das questões indígenas, visava, sobretudo, à produção de conhecimento científico sobre as populações nativas.

Em todas as notícias envolvendo o CEUD, ganhava destaque o tom de informação da programação dos eventos empregado pelo *O Progresso*. A análise constatou que esse silêncio em relação a instituição universitária local não está

relacionado a postura editorial do jornal mas sim a falta de projetos de extensão universitária junto a população indígena local já que não há nenhum núcleo específico, até os dias atuais, dedicado aos Guarani.

### 2.3.3 – AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

No decorrer da década de 1980, o jornal *O Progresso* noticiou várias ações, praticadas por políticos, de Mato Grosso do Sul e do governo federal, relacionadas à causa indígena. O maior destaque foi para os poderes legislativos estadual e federal. Ocorreu um completo silêncio em relação aos vereadores de Dourados, que não apareceram em nenhuma reportagem vinculados à comunidade indígena no período estudado.

Nos primeiros anos da década analisada, o destaque ficou para os representantes da esfera estadual, sendo que as questões envolvidas abrangiam comunidades de outros povos, que habitam localidades que estão fora da região de Dourados:

“Após receber em seu gabinete na Assembléia Legislativa uma delegação de índios Terenas das Aldeias de Taunay, o deputado [...]” (*Orro critica FUNAI. O Progresso*, 19 fev. 1982, p. 2, parágrafo 1).

“[...] a indicação dos deputados para realização de estudos da nova demarcação da Reserva Kadiwéu que está gerando tensões sociais na região.” (*Jonatam e Djalma Barros querem nova demarcação para Reserva Indígena. O Progresso*, 28 set. 1983, p. 2, parágrafo 1).

Nesse início da década de 1980, a postura editorial do jornal priorizou as notícias indígenas de outras localidades ligando-as as ações envolvendo os agentes políticos.

Após o assassinato do líder Guarani Marçal de Souza, em 25 de novembro de 1983, foram publicadas um grande número de reportagens enfocando os discursos dos deputados estaduais e federais, sobre a morte dessa liderança indígena. No dia 30 de novembro de 1983, por exemplo, o jornal *O Progresso* publicou em meia página de capa, três manchetes destacando a opinião de deputados estaduais sobre a morte de Marçal:

*Djalma Barros: “Marçal foi morto por jagunços a soldo de fazendeiros”.*

*Orro quer esclarecer assassinato de Marçal guaraní.*

*Sergio Cruz: “È um ato de selvageria que não pode ficar por conta dos protestos”.*

As manchetes continuaram a relacionar os discursos e ações dos deputados em relação a morte de Marçal no início de dezembro de 1983:

*Orro expressa pesar a família de Marçal. (O Progresso, 01 dez. 1983, p. 3).*

*Deputado Mario Juruna em Dourados. (O Progresso, 02 dez. 1983, capa).*

*Milhares de pessoas ouviram Juruna – cacique pediu “reforma agrária”. (O Progresso, 06 dez. 1983, manchete de capa).*

Os discursos dos deputados faziam referência as qualidades do líder Guarani, cobrando uma rápida apuração policial, a condenação dos autores do assassinato e criticavam os órgãos governamentais, principalmente as ações desenvolvidas pela FUNAI, ao consentir que as terras indígenas fossem ocupadas por pecuaristas:

“O líder indígena Caiuá, Marçal de Souza, não aceitou propostas de suborno e passou a ser um homem marcado para morrer, afirmou ontem na Assembléia Legislativa, o vice líder [sic]do PDS.”  
[...]

“O deputado exigiu ‘um pronunciamento sério e responsável das autoridades’ e reclamou um basta ‘a notas contraditórias e desinformadas como a que foi expedida pela Casa Civil à imprensa deste Estado’.” (*Djalma Barros: “Marçal foi morto por jagunços a soldo de fazendeiros”.* O Progresso, 30 nov. 1983, capa, parágrafos 1 e 3, grifo do jornal).

“Prosseguindo, (o deputado) Sergio Cruz, afirmou que [...] ‘as terras ainda não foram expropriadas à força por grileiros, são do índio apenas formalmente, pois, na verdade são ocupadas por grandes pecuaristas e agricultores que, com o consentimento da FUNAI, arrendam-nas e, com o passar do tempo, terminam por não devolve-las’.” (*Sergio Cruz: “È um ato de selvageria que não pode ficar por conta dos protestos”.* O Progresso, 30 nov. 1983, capa, parágrafo 3, grifo do jornal).

Nas matérias, em nenhum momento, o diário douradense se posicionou, deixando claro para o leitor que a responsabilidade das falas era dos parlamentares em questão.

A partir de janeiro de 1984, as notícias envolvendo os Guarani e os representantes do poder Legislativo desaparecem das páginas de *O Progresso* e, no restante da década, só retornou, uma única vez, no dia 08 de março de 1985, em manchete de capa, com o título *Índios estão decididos em retornar à aldeia*, com a notícia que relatava o apoio de um deputado ao de grupo de índios que sofreram expulsão por fazendeiros:

“Além de exigir completa apuração do caso, (o deputado) Sergio Cruz espera severas ‘punições aos implicados e ainda pleiteia imediato retorno dos índios para demarcação nas reservas da região, todas vulneráveis devido ausência dessa providência básica para sua proteção e sobrevivência’.” (parágrafo 3, grifo do jornal).

A postura editorial de isenção se mantém sempre da mesma forma, ao reproduzir discursos diretos e indiretos do parlamentar.

Em relação ao poder executivo, as reportagens fazem menção tanto ao executivo municipal quanto ao estadual. O poder executivo municipal apareceu de forma esporádica e em manchetes que relatavam a celebração de convênios com a FUNAI e a promoção de atividades comemorativas ao Dia do Índio:

*Pré-escolar do Posto Indígena: Prefeitura e FUNAI celebram convênio.* (O Progresso, 17 jun. 1981, p. 3).

*Prefeitura promove comemoração do Dia do Índio.* (O Progresso, 15 abr. 1982, p. 3).

As notícias que apresentam o executivo estadual, enfatizavam a celebração de parcerias com o órgão tutor para o desenvolvimento de programas sócio-econômicos relacionados à produção agrícola:

“O programa que se constitui num trabalho de orientação agrícola e de educação de base, pretende a promoção das próprias comunidades, este trabalho, que estará humanizando e valorizando o trabalho do índio.” (*Programa da FASUL promoverá comunidades indígenas.* O Progresso, 17 mar. 1982, p. 2, parágrafo 1).

“[...] as reservas indígenas passarão a ter parte ativa na produção de graus do Estado.” (*Comunidades Indígenas recebem apoio da AGROSUL*. O Progresso, 02 fev. 1984, p. 2, parágrafo 3).

De todas as notícias dos programas desenvolvidos pelo executivo estadual junto as comunidades indígenas, em nenhuma os Guarani aparecem, sendo que o destaque foram os Terena, da região de Aquidauana e Miranda:

“O Programa de desenvolvimento sócio-econômico das comunidades indígenas que pretende alcançar em cada ano 500 famílias estará beneficiando diretamente os indígenas da região de Aquidauana.” (*Programa da FASUL promoverá comunidades indígenas*. O Progresso, 17 mar. 1982, p. 2, parágrafo 2).

“[...] incorporação de novas áreas agrícolas junto às comunidades indígenas dos municípios de Aquidauana e Miranda.” (*Comunidades Indígenas recebem apoio da AGROSUL*. O Progresso, 02 fev. 1984, p. 2, parágrafo 1).

Na edição do dia 12 de março de 1988, o matutino *O Progresso* trouxe em sua segunda página, a manchete *Terrasul vai demarcar áreas indígenas*, onde relatou a formação de um convênio entre o órgão estadual e a FUNAI para demarcar onze áreas indígenas. Mesmo sendo beneficiado nesse convênio, os Guarani não foram citados e o jornal destacou as localidades que seriam beneficiadas, sem especificar seus habitantes:

“As áreas a serem demarcadas e aviventadas (termo que designa a consolidação de limites) são: Buriti (Sidrolândia e Anastácio), Caarapó (Caarapó), Limão Verde (Aquidauana), Buritizinho (Sidrolândia), Nioaque (Nioaque), Panambi (Dourados), Porto Lindo (Mundo Novo), Sassoro e Amambai (Amambai), Cerrito (Eldorado) e Panambizinho (Dourados).” (parágrafo 2).

Nota-se que das onze áreas sete estão localizadas na região habitada pelos Kaiowa e Nandeva. Mesmo sendo beneficiados com a maioria das áreas a serem demarcadas, o jornal deu destaque, no final da matéria, apenas para a etnia Ofaié-Xavante, que não estava incluída no convênio, mas que foi lembrada na reunião entre o governador e os técnicos responsáveis pela realização dos trabalhos:

“A definição de uma área para o Ofaié-Xavante também foi assunto debatido com interesse durante a reunião. Marcelo Miranda determinou ao secretário Aparício Rodrigues que, através do Terrasul, efetue um levantamento técnico-geográfico para atender a nação, que hoje possui apenas 50 remanescentes, todos vivendo precariamente no município de

Sidrolândia.” (*Terrasul vai demarcar áreas indígenas*. O Progresso, 12 mar. 1988, p. 2, parágrafo 4).

Todas as notícias publicadas pelo jornal, envolvendo os agentes políticos com a causa indígena, estão em consonância com as representações, por um lado, a defesa dos direitos, da ordem e, de outro, a integração, a civilização dos índios, que fazem parte do ideário do diário douradense, que tem a pretensão de veicular às imagens de uma região desenvolvida economicamente e culturalmente. Associado a esse ideário estava a promoção das ações dos agentes políticos.

Durante toda a década 1980, as instituições políticas e seus representantes se alternaram nas notícias relacionadas com a causa indígena, ficando bem claro o papel de cada um: o poder legislativo como crítico das ações dos órgãos governamentais, principalmente da FUNAI; enquanto o poder executivo como promotor de programas de desenvolvimento sócio-econômico para as comunidades indígenas. O jornal também manteve a postura editorial de isenção, deixando claro para o leitor que a sua responsabilidade se limitava a publicação das notícias, não se posicionando criticamente em relação ao seu conteúdo.

#### 2.3.4 – O PROJETO KAIOWA-ÑANDEVA – PKÑ

O Projeto Kaiowa-Ñandeva – PKÑ foi desenvolvido entre os Kaiowa e Ñandeva do Mato Grosso do Sul, no período de 1976 até 1981, sendo coordenado pelo antropólogo Rubens Ferreira Thomaz de Almeida. O PKÑ era um projeto de desenvolvimento comunitário e de mobilização política. Sua origem foi influenciada pelo “[...] Proyecto Paĩ-Tavyterã (PPT), que atuou nas décadas de 1970 e 1980 com os Paĩ-Tavyterã Guaraní localizados na região oriental do Paraguai.” (Almeida, 2001, p. 43).

A origem do PPT surgiu das propostas apresentadas no *Simpósio sobre Fricción Interétnica em América del Sur*, realizado entre 25 e 29 de janeiro de 1971, em Bridgetown, Barbados, sendo organizado pelo *Seminar Fur Ethnologie da Universidade de Berna*, sob patrocínio do Programa de Combate ao Racismo do Conselho Mundial de Igrejas, sediado em Genebra, Suíça. Nesse encontro, foi firmada “[...] a ‘Declaração de Barbados’, documento em que se realça a condição de entidades políticas das populações indígenas do Continente.” A coordenação do PPT ficou a cargo dos signatários da referida Declaração. (Almeida, 2001, p. 43-45, grifo do autor).

O PKÑ foi desenvolvido na área indígena denominada Takuapiry, com recursos oriundos de *agências do exterior*, sem qualquer ligação com o Estado ou organizações religiosas, que apoiavam trabalhos de *caráter promocional* visando a *melhoria de vida* das populações atendidas (Almeida, 2001, p. 53).

Apesar do seu desenvolvimento não compreender, totalmente, o período analisado, o PKÑ, curiosamente, só apareceu nas páginas do jornal *O Progresso* no dia 23 de novembro de 1984, com a notícia intitulada *Líderes indígenas em reunião: há um ano que morreu Marçal*. Nesse artigo o PKÑ foi citado, juntamente com o CIMI, como promotor do encontro e de uma missa:

“Já no domingo, a reunião terá lugar a Casa de Cursilhos de Vila São Pedro, e às 19:00 horas, será realizada uma missa na Catedral Imaculada Conceição, pela passagem do 1º ano de falecimento do líder guarani. O evento é promovido pelo Conselho Indigenista Missionário e Projeto Kayawa-Ñandeva, de Amambai.” (Parágrafo 3).

Porém, a notícia que o PKÑ recebeu maior destaque foi publicada no dia 29 de abril de 1987, com a manchete “*PKN está instigando a invasão de terras*”, *denuncia produtor*. Na reportagem foi citado a vinda do proprietário de uma fazenda, localizada no município de Tacuru, a Dourados para denunciar a interferência do PKÑ na sua região:

“*Ele denunciou os integrantes do Projeto Kaiuwa Nhandeva (PKN) [sic] de estar instigando a invasão de terras na fronteira.*”  
[...]

“*O fazendeiro teme que suas terras sejam novamente invadidas pelos índios, tendo em vista a ação do pessoal do PKN de prosseguir instigando os silvícolas a invadir terras na fronteira.*” (Parágrafos 1 e 4, o grifo é meu).

Mais uma vez, a postura editorial do jornal é de isenção, deixando bem claro, através do discurso indireto, que todas as informações e denúncias são de responsabilidade do produtor, conforme grifos acima.

Após essa matéria, o matutino *O Progresso* fez mais uma referência ao PKÑ em suas páginas, onde relatou a proibição imposta pela FUNAI aos integrantes do Projeto, juntamente com o representante do CIMI, de adentrarem em áreas indígenas:

“O coordenador regional do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Hilário Paulus, que juntamente com dois antropólogos do

PKN/Amambai, foi proibido [sic] pela FUNAI, de adentrar, a partir de agosto, em áreas indígenas de todo o país.” (*Governo considera índios ignorantes, afirma Paulus*. O Progresso, 02 jun. 1988, p. 2, parágrafo 1).

A postura editorial do jornal *O Progresso* em relação ao PKÑ, no período analisado, oscilou entre o silêncio total sobre o mesmo, já que foram publicadas somente citações e em nenhum momento as realizações do projeto, e de descrédito do mesmo por meio da imagem de seus integrantes como desordeiros. Essa postura editorial silenciando o trabalho desenvolvido pelo PKÑ, estava relacionado aos objetivos do projeto que previam a organização social indígena e a valorização da sua cultura. Esses objetivos contrariavam os ideais propagados pelo jornal *O Progresso* que excluía o elemento indígena da região.

No levantamento realizado, fica claro que a maior parte das notícias veiculadas pelo jornal *O Progresso*, em relação às questões indígenas, não retratava diretamente as manifestações dos índios, mas as ações desenvolvidas por instituições, governamentais e não-governamentais, junto às comunidades indígenas ou de cunho político. O objetivo da publicação seria a promoção institucional ou individual.

Enfim, essas vozes se impõem, falam pelos indígenas, reduzindo-os ao silêncio. Sua voz abafa a do *outro*, o diálogo não se estabelece e os indígenas permanecem na condição de objeto, confundidos com a natureza que os cerca (Todorov, 1993).

### 3 – O PERSONAGEM ÍNDIO: ÍNDIO BOM OU ÍNDIO MAU?

Este capítulo retrata as representações que o jornal *O Progresso*, utilizou em suas publicações, na década de 1980, envolvendo ações praticadas por personagens indígenas.

No período estudado, o matutino douradense publicou várias notícias destacando a pessoa do índio em detrimento da etnia. As matérias relatavam casos de violência física e cultural, desrespeito dos direitos indígenas e lutas políticas, tanto entre os índios como também na relação com a sociedade envolvente.

Entre essas publicações duas situações ganharam destaque nas páginas do matutino. De um lado, as que retrataram os casos de violência e brigas políticas entre os índios, onde ganhou destaque o personagem Ramão Machado. De outro lado, as relacionadas com o assassinato e luta pelos direitos indígenas na figura do personagem Marçal de Souza. Essas duas representações elaboradas pelo jornal *O Progresso*, desvendaram os mecanismos que o matutino estabeleceu como sendo a sua concepção do mundo social e seus valores. Cabem nesse momento, os seguintes questionamentos: como os personagens índios puderam representar a concepção de mundo que o jornal defende? Quais foram os valores representados pelos personagens? Podemos afirmar que um personagem representou o *índio bom* e o outro o *índio mau*? Para dar conta desses questionamentos, a análise foi dividida por personagem, seguindo a ordem cronológica de publicação dos acontecimentos.

#### 3.1 – O ÍNDIO MAU?

“Queremos trabalho, queremos progredir na lavoura. Nosso objetivo é esse.” Ramão Machado

Nos quatro primeiros anos da década de 1980, o jornal *O Progresso* publicou, de forma esporádica, várias notícias relatando a violência e os desmandos que eram

praticados dentro da RID. Em todas as matérias, em um total de dez, o destaque foi para a figura do capitão<sup>7</sup> Ramão Machado, relacionado com todos os atos de violência.

A história de vida, do capitão Ramão Machado, na RID é nebulosa. Sua origem étnica, Terena, é questionada pelos Kaiowa e Nandeva que não o reconhece como índio, mas sim como paraguaio. A etnia Terena, em Mato Grosso do Sul, tem seu território tradicional nas bacias dos rios Aquidauana e Miranda. No fim da década de 1920, um grupo foi transferido, pelo órgão tutor, para a RID, com o objetivo de *fazer a ponte* entre os Guarani, que eram considerados muito selvagens, e os não-índios por meio do ensino de como trabalhar na agricultura. Os Terena sempre foram considerados mais *civilizados*, já que dominavam melhor o idioma português e possuíam grande aptidão para a agricultura.

Na década de 1970, os Terena, a elite econômica e política da RID, foram os mais beneficiados com o avanço do agronegócio na região de Dourados. Nesse período, eles foram muito requisitados para trabalhar na agricultura do entorno da RID e, para tanto, foram os que mais receberam cursos de formação agrícola. Além dos cursos, ministrados pela Missão Caiuá, Ramão Machado recebeu apoio financeiro dessa instituição, por meio de empréstimos agrícolas de instituições bancárias, já que essa entidade via nele a concretização dos ideais do projeto civilizatório, implantado pelos órgãos governamentais. Foi nesse momento que Ramão Machado começou a ganhar destaque.

A partir de 1972, a chefia do Posto Indígena de Dourados passou a ser exercida pelo funcionário da FUNAI José Sardinha. Sardinha, como era mais conhecido, aproveitou-se “[...] do cargo para enriquecimento próprio, em conivência com algumas lideranças indígenas corruptas.” (Prezia, 2006, p. 41). Para encobrir suas fraudes, Sardinha nomeou Ramão Machado para o cargo de capitão, que ficou conhecido pelo autoritarismo durante o seu comando. Esse autoritarismo tem suas raízes quando Ramão, depois de esfaquear um guarani que quase faleceu, fugiu para Ponta Porã e entrou para o exército. Essa experiência militar foi responsável, juntamente com o apoio do órgão oficial, pela maneira despótica como conduziu a *sua polícia indígena e a cadeia*, criada para aqueles que desobedecessem a suas ordens (Prezia, 2006, p. 42).

---

<sup>7</sup> A figura do capitão está enraizada em vários povos indígenas do Brasil. O seu surgimento ocorreu no momento do contato entre os índios e os não-índios, sendo a sua função fazer a ponte entre a comunidade indígena e a sociedade envolvente. Com o passar do tempo, o capitão adquiriu mais poder que as lideranças tradicionais, já que ele passou a controlar os bens destinados a comunidade, pelo órgão tutor. Neste trabalho utilizarei o termo capitão, escrito com letra maiúscula, para referir-se ao capitão Ramão Machado.

O capitão Ramão Machado soube aproveitar-se do poder que o cargo detinha, controlando todos os benefícios, desse período, destinados à população da RID. Essa habilidade possibilitou que ele se tornasse testa-de-ferro de arrendatários não-índios, no maior proprietário de terras e cabeçante<sup>8</sup> dentro da RID. Desta forma, o Terena capitão Ramão Machado, passou a deter o poder político e econômico em uma Reserva Indígena onde sua etnia era minoria e sua origem étnica não era reconhecida pela maioria dos seus habitantes.

A sua atuação no cargo de capitão foi marcada pela violência e pelo autoritarismo. Ao contrário do que muito estudiosos afirmaram, o estudo constatou que essa atuação não ficou restrita aos Kaiowa e Nandeva, como se fosse uma rixa entre as etnias Guarani e Terena, mas também se estendeu aos rivais políticos da sua etnia. Para dar respaldo as suas atuações, o capitão Ramão Machado contava com amplo apoio da FUNAI e de uma milícia, composta por simpatizantes.

A violência, praticada pelo capitão Ramão Machado, começou a ser noticiada pelo jornal *O Progresso*, no período analisado, já no primeiro ano da década de 1980. No dia 15 de julho de 1980, o jornal trouxe a manchete de capa *Indígena denuncia que “estão querendo tirar a terra de meu padraço, à força”* onde relatou a denúncia de uma briga, entre os índios, pela posse de terras na RID e de ameaças feitas *pela polícia do capitão Ramão Machado*:

“Dias desses, o Simião, ia na casa [sic] do meu padraço, juntamente com a polícia do capitão Ramão para assustarem a família, porque ele (Simião) está [sic] querendo a terra à força.” (parágrafo, 7).

Nessa matéria, a ação do Capitão foi indireta já que o jornal creditou os atos de violência à *polícia do capitão Ramão*. A postura editorial de isenção se manteve, por meio do tom de denúncia, ficando a responsabilidade do matutino em publicar as informações, sem checar a veracidade das mesmas, prestadas pelo denunciante, fato que o jornal fez questão de frisar:

“Estou aqui (no jornal), para que publiquem isso, porque nós também queremos justiça.” (parágrafo 9).

---

<sup>8</sup> O termo “cabeçante” é utilizado na RID para designar a pessoa responsável em arrumar trabalhadores para o corte da cana, também conhecido por “gato”.

O capitão Ramão Machado voltou à cena, no jornal *O Progresso*, no dia 19 de abril de 1983, quase três anos após a notícia anterior. Em manchete de capa, intitulada *Índios denunciam injustiças na Reserva*, o diário douradense publicou a presença de *aproximadamente sessenta índios*, na Delegacia de Polícia de Dourados, para denunciarem os atos de *maus tratos, irregularidades e injustiças* praticados pelo Capitão com apoio do Chefe de Posto da FUNAI:

“Revoltados com os maus tratos, aproximadamente sessenta índios compareceram ontem à tarde, na Delegacia de Polícia de Dourados, quando denunciaram para as autoridades, todo tipo de irregularidades e injustiças, que segundo eles, vêm sendo praticadas pelo capitão Ramão Machado que, para isto conta com a omissão do Chefe do Posto Indígena Terena-Caiuás e Guaranis [sic], Vandelino Bravim.” (Parágrafo 1).

O jornal, apesar de colocar em dúvida a representatividade do grupo denunciante, ao afirmar que os mesmos *se dizem representantes*, fez questão de destacar que a denúncia tinha respaldo da maioria dos habitantes da RID, fatos estes que acarretaram a falta de solenidades, na RID, relativas às comemorações do Dia do Índio:

“Hoje, por exemplo, quando se comemora o ‘DIA NACIONAL DO INDIO’ nenhuma solenidade será realizada no Posto Indígena de Dourados, pois noventa por cento dos índios estão revoltados, pedindo de imediato, a demissão do capitão Ramão. De acordo com os ‘silvícolas’, Ramão, apesar de não ser índio, tem sido responsável direto por diversos espancamentos.” (Parágrafo 2, grifo do jornal).

O matutino também destacou o poder que o Capitão possuía, superando o do Chefe de Posto, demonstrando que a sua influência, junto a FUNAI local, ia além da função de representar a comunidade:

“Dentre os atos de injustiças que estão sendo denunciados pelos indígenas, consta o espancamento e morte de Ezidro Juca Cruz, em outubro de 1.978. Maus tratos e espancamentos de Albino Souza, Abrão Montana, Neto Vera, Pedro Ferreira, Ozélio Assis Moraes e Aquino Moraes. Este último, foi [sic] amarrado e espancado por diversos ‘cupinchas’ do capitão Ramão, que pertence à nacionalidade paraguaia; mas, manda e desmanda no Posto Indígena de Dourados.” (Parágrafo 3).

O jornal *O Progresso*, embora tenha tentado passar para o leitor a sua imparcialidade, adotou uma postura editorial, nos dois parágrafos acima e, de forma

surpreendente, posicionou-se em favor dos denunciantes. A não realização das festividades na RID se devia a revolta da maioria absoluta dos habitantes em relação ao Capitão, que defendeu o seu afastamento do cargo, ao questionarem a sua etnicidade Terena e o poder político do mesmo no Posto. Essa postura, a favor dos denunciantes, aparece na utilização do recurso da voz indireta.

Porém, a análise detectou que essa postura editorial está em consonância com os ideais, propostos pelo jornal *O Progresso*, que era de propagar imagens positivas da região e que os atos de *barbárie*, que estavam ocorrendo na RID, eram praticados por um *estrangeiro paraguaio*, com ampla rejeição da população indígena local. Para garantir essas representações o matutino fez um enorme silêncio em relação à anuência do órgão tutor com os atos praticados pelo capitão Ramão.

Além das irregularidades, injustiças e atos de espancamentos praticados pelo capitão Ramão Machado, o matutino também destacou que o mesmo usava o seu poder de influência para proteger seus parentes e aliados em diversas acusações:

“Outra denúncia séria feita na tarde de ontem pelo indígena Edgar Félix, e, que envolve o capitão da aldeia local, é que recentemente sua filha M.F., de 17 anos, foi deflorada pelo Wilson de Matos, irmão do capitão Ramão Machado. Segundo denúncia do pai da moça, sua filha foi drogada e depois seviciada pelo sujeito. Mais tarde, conta o pai da menor, ele se dirigiu até o gabinete do Chefe do Posto Indígena de Dourados, Vandelino Bravim, quando denunciou o fato e pediu providências. Bravim por seu turno, mandou que a denúncia fosse feita ao capitão Ramão, que após ameaçar o pai da garota, ordenou que o mesmo permanecesse de boca fechada. Caso contrário, seria [sic] morto pelo Wilson de Matos, que é conhecido na aldeia local, como ‘pinta braba’.” (Parágrafo 4, grifo do jornal).

O matutino deixou claro para o leitor que as denúncias eram de conhecimento da regional da FUNAI, na capital Campo Grande, por meio de um índio terena do município de Miranda, que esteve na sede do órgão relatando os atos de violência praticados na RID. O delegado da FUNAI afirmou que concordava com as *atitudes erradas* do capitão Ramão Machado, demonstrando que a influência, do Capitão, não era restrita ao Posto Indígena:

“Paulino Bagordukis, pertencente a tribo Tereno [sic], do município de Miranda, está em Dourados, acompanhando de perto o movimento dos seus colegas. Inclusive já esteve na Fundação Nacional do Índio – FUNAI, de Campo Grande. Na oportunidade, disse ele, ‘relatei todas as injustiças que estão sendo feitas contra meus companheiros de

Dourados. Mas o delegado-substituto da FUNAI, Delson Vieira, afirmou que concorda plenamente com as atitudes erradas cometidas pelo capitão Machado e seus *cupinchas*’.” (Parágrafo 6, grifo do jornal).

Um dia após publicar a notícia contendo as denúncias, 20 de abril de 1983, o jornal *O Progresso* trouxe em manchete de capa, com uma foto do Chefe do Posto local, a matéria intitulada *Responsáveis pela reserva negam ocorrências de injustiças*, onde relatou a entrevista coletiva, do Chefe de Posto e do capitão Ramão Machado, concedida à imprensa local, para rebater as acusações feitas no dia anterior. Com relação as denúncias envolvendo o Chefe de Posto, o matutino se limitou a publicar que o mesmo “[...] negou que estivesse ocorrendo alguma irregularidade [...]” e “[...] garantiu que não tem conhecimento das demais denúncias apresentadas [...]” (parágrafos 1 e 2).

As declarações do capitão Ramão Machado seguiram o tom de negação apresentados pelo Chefe, informando que o mesmo está *agindo corretamente e dentro da lei* e que as punições não são aplicadas por ele ou pelo Chefe de Posto, mas sim por dois Conselhos formados por membros da comunidade indígena. O capitão Ramão estaria:

“[...] agindo corretamente e dentro da lei, porisso [sic], alguns elementos não estão concordando com o seu esquema de trabalho, que tem por objetivo moralizar a pessoa do silvícola, não permitindo que aquela reserva seja transformada num campo de batalha.”

“[...] não existe nenhum caso de espancamento naquela aldeia, apenas caso de índios que bebem demais e são punidos pelo Conselho Indígena. Afirmou que esse Conselho aplica uma punição ao infrator, que, geralmente, não vai além de uma ‘tarefa’ para capinar ou limpar a sujeira da beira das estradas.” (parágrafos 3 e 4, grifo do jornal).

As punições, atribuídas ao capitão, foram amenizadas, já que elas seriam de responsabilidade dos Conselhos Indígenas e não sua.

Encerrando a matéria, o diário douradense publicou a denúncia, feita pelo Capitão, da existência de indivíduos não-índios que manipulariam os índios a fim de questionarem seus métodos e poderes. Os indígenas que estavam participando do movimento de contestação a sua autoridade seriam julgados pelo Conselho:

“Por último, Ramão denunciou a existência de agitadores, que nem pertencem a classe indígena. Interrogado sobre o futuro destes silvícolas que estão participando de movimentações e denunciando

irregularidades na justiça, Ramão afirmou: ‘Eles serão julgados pelos membros dos Conselhos’.” (Parágrafo 6, grifo do jornal).

A análise dessa notícia demonstra que a postura editorial de isenção do jornal *O Progresso* não se limitou ao uso do discurso indireto, colocando a responsabilidade das informações publicadas nos acusados. A reportagem em nenhum momento checkou as denúncias relativas à origem étnica do Capitão e ao poder que o mesmo tem junto ao representante da FUNAI, ocorrendo um grande silêncio no texto sobre essas questões. A análise também mostra que o matutino procurou desqualificar os denunciantes, que foram considerados *agitadores* e *bêbados* influenciados por não-índios, que atrapalhavam o esquema de trabalho do capitão Ramão que vinha agindo *corretamente e dentro da lei* e que tinha por objetivo *moralizar* a imagem dos índios. Com relação aos espancamentos praticados pelo Capitão, o diário douradense publicou que não passavam de pequenas *tarefas*, capina e limpeza das estradas, aplicadas, como método educativo, aos *índios bêbados*. Essas punições seriam definidas por dois Conselhos Indígenas, deixando claro que o Capitão Ramão não interferia nessas decisões, uma vez que os casos eram *julgados pelos membros do Conselho*.



Fonte *O Progresso* 20 abr. 1984.

Após essa notícia, o capitão Ramão Machado voltou a ser destaque nas páginas do jornal *O Progresso*, no dia 10 de agosto de 1983, com a manchete de capa *Eleição na Reserva Indígena: três pessoas feridas e uma com o crânio fraturado*, onde relatou a disputa interna pelo cargo de capitão na RID. Segundo o matutino, a eleição realizada para o cargo de capitão terminou em briga generalizada, já que muitos estavam indignados com a participação de Ramão Machado em uma das chapas:

“[...] alguns silvícolas se envolveram em uma briga que teve de tudo: paulada, tijolada, luta corporal e até tiros [...] devido a insatisfação com a participação do capitão Ramão na eleição.” (Parágrafo 1).

No decorrer do texto, o matutino informou que depois de várias denúncias contra o capitão Ramão Machado e pedidos de sua substituição do cargo, a FUNAI decidiu fazer uma nova eleição. Porém, permitiu a participação de Ramão em uma das chapas. O matutino informou, segundo denúncias, que a briga ocorreu quando *pessoas de fora* foram votar e que um vereador, sem citar qual era, foi acusado de ser *o principal responsável pelos atritos envolvendo índios*.

No dia 11 de agosto de 1983, o jornal *O Progresso* publicou em manchete de capa, *Trégua entre índios, mas PM continua na Reserva*, onde relatou que após reunião, realizada nas dependências da polícia militar, foi acertada uma trégua, provisória, entre os concorrentes até a escolha de um novo capitão para a Reserva:

“Após dois dias agitados na Reserva Indígena de Dourados, os representantes das chapas verde e amarela, encabeçadas pelos caciques Fernando Jorge e Ramão Machado da Silva, respectivamente, resolveram fazer uma ‘trégua’, em 3 horas de reunião na 4ª CIA de PM, até que a situação volte a normalidade e os componentes das chapas concorrentes, possam sentar na mesa [sic] e discutirem a melhor forma para resolver o impasse.” (Parágrafo 1, grifo do jornal).

Para garantir a trégua, os indígenas solicitaram a presença das polícias militar e federal no interior da RID:

“[...] aceitou o pedido formulado pela Chapa Verde, solicitando que os policiais militares permaneçam na Reserva Indígena, para manter a segurança e tranquilidade de todos, juntamente com os agentes do Departamento de Polícia Federal.” (Parágrafo 3).

Por meio dessa solicitação, o jornal *O Progresso* deixou claro para o leitor a incapacidade dos indígenas em resolverem os seus problemas já que os mesmos necessitam dos policiais para manterem a *segurança e tranqüilidade* na RID, mesmo após a formulação da trégua. Essa solicitação demonstra a RID como um local de graves conflitos, envolvendo violência e abusos de poderes. As motivações eram variadas, incluía a posse de terras, exploração de madeira, arrendamento, indicação para ocupar cargos políticos.

O diário douradense fez questão de frisar, em mais de um momento, que o acordo aconteceu sem qualquer interferência dos não-índios:

“Na reunião de ontem a [sic] tarde, nas dependências da 4ª Companhia Independente de Polícia Militar, participaram apenas os silvícolas, sendo que os representantes da Fundação Nacional do Índio – FUNAI [...] achou por bem, deixar que os índios discutissem sozinhos o assunto, sem a presença de policiais, nem da imprensa.” (Parágrafo 4).

Mesmo frisando que não houve interferência externa na decisão dos concorrentes, o matutino ressaltou mais de uma vez o local, na polícia, onde foi realizada a reunião, deixando implícito para o leitor que a trégua foi a única solução para que nenhum índio fosse preso.

No último parágrafo da notícia, o matutino informou que o Chefe de Posto local tinha sido transferido para outra região:

“[...] a FUNAI de Campo Grande decidiu deixar com Chefe Interino do Posto Indígena, o sr. Hélio, que veio de outra região, enquanto o ex-chefe do Posto, Vandelino Bravin, foi designado a ocupar o cargo do Chefe do Posto de Amambai, sendo que o mesmo, solicitou que fosse transferido para alguma região de São Paulo.” (Parágrafo 6).

A informação da substituição do Chefe de Posto, que pactuava com os atos do capitão Ramão Machado, veio como uma solução para os casos de violência, já que a presença de um novo Chefe demonstra novos tempos para a RID.

Porém, no dia 25 de outubro de 1983, o nome do capitão Ramão Machado voltou a ser citado, pelo jornal *O Progresso*, na notícia intitulada *Assassinato na Reserva Indígena*. A matéria relatou um assassinato ocorrido, no dia anterior, na RID onde destacou que o motivo estava relacionado a uma discussão sobre a administração do Capitão, sendo o assassino parente do mesmo:

“Embora até o momento pouca coisa foi [sic] apurada a respeito da morte, sabe-se no entanto, que o assassinato girou em torno de discussão costumeira, como vem ocorrendo a [sic] muito tempo, com a maioria dos índios, descontentes com a administração de Ramão Machado, que é parente do assassino Nobre de Freitas.” (Parágrafo 3).

Nesse parágrafo, o diário douradense passou para o leitor a imagem de desordem, na comunidade indígena, e a incapacidade dos seus membros em resolver as *discussões costumeiras* pacificamente. Essa classificação dos conflitos existentes na RID minimiza os problemas vividos pela comunidade indígena.

No dia 28 de dezembro de 1983, o nome do capitão Ramão Machado voltou as páginas, do jornal *O Progresso*, em manchete de capa, *Situação na Reserva Indígena volta a normalidade – Presos os assassinos de Guaracy e Delmiro*, relacionado a atos de violência praticados contra oponentes políticos. O destaque ficou para a prisão do irmão do Capitão por assassinato, cometido contra um membro da família do seu maior rival, Marçal de Souza, o que gerou uma grande revolta no interior da RID:

“A situação na Reserva Indígena de Dourados, que era tensa desde a última sexta-feira, voltou à normalidade na manhã de ontem, quando na sede do Departamento de Polícia Federal, desta cidade, o índio Wilson Mattos da Silva, responsável pelo assassinato de Guaracy de Souza (primo do líder indígena recentemente assassinado, Marçal de Souza) foi apresentado ao delegado federal desta região, dr. Beiriz, pelo ex-chefe de segurança do Posto e irmão do assassino, Ramão Machado.” (Parágrafo 1).

A notícia trouxe a versão do assassino, que alegou legítima defesa e acusou a vítima de ameaça, afirmando que a mesma havia prometido matar seu irmão e ele:

“[...] Wilson prestou depoimento até a tarde de ontem, quando afirmou que ‘por volta das 21:30 horas do dia de natal, numa estrada fora da área da aldeia indigenista [sic] desta município foi cercado pela vítima que já havia feito a promessa que ia matá-lo juntamente com seu irmão Ramão Machado’. No momento, disse, foi travada uma luta corporal entre Wilson e Guaracy, este último armado com uma ‘peixeira’ acabou sendo assassinado pelo primeiro, com três tiros de revólver calibre 22.” (Parágrafo 2, grifo do jornal).

O matutino relatou que o acusado se entregou à polícia para acabar com a tensão que existia na Reserva e que para a FUNAI, o assassinato não tem relação com a morte de Marçal, ocorrido no mês anterior, mas sim por disputas políticas:

“[...] momento em que Machado decidiu apresentar seu irmão para a Polícia Federal, objetivando acabar com a tensão na aldeia, o que ocorreu na manhã de ontem, quando após o depoimento o assassino permaneceu detido na Federal.”

“[...] Com relação a morte de Guaracy de Souza, o Procurador Regional da FUNAI negou que o caso possa ter alguma ligação com a morte de Marçal, ocorrida a menos de sessenta dias, acrescentando que ‘tudo não passa de problemas políticos’, entre duas alas que disputam a segurança da reserva.” (Parágrafos 3 e 4, grifo do jornal).

Encerrando o artigo, o diário douradense publicou a opinião, do delegado da Polícia Federal, que afirmou que para resolver todos os problemas de violência da RID era necessário retirar todos os índios agitadores, todos provenientes de outras regiões e estavam habitando a Reserva:

“Já o delegado da Polícia Federal da região de Dourados, dr. Beiriz, fez questão de salientar que ‘a única forma de resolver de uma vez por todos [sic] esses problemas de assassinatos e perseguições na Reserva Indígena deste município é a FUNAI retirar da reserva os índios que vieram de fora, como é o caso de Fernando Jorge, que apesar de não pertencer a reserva deste município, conseguiu infiltrar numa ala política da aldeia e está agitando’.” (Parágrafo 5).

A disputa política entre capitão Ramão Machado e Fernando Jorge é prova que a violência praticada pelo capitão na RID não se restringiu aos Guarani, já que Fernando Jorge é da etnia Terena.

A postura editorial manteve o tom de isenção, nas duas notícias acima, colocando a responsabilidade das informações no órgão policial. Porém, o jornal *O Progresso* ao relacionar os assassinatos a figura do capitão Ramão Machado, que há tempos vinha mantendo o poder na RID pela força, reforçou as imagens das populações indígenas como *selvagens*, *sanguinários*, pois os membros da comunidade só resolviam seus problemas por meio da violência e demonstravam, sobretudo, a sua *incapacidade cultural* ao recorrerem aos não-índios e à polícia. Por fim, afirmou, por meio do delegado, que a origem e a responsabilidade de todos os atos de violência estavam no *outro de fora*, que não pertencia a Reserva deste município e que estaria agitando. A solução para todos os males que atingiam a RID, estaria na retirada desses *índios estrangeiros*.

No dia 12 de maio de 1984, o jornal *O Progresso* publicou a manchete *PI Dourados: Mesmo sob ameaças, o índio ainda resiste*, onde associou, pela última vez

na década, a figura do capitão Ramão Machado com atos de violência. Em uma ampla matéria, que ocupou três quartos da página cinco, do 2º *Caderno*, destacou o conflito entre o Capitão e o líder guarani Cláudio Nenito de Souza, que disputavam tensamente a liderança da RID há vários meses:

“A tumultuada eleição realizada há vários meses na Reserva Indígena de Dourados – que não resolveu ainda de forma legítima a questão da liderança entre os índios – provocou, dia 28 último, novos reflexos de tensão quando desta vez, um incidente envolveu o capitão Ramão Machado e o líder guarani Cláudio ‘Nenito’ de Souza, primo de Marçal de Souza.” (Parágrafo 1, grifo do jornal).

O início do *incidente* ocorreu a partir de uma represália ao líder guarani, que havia participado, em Campo Grande, do Seminário: *O Índio em Questão*. Essa represália consistiu em uma re-demarcação de lotes, promovida pelo Capitão com o uso da sua força policial, na área ocupada pelo líder guarani:

“Sob alegação de uma nova ‘redemarcação’ [sic] de propriedade de ‘Nenito’, o Capitão Ramão mobilizou a sua bem armada Polícia Indígena e anexou parte do terreno do Guarani, sem a presença de ‘Nenito’. Tudo leva a crer que esta iniciativa tomada pelo Capitão, se consumou devido a participação de Cláudio de Souza, no Seminário O Índio em Questão, realizado em Campo Grande.” (Parágrafo 2, grifo do jornal).

O matutino informou que o líder guarani já havia previsto, durante o Seminário, que sofreria represálias no seu retorno a Dourados e tinha pedido publicamente a proteção da FUNAI, que estava representada, no evento, por um funcionário e ex-Chefe do Posto da RID:

“Prevendo que poderia sofrer pressões de Ramão ‘Nenito’ solicitou publicamente, ‘garantias de vida’ ao funcionário da FUNAI Vandelino Bravin, que participava do Encontro na capital. Bravin, ex-chefe do PI de Dourados, assegurou que enviaria no dia seguinte, um ofício à FUNAI de Dourados, para que houvesse segurança para o retorno de ‘Nenito’ à Aldeia.” (Parágrafo 2, grifo do jornal).

A matéria enfatizou, sustentada na fala autorizada dos *estudiosos*, que os conflitos existentes na RID eram resultado da mistura *das nações Guarani e Terena*. Para esses intelectuais a *ótica cultural* do Terena estaria mais próxima dos valores não-índios, o que faz sentir-se superior em relação aos Guarani:

“A mistura entre as nações guaranis e Terena (na opinião unânime dos estudiosos) tem sido incontestavelmente, a causa principal dos conflitos naquele território. De características radicalmente opostas, tanto cultural como economicamente, ambas as nações vem se confrontando, sendo que, a que está oficialmente no poder, se aproveita impunemente para se impor, assumindo, às vezes, proporções desleais – segundo seus aculturados valores. Produzir e manter a ordem moral na reserva. Nessa ótica terena, o Guarani é taxado de vagabundo e desocupado, e por essa razão é injusta e cruelmente castigado.” (Parágrafo 6).

A análise das notícias, retratando os conflitos existentes na RID, demonstra que essa fala dos *estudiosos* estava totalmente equivocada. Os problemas não estavam relacionados à convivência étnica, mas sim a uma disputa política interna. Nessa disputa, o capitão Ramão Machado tinha como oponentes membros das duas etnias, que em vários momentos se aliaram para tirar Ramão do cargo. As diferenças culturais entre os Guarani e Terena são enormes, mas não são responsáveis pelos desmandos que ocorreram na RID nesse momento. A propagação desta equivocada opinião reforçou os conflitos interétnicos, que se estendem aos dias atuais.

Após o parágrafo seis, foi colocado um subtítulo: *A Receita da Opressão*. No parágrafo inicial desse subtítulo, o matutino convidou o leitor a refletir historicamente as relações de poderes entre dominador e dominado, ao classificar o capitão Ramão Machado de *personagem/vítima* do sistema:

“Se refletirmos e mergulharmos um pouco na história, deduziremos que Ramão Machado não passa de um personagem/vítima de uma milenar estratégia empregada pelas potências colonialistas que sempre primavam por ‘nomear’ representantes das próprias raças e/ou povos que acabavam por subjugar seus próprios irmãos.” (Parágrafo 7, grifo do jornal).

A notícia também enfatizou o prestígio do Capitão junto a FUNAI, já que o mesmo se mantinha no cargo há mais de uma década, mesmo com a existência de documentos, propostos por várias lideranças, denunciando as arbitrariedades e o autoritarismo com que exercia o cargo:

“Aliás, o capitão Ramão Machado tem se destacado em seu pleito Indireto (vitalício há 10 anos), pelo seu ‘autoritarismo’. Essa denúncia foi feita ao ex-presidente da FUNAI, Dr. Otavio Ferreira Lima, em fevereiro deste ano, através de documento assinado por 40 índios das Nações Guarani, Terena e Caiuá, aldeados no PI de Dourados, quando

levantaram esse problema de liderança e diversas denúncias da forma de conduta do capitão.” (Parágrafo 8, grifo do jornal).

A seguir, a matéria informou, mais precisamente, a origem étnica do Capitão, pois a mesma era questionada pelos indígenas, que alegavam, no documento entregue a FUNAI, que Ramão Machado era índio mestiço e de origem paraguaia:

“Segundo o documento, ‘Ramão Machado é considerado índio mestiço da tribo Terena, por parte de sua mãe que é filha de índia Terena e pai paraguaio, sendo Ramão também filho de paraguaio’.” (Parágrafo 9, grifo do jornal).

O diário douradense seguiu citando o documento, publicando as acusações nele contidas em relação ao comportamento e atitudes do Capitão, enfatizando que ele e sua família são responsáveis por diversos problemas encontrados na RID, com destaque para a violência, ao abuso de poder e ao uso do cargo em benefício próprio e de seus protegidos:

“Diz também o documento que sua família sempre gerou problema para a comunidade indígena.”  
[...]

“(Marçal) Alertou o capitão e chegou até a repreendê-lo, por causa dos abusos e arbitrariedades que vinha cometendo. Entre elas, a comercialização clandestina de madeiras de lei, transferindo a responsabilidade para a FUNAI.”  
[...]

“Além disso, fazia os índios e as índias prisioneiros, além de exigir-lhes trabalhos forçados e deixá-los sem comer. Ameaçava-os ainda de tomar atitudes mais pesadas contra essas pessoas, se não quisessem obedecê-lo, como é o caso de registro de espancamentos graves contra as mulheres, nas partes genitais, enfatiza o documento.” (Parágrafos, 9 e 10).

No parágrafo onze, o matutino fez referência ao espancamento sofrido por Marçal de Souza, em abril de 1974, a mando de Ramão e do Chefe do Posto, e o seu registro no filme *Terra dos Índios*, por meio do depoimento de Marçal sobre esse caso. Após apresentar essas denúncias, o jornal *O Progresso* publicou a visão do capitão Ramão Machado sobre as injustiças das quais era acusado de promover:

“Injustiça essa, denominada pelo próprio Ramão, no mesmo filme, como ‘disciplina aqui entre nós’. Disse ele ainda, ‘depende do problema

que o índio fez, então a gente chama atenção dele, conversa com ele. Se for demais a gente dá um *castiguiño* para ele aí né? Porque já tem acontecido casos pesados. E nós não queremos encrenca. Queremos trabalho, queremos progredir na lavoura. Nosso objetivo é esse’.” (Parágrafo 12, grifo do jornal).

Encerrando o texto, o matutino publicou uma crítica a FUNAI e ressaltou que a imposição do Capitão para a comunidade satisfazia os interesses do órgão tutor, uma vez que a postura do mesmo estava em sintonia com o ideário que embasava as ações da FUNAI naquele momento:

“A FUNAI, esse mal necessário, é um espectro contaminado por interesses e compromisso fundiário com grupos econômicos multinacionais.”

[...]

“Nesse sentido, a imposição de Ramão Machado como capitão é uma atribuição hierárquica de típica influência militar à revelia dos selvícolas (sic), justifica a determinação de poder reproduzir a ideologia dominante entre os índios. Sua postura satisfaz perfeitamente aos requisitos exigidos. Um eficiente administrador, um xerife implacável, o sentinela moralista da tribo, o insaciável produtor capitalista e, ‘o nosso capitão’, conforme um índio amedrontado.” (Parágrafos, 13 e 14, grifo do jornal).

A análise das notícias, publicadas pelo jornal *O Progresso*, envolvendo o personagem capitão Ramão Machado e a sua prática autoritária, demonstrou que as representações, apresentadas pelo matutino, oscilaram entre imagens negativas: *autoritário, violento, sanguinário*; e positivas: *trabalhador, ordeiro, moralista, eficiente administrador e abnegado funcionário da FUNAI*.

Em um primeiro momento, o jornal *O Progresso* enfatizou as imagens negativas, relatando os abusos, espancamentos, injustiças e até casos de morte que aconteceram na RID, associados ao capitão Ramão Machado. As notícias foram apresentadas em tom de denúncia e demonstravam a desorganização social dos membros da RID, a violência e a incapacidade dos índios de viver dentro da lei e em harmonia. Essa imagem é reforçada pelo poder que o capitão possui junto ao órgão governamental, onde *ele manda e desmanda*, mesmo sendo acusado de pertencer à nacionalidade paraguaia. A origem paraguaia vai de encontro com os ideais propagados pelo matutino, já que toda a violência foi praticada por um *estrangeiro*.

A partir da notícia, *Responsáveis pela reserva negam ocorrência de injustiças*, o jornal *O Progresso* começa a reverter a imagem negativa do Capitão por meio das

representações de um homem trabalhador, *que tem por objetivo moralizar a pessoa do silvícola*; democrático, pois os índios *são punidos pelo Conselho Indígena*, e os espancamentos são suavizados, já que as punições não passam de *tarefas de capinar ou limpar a sujeira das estradas*.

Na publicação, do dia 12 de maio de 1984, a última em que aparece a figura do capitão Ramão Machado nas páginas do matutino, na década analisada, o jornal *O Progresso* deixou claro, para o leitor, sua posição em defesa do Capitão, classificando-o de *personagem/vítima* de uma estratégia de conquista, patrocinada pelo órgão governamental, uma vez que a postura do mesmo satisfazia os *requisitos exigidos*, pelo órgão governamental responsável, para reproduzir a ideologia dominante entre os índios. Para reforçar a defesa do Capitão, o diário douradense tirou qualquer dúvida sobre a origem étnica do mesmo que, apesar de ser filho de paraguaios, é considerado mestiço por parte de sua avó Terena, o que lhe dá respaldo na sua etnicidade.

Essa defesa, do capitão Ramão Machado, está relacionada às imagens, vinculadas a sua pessoa, que estavam em consonância com os ideais propagados pelo jornal *O Progresso*, uma vez que o Capitão era considerado, com apoio da FUNAI, um *eficiente administrador, um produtor capitalista e sentinela da moral*.

### 3.1 – O ÍNDIO BOM?

“Nós, índios, que vivemos aqui é que sentimos a injustiça, a pobreza, a perseguição, a fome, porque a área que ocupamos não oferece mais condições para nossa sobrevivência. Não temos mais nada!” Marçal de Souza – Tupã’i

A partir do final de 1983, o jornal *O Progresso* começou a publicar uma série de notícias, encontros, fotos e declarações do e sobre o líder guarani Marçal de Souza – *Tupã’i*.

Marçal nasceu no dia 24 de dezembro de 1920, em Rincão Júlio, localizado na região de Ponta Porã, no antigo Mato Grosso. Assim como toda criança guarani teve seu nome, *Tupã’i* – pequeno senhor do trovão, anunciado por *Ñanderu*, Nosso Pai. No universo simbólico guarani, o nome não é uma designação a gosto dos pais, mas sim uma revelação do próprio ser, que é enviada por Deus e descoberta por *Ñanderu*.

O nascimento de Marçal ocorreu num período em que os Guarani sofriam com as perseguições dos *bugreiros* ou trabalhando “[...] nas plantações de erva-mate e nas fazendas, num regime de semi-escravidão.” (Prezia, 2006, p. 23). A procura de proteção,

a sua família, em 1923, foi para a aldeia *Tey'kuê*, onde o SPI, em 1926, demarcou a Reserva Indígena José Bonifácio, no atual município de Caarapo-MS. Nesse local, Marçal foi picado por uma cobra venenosa e teve que ser transferido para a Missão Evangélica Caiuá, em Dourados, onde existia uma estrutura hospitalar dedicado aos índios.

A recuperação da picada levou quase um ano e, no final do tratamento, recebeu a notícia da morte de seus pais. Desamparado, Marçal ficou morando no orfanato da Missão, onde concluiu o quarto ano primário. Aos 12 anos, foi adotado por uma família presbiteriana e foi morar em Campo Grande, onde ficou até os dezoito anos. Mudou-se, então, para Recife, junto com a família de um oficial do exército. Retornou para Dourados dois anos depois, em 1940, como pregador evangélico, influenciado pela educação presbiteriana.

Para Marçal, a cosmologia guarani e a presbiteriana hibridizaram-se, já que para o Guarani *a religião é a palavra inspirada*. Desta forma, Marçal chamou a atenção dos dirigentes da Missão e foi enviado para uma casa de formação “[...] o Instituto Bíblico Dr. Eduardo Lanide, em Patrocínio, no Estado de Minas Gerais, onde permaneceu por 3 anos.” (Prezia, 2006, p. 28). Essa experiência transformou-o em um eloqüente pregador, que passou a ter como meta a conversão dos indígenas. Ao retornar a Dourados, ele começou uma peregrinação nas aldeias da região, possibilitando-o vivenciar a miséria e a exploração pelas quais os Kaiowa e Ñandeva passavam.

Conhecedor da sua cultura, apesar do evangelismo presbiteriano, foi guia e informante dos estudiosos Egon Schaden e Darcy Ribeiro, em meados de 1950. As influências desses contatos marcaram profundamente o *ser guarani* que habitava o seu interior e, depois de décadas vivendo a cultura ocidental e a vida evangélica, iniciou o seu retorno ao *modo de ser guarani*. Com esse retornou, Marçal passou a ter uma nova missão a ser cumprida: batalhar pela cultura, pela crença, pela organização social Guarani.

Nesse mesmo período, em 1959, tornou-se auxiliar de enfermagem, com a conclusão de um curso promovido pela Organização Mundial da Saúde. Posteriormente, casou-se com uma não-índia, Aristídia, de ascendência paraguaia, com quem teve sete filhos biológicos e dois *guachos* (adotivos).

O reconhecimento do seu trabalho, com auxiliar de enfermagem, e os tempos em que foi pastor, possibilitou que Marçal fosse eleito, em 1963, capitão da RID, sendo uma indicação quase natural devido a grande referência que se tornara na área. Com o

respaldo do cargo, Marçal começou a se preocupar com os Guarani que viviam desaldeados, dispersos pelas fazendas e cidades da região, estimulando o retorno dos mesmos para a RID. Incentivou também o trabalho em mutirão por meio da formação de lavouras comunitárias. Essa nova postura contrariou os interesses dos funcionários do órgão governamental, que estavam “[...] mais preocupados em se enriquecer com a venda de madeira e de outros produtos das áreas, do que em defender a comunidade indígena.” (Prezia, 2006, p. 39). Marçal foi afastado do cargo de capitão, em 1972, passando a exercer somente a função de atendente de enfermagem.

Nesse mesmo período, Marçal afastou-se de vez da Igreja Presbiteriana e, conseqüentemente, da Missão Evangélica Caiuá, a qual esteve ligado por quase meio século.

Na época do seu afastamento do cargo de capitão, José Sardinha assumiu a chefia do Posto Indígena de Dourados e para “[...] acobertar suas falcatruas, articulou a nomeação de Ramão Silva Machado, um mestiço, para capitão.” (Prezia, 2006, p. 42). Marçal logo seria atingido por essa aliança entre o Chefe do Posto e o capitão Ramão, pois sua postura voltada em benefício da comunidade não estava de acordo com as pretensões do Chefe e do Capitão. Em 1974, Marçal foi covardemente agredido e humilhado pelo capitão Ramão Machado e sua Polícia Indígena, a mando do encarregado José Sardinha, quando estava trabalhando no ambulatório do Posto Indígena. Após essa agressão, sua família, sob ameaças, foi obrigada a mudar-se para a cidade de Dourados e Marçal foi transferido para Campo Grande, onde passou a trabalhar como enfermeiro na Casa do Índio, já que ele era funcionário da FUNAI. Logo após foi dispensado, por reclamar da falta de condições no atendimento aos índios, e aconselhado a não retornar a área de Dourados, onde seus inimigos, Sardinha e Ramão, dominavam. Pediu, então, para ser transferido para a área de *Caarapo, Tey'kuê*.

Em 1976, Marçal conheceu o CIMI e tornou-se seu aliado, já que estava em concordância com as metas dessa entidade que era apoiar a organização indígena, promovendo assembléias e encontros. Nesse período, Marçal participou de várias assembléias e encontros indígenas, que culminou na criação da UNI – União das Nações Indígenas, em junho de 1980, em Assembléia realizada na cidade de Campo Grande. Em julho de 1980, Marçal, já reconhecido nacionalmente, foi indicado, por várias lideranças, para fazer um discurso de saudação ao Papa João Paulo II, durante um encontro, realizado em Manaus, entre vários representantes indígenas e o Papa. Sua fala

transformou-se numa denúncia sobre a situação dos povos indígenas do Brasil, que repercutiu mundialmente.

Reconhecido, no Brasil e no exterior, Marçal foi indicado, pela UNI, em março de 1981, para que a representasse, em Boston, Estados Unidos, em uma conferência promovida pela ONU. Nessa época, Marçal já estava morando, desde 1980, junto aos Kaiowa que habitavam área denominada Campestre, no município de Antônio João-MS, na fronteira com o Paraguai. Foi nesse local que ele tomou conhecimento de um grupo Kaiowa, desconhecido da FUNAI, que habitava, desde a década de 1940, uma área de mata próxima ao rio Apa, no município de Bela Vista-MS, denominada *Pirakua*. A comunidade do *Pirakua* vivia, nesse momento, um conflito com o fazendeiro Líbero Monteiro de Lima que pretendia expulsá-los da área. Marçal passou a defender a comunidade do *Pirakua*, confrontando as intenções do fazendeiro. Esse confronto foi tenso e Marçal pressentiu a sua morte, já que em vários momentos da época declarou: “Eu sou uma pessoa marcada para morrer. Mas por uma causa justa a gente morre. Alguém tem que perder a vida por uma causa.” Em outra declaração afirmou: “Acho que agora a minha vida está valendo muito pouco, não para os índios, mas para outras pessoas.” (Prezia, 2006, p. 73). As previsões de Marçal se confirmaram no dia 25 de novembro de 1983, quando foi assassinado com cinco tiros, calibre 38, à queima roupa, na sua residência no Campestre.

Foi com a publicação da notícia de sua morte, no dia 29 de novembro de 1983, em manchete de capa, intitulada *Assassinado o líder indígena Marçal de Souza*, que o jornal *O Progresso* incluiu Marçal de Souza – *Tupã’i* em suas páginas. O matutino iniciou a matéria sobre o assassinato com um relato de como teria ocorrido o crime e quem era Marçal, enfatizando que o mesmo era *cacique, enfermeiro da FUNAI* e vinha reivindicando a demarcação da aldeia *Pirakua* e, provavelmente, seria sucessor de Mário Juruna:

“O cacique Marçal de Souza, da tribo dos Guaranis, foi assassinado com três facadas, na aldeia Campestre, município de Antônio João, fronteira com o Paraguai, na noite de sexta-feira última. Ele era também, enfermeiro da FUNAI e vinha reivindicando há cinco anos, a demarcação das terras dos Caiuás, que vivem na aldeia de Piracuá.”  
[...]

“Marçal de Souza, era tido como líder de todas as comunidades indígenas do Sul do Estado e vinha sendo apontando [sic], como um possível sucessor de Mário Juruna na liderança das nações indígenas brasileiras.” (Parágrafos 1 e 2).

Após essa apresentação, o diário douradense publicou a informação da polícia sobre o autor e o seu destino:

“A polícia divulgou momentos depois do ocorrido, que o assassino era um tal de ‘bugre’, o qual, fugiu para o Paraguai, após matar o cacique guarani.” (Parágrafo 3, grifo do jornal).

Em seguida, o matutino publicou que Marçal havia recebido uma proposta, em dinheiro, para convencer os Kaiowa a abandonarem o *Pirakua*, destacando que o mesmo foi ameaçado após recusar a oferta:

“Há cerca de 20 dias, Marçal recebeu visita de um empregado da fazenda Serra Brava, que lhe ofereceu cinco milhões de cruzeiros para que ele convencesse os Caiuás a sair da aldeia Piracuá. O cacique recusou a oferta e o empregado da fazenda o ameaçou, dizendo que ele iria se arrepender.” (Parágrafo 4).

Depois dessa informação, o jornal *O Progresso* voltou a relatar o crime, divulgando a informação que eram duas as pessoas envolvidas no assassinato e relatou, com detalhes, o local e como ocorreu o caso:

“Na sexta-feira à noite, dois desconhecidos bateram na porta da farmácia da FUNAI, na aldeia Campestre, pedindo remédio. Quando Marçal abriu a porta, recebeu três facadas, morrendo em seguida. O cacique morava na farmácia, e sua família suspeitava de que os assassinos sejam empregados da fazenda.” (Parágrafo 5).

No parágrafo seguinte, o destaque ficou para a repercussão, em nível nacional, do assassinato, enfocando a divulgação de uma nota conjunta da União das Nações Indígenas (UNI), entidade de defesa dos índios, e parlamentares de oposição e sobre o envio de um telegrama, do vice-governador do Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro, para o governador do Estado, Wilson Barbosa Martins, sendo realçado parte do conteúdo do telegrama:

“O sangue do líder Marçal de Souza, que foi o mais alto intelectual de Mato Grosso do Sul, emporcalhará a sua memória se seus assassinos não forem descobertos e entregues à justiça.” (Parágrafo 6).

Encerrando a matéria, o matutino publicou um trecho do discurso feito por Marçal, de improviso, ao Papa João Paulo II, em 1980, onde destacou o massacre pelos quais os povos indígenas passavam:

“As tribos indígenas brasileiras estão sendo massacradas, exploradas, mortas por pistoleiros, que nos matam como animais. No descobrimento do Brasil éramos uma grande nação e hoje vivemos como um povo a margem deste país, sem nenhuma condição de vida. Hoje estamos sendo assassinados, vivemos na miséria, assassinados que somos pelos que têm nosso chão desse grande Brasil, chamado de país cristão.” (Parágrafo 7).

A notícia foi finalizada com vários trechos de um *telex* enviado por um deputado estadual ao governador e ao secretário de segurança, solicitando:

“[...] a adoção imediata de medidas que levem a completa apuração do homicídio e punição dos culpados.”

[...]

“[...] o bárbaro assassinato do líder indígena Marçal de Souza, fere profundamente as comunidades Caiuás, Guarany e todo o povo deste Estado, cansado de violências.” (Parágrafos 8 e 9).

A postura editorial do jornal *O Progresso*, nessa notícia, foi ambígua, confundindo o leitor, tanto no que se refere às informações do assassinato quanto à liderança de Marçal de Souza. Com relação ao caso, o matutino demonstrou-se impreciso quanto ao autor do crime e a forma em que o assassinato ocorreu, ao noticiar que o responsável, segundo a polícia, *era um tal de bugre* e, ao relatar a tentativa de suborno e a ameaça sofrida pela vítima por parte de um *empregado da fazenda Serra Brava*. Esta imprecisão está em consonância com o ideário do jornal, pois ao afirmar que o assassino era *bugre* associou a imagem do índio, vistos como *selvagens, sanguinários, violentos*. Por outro lado, silenciou sobre o proprietário da fazenda, que certamente pertenceria à classe de *nossa gente* para o jornal *O Progresso*, uma vez que o indivíduo que tentou subornar Marçal, com a elevada quantia de *cinco milhões de cruzeiros* e que o ameaçou diante da recusa da oferta, trabalhava para o fazendeiro. A imprecisão também se deu em relação a arma utilizada no crime, *três facadas*, sendo que, na realidade, foram cinco tiros de revólver calibre 38. Esta troca da arma reforçou, no leitor, a associação do autor do crime a imagem do índio, já que a posse de um revólver desse calibre por um indígena seria muito mais improvável, pelo custo e pela

dificuldade de aquisição, do que uma faca. É bom lembrar que a matéria sobre o assassinato foi publicada quatro dias após a ocorrência do caso, tempo suficiente para uma melhor verificação dos fatos.

Com relação a Marçal de Souza, o jornal *O Progresso* procurou, no início da notícia, desqualificar sua liderança, ao afirmar que o mesmo *era tido como líder* e ao enfatizar que morava na *farmácia da FUNAI*, onde era *enfermeiro*. As qualidades de Marçal de Souza, *o mais alto intelectual*, sendo capaz de falar de *improviso* para o Papa, ficaram para o final da matéria. A projeção política de Marçal, associada a sucessão do deputado federal Mário Juruna, apesar de demonstrar uma imagem positiva, mostra que a mesma está ligada aos valores não-índios, portanto, a sua importância foi gerada pelos não-índios a partir de valores não-índios, produzindo um sentido de dependência, de não-autonomia. (Limberti, 2003).

A publicação, no final da notícia, de um trecho do discurso feito ao Papa e do *telex* do deputado reforçaram o ideário, propagado pelo diário douradense, de eliminação da barbárie, pois o povo está *cansado de violências*. Reforçava, dessa forma, as imagens de *povo ordeiro* que exige a *adoção imediata de medidas* para solucionar o caso e punir os culpados na justiça.

A abaixo da notícia anterior, o diário douradense publicou o artigo *A morte de Marçal se inscreve na longa lista de assassinatos de líderes indígenas*, assinado pelo CIMI, que também fez, de forma mais precisa, referência ao assassinato e a pessoa de Marçal de Souza. A posição de liderança, exercida por Marçal, foi enfatizada com mais clareza no artigo do CIMI:

“Marçal, Guarani, era um dos líderes mais destacados na defesa da terra do seu povo e um crítico lúcido da atuação da FUNAI. Foi ele escolhido pelos índios para dirigir em Manaus uma mensagem ao Papa na ocasião da sua visita ao Brasil. Em 1982, foi convidado especial para uma reunião internacional em Boston, de lideranças indígenas.” (Parágrafo 2).

A seguir, o artigo afirmou que a morte de Marçal aumentava a *longa lista* de lideranças indígenas assassinadas, no ano de 1983, e cobrou uma solução para o caso, reafirmando a representatividade de Marçal junto às populações indígenas do Brasil:

“A morte de Marçal, guarani – representante autêntico dos interesses das populações indígenas, não pode ficar impune.” (Parágrafo 5).

No final do artigo foi informado que um documento, solicitando esclarecimentos e punição *dos assassinos diretos e dos seus mandantes*, havia sido elaborado por parlamentares e representantes de entidades indígenas e enviado para diversas autoridades estaduais e federais, inclusive ao Presidente da República, bem como solicitaram o acompanhamento do caso pela OAB e pela Comissão Parlamentar do Índio.

A apresentação de Marçal, no artigo do CIMI, se diferenciou pelo tom mais sensível da entidade em relação à causa indígena, apresentando uma imagem positiva do mesmo, reforçada pela sua *representatividade* enquanto índio e pela sua postura em defesa dos *interesses das populações indígenas*.

Nos dias subseqüentes, o jornal *O Progresso* publicou uma série de notícias e declarações, a maioria de deputados estaduais e federais, relacionadas a morte, ao trabalho e a pessoa de Marçal. Entre os deputados, o maior destaque ficou para Mário Juruna, que veio a Dourados participar de um manifesto público de repúdio ao assassinato. Nas declarações dos deputados, o trabalho, a luta e a pessoa de Marçal foram enaltecidos, juntamente com a cobrança de uma solução rápida para o caso e a punição dos culpados dentro da lei.

Em meio a essas publicações, o jornal *O Progresso*, em sua capa do dia 06 de dezembro de 1983, trouxe uma pequena biografia de Marçal, intitulada *Marçal de Souza – Tupã'i*. Essa biografia veio acompanhada de uma foto de Marçal, em pé, lendo um papel em uma sala com vários ouvintes. O matutino iniciou a biografia, informando o dia, a hora e o local do assassinato e do nascimento de Marçal. A seguir, relatou o trabalho, de enfermeiro, desenvolvido na Missão e, posteriormente, na FUNAI, enfatizando que Marçal *viajava muito* e que, nos últimos tempos, a FUNAI vinha controlando seus passos, inclusive para visitar a família:

“Marçal ajudou a fundar a Missão Kayoá [sic] e nela trabalhou como enfermeiro, durante muitos anos, até que passou para a FUNAI, na qual continuou a exercer a mesma profissão [...] Tupã'i viajava muito. Primeiro com apoio, depois sem impedimento, mas por conta. No entanto, de agosto para cá a FUNAI controlava muito seus passos, conforme depoimento de seus familiares. Inclusive para visitar a família precisava avisar a FUNAI.” (Parágrafo 3).

No parágrafo seguinte, o matutino enfatizou a personalidade de Marçal, destacando:

“Marçal de Souza – Tupã’i, homem manso, humilde, compreensivo, com sabedoria. Ele era coerente: ‘... não troquem a nossa vida de aldeia pela vida da cidade’.” (Parágrafo 4, grifo do jornal).

No final do artigo, o diário douradense citou um depoimento *das filhas*, por meio do discurso direto, onde destacou a imagem negativa atribuída a Marçal pelos seus opositores e os seus ideais:

“Mesmo assim, segundo depoimento das filhas do mártir: ‘Eles odiavam papai. Ele era taxado de revolucionário, agitador [...] A gente falava, papai, deixa disso, o senhor está velho, fica com a mamãe. Respondia: não adianta é o meu ideal’. E brincava: ‘Quando morrer é para me enterrar de cabeça para baixo [...] o que importa realmente, é que fique lançada à terra um pouco desse meu ideal’.” (Parágrafo 5, grifo do jornal).

A postura editorial, do jornal *O Progresso*, adotada nessa pequena biografia, foi silenciar a posição de grande líder, com influência nacional e internacional, exercida por Marçal e o seu papel decisivo na organização dos povos indígenas, pois foi um dos fundadores da UNI. Apesar de reforçar a imagem de *índio bom*, principalmente no parágrafo quatro, o matutino colocou uma dúvida, no leitor, sobre essa representação, já que, por meio do depoimento *das filhas*, sem citar nomes, reforçou as imagens, dos seus opositores, de *agitador, revolucionário*, deixando a entender que esse era o seu *ideal de vida*.

Após esse momento de fervor, causado pelo assassinato, o matutino silenciou-se sobre os desdobramentos do caso, não publicando mais nenhuma notícia sobre o assunto. Marçal voltou a ser destaque no jornal *O Progresso*, em 14 de abril de 1984, com a manchete: *Semana do índio – Marçal: a festa seja nossa*. A matéria publicada foi extraída do jornal *Porantim*, edição de abril de 1984, e contém, na íntegra, o discurso proferido por Marçal no encerramento do *I Seminário Sulmatogrossense de Estudos Indigenistas*, realizado na Semana do Índio de 1980, em Campo Grande-MS.

O discurso ocupou metade da página sete e trouxe uma fotografia de Marçal, com um microfone em uma das mãos, e a outra, de punho cerrado, para frente, formando um ângulo de 90°, no cotovelo. No canto superior direito da fotografia, em formato de selo, estampou a seguinte frase:

“O Brasil exige a punição dos assassinos de Marçal Tupã'i e de Ângelo Kretã. Ângelo Pankararé. Simão Bororo...”.



Fonte: *O Progresso*, 14 abr. 1984.

O discurso, cheio de metáforas, iniciou com Marçal lembrando o seu passado *sem ideal* e a importância que teve na sua vida, o encontro com Darcy Ribeiro, o que lhe provocou um retorno as suas origens indígenas e lhe deu um novo sentido na luta pelo bem estar do *seu povo*:

“[...] depois que o Dr. Darcy Ribeiro foi embora, eu revivi a glória de meu povo já muito distante, sendo levada pelos séculos, pelo tempo e pelos anos.” [...] “descobri que nos tínhamos uma riqueza muito grande, uma riqueza muito preciosa, que era a nossa cultura, a nossa crença, a nossa vida de índio, a nossa organização. Desde então nasceu um amor muito profundo pelo meu povo índio. Desde então propus em minha vida, viver toda a vida, viver entre meus irmãos para sentir o seu sofrimento, a sua vida, o seu viver.” (Parágrafos 2 e 3).

Em seguida, o discurso retornou para os problemas discutidos no Seminário e apontou o caminho da união como sendo a única forma do índio ser compreendido pelo não-índio e de conquistar melhores condições de vida:

“O único caminho seria, então, procurar unir esta nação esfacelada, esta nação espoliada, que vive sem orientação, desorientada. Procurar unir, orientar, já que elementos de fora não compreendem o nosso povo.”  
[...]

“Mas pode ser que consigamos compreender o nosso irmão índio e instruí-lo para que ele tome consciência de si mesmo, tome consciência do seu destino, da sua sobrevivência, que ele tome consciência de que tem direito de viver, direito de progredir, de desenvolver.” (Parágrafos 6 e 7).

O discurso, a seguir, apontou com única saída para a união, a formação de uma entidade representativa do índio, dirigida pelos mesmos, com objetivo de lutar pela causa indígena, já que a elaboração de documentos, a divulgação do que foi debatido no encontro ficaria perdido no tempo e não resolveria os problemas enfrentados pelos povos indígenas:

“Por isso, pensamos organizar aqui, ao sair desse salão, deixar aqui um marco, uma associação, uma federação indígena genuinamente, autenticamente indígena, dirigida por índio. [...] tomamos atitude enérgica de nos organizarmos em associação ou federação indígena, que venha defender a causa indígena, pelo índio.”  
[...]

“Não adianta nós, meus prezados e queridos irmãos índios, responsáveis pelas suas aldeias, sair daqui com a nossa cabeça cheia daquilo que ouvimos aqui, aquilo que nós falamos aqui, transmitimos aos estudantes, às autoridades constituídas desta cidade de Campo Grande. Não adianta nada. Isso, brevemente o vento e o tempo apagará, e ficaremos a ver navios passar ao longo; não adianta.” (Parágrafos 8 e 9).

Encerrando o discurso, Marçal fez uma crítica as comemorações realizadas no Dia do Índio, onde a festa era mais para os funcionários da FUNAI e seus convidados e que *o índio não tem comemoração nenhuma, mas no futuro próximo*, as comemorações serão do índio:

“Dia 19, eu, especialmente, sinceramente eu falo, que tenho assistido muitas comemorações pelos postos, por aí a fora, nos postos dos índios [...] Mas, geralmente, o representante do órgão, geralmente, tem mais convidados que o índio.”

“[...] tem índio que sai do churrasco chupando o dedo, porque não sobrou nada, porque veio o prefeito, veio o vereador, veio o amigo do agente, para comemorar o Dia do Índio, e o índio não tem comemoração nenhuma. Eu disse aqui, que no futuro mais próximo, nós índios, comemoraremos nosso dia.” (Parágrafos 14 e 15).

A publicação desse longo discurso está em consonância com a postura editorial, adotada pela imprensa escrita, nesse período, conforme os estudos de Matos, onde as questões indígenas adquiriram um *status* político, por meio da divulgação da luta dos

índios por seus direitos, por sua organização social e cultural e críticas as ações do órgão governamental. Associado a essa postura editorial, o discurso trouxe algumas representações, propagadas pelo jornal *O Progresso*, que enfatizavam a integração do índio, que tem o *direito de progredir*, de se *desenvolver*.

Ainda no ano de 1984, o nome de Marçal foi vinculado em duas notícias. A primeira, publicada no dia 28 de agosto de 1984, com o título *Painel que retratava o índio Marçal de Souza amanheceu destruído na Capital*, relatou a destruição de um painel, feito por um artista de Campo Grande, para a inauguração de uma avenida, destacando os danos e a decepção do artista com o fato. O matutino não informou os motivos e nem publicou os desdobramentos do caso.

A segunda, no dia 23 de novembro de 1984, em manchete de capa intitulada *Líderes indígenas em reunião: há um ano que morreu Marçal*. A notícia enfatizou que a realização do encontro, com participação de *representantes e líderes* indígenas, de três estados, ocorreu como forma de protesto pela demora no esclarecimento do caso, sendo programado a projeção de um *documentário sobre a vida de Marçal* e a realização de uma *missa na Catedral*:

“Lideranças e representantes indígenas de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná, estarão reunidos neste final de semana em Dourados, para protestarem pelo não esclarecimento da morte do líder guarani Marçal de Souza.” (Parágrafo 1).

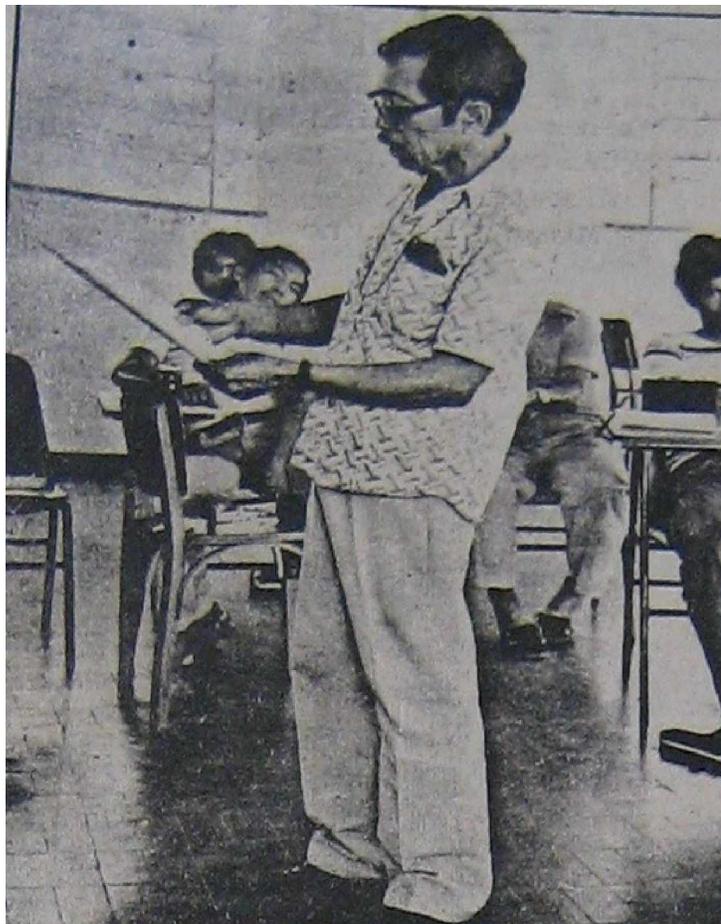
No ano de 1985, o nome de Marçal apareceu em uma única notícia, publicada no dia 12 de abril de 1985, com o título *Na semana do Índio, morte de Marçal volta à discussão*, contendo uma fotografia de Marçal, em pé, lendo um papel. Essa matéria não enfocou a pessoa de Marçal. O destaque ficou para a divulgação do evento, promovido pela universidade, a cobrança do esclarecimento do caso, feita por um advogado da Ordem dos Advogados do Brasil, regional de Mato Grosso do Sul – OAB-MS e um relato sobre o assassinato e o andamento do processo, que estava parado por *falta de provas*.

Em 1986, o jornal *O Progresso* não publicou nenhuma manchete relacionada à pessoa de Marçal de Souza, porém, no dia 19 de abril de 1986, o matutino trouxe em sua capa a manchete *A Semana do Índio*, acompanhada de uma fotografia de um cartaz, da campanha promovida pelo CIMI, onde estampava a frase: *Terra dos Índios – Direito Sagrado*. O enfoque da matéria estava dirigido a falta de uma *programação abrangente*,

em Dourados, relativa ao Dia do Índio. Porém, a morte e a pessoa de Marçal foi citada no interior do texto:

“Nos anos anteriores, a morte do líder guarani Marçal de Souza, ainda insolúvel, foi lembrada pelos organismos de defesa do índio, mas em 86 até esse fato passou sem manifestação pública. Marçal lembrava que ‘não queremos emancipação, nem integração. Queremos nosso direito de viver.’” (Parágrafo 4).

Apesar de o texto conter somente um parágrafo, se referindo a Marçal, a análise detectou uma mudança na postura editorial em relação à posição de cacique/enfermeiro, enfatizada nas notícias anteriores, reconhecendo a de *líder guarani* exercida pelo mesmo. Ao se reportar a *sua lembrança*, o jornal reforçou as representações de *ordem, justiça, do nosso direito de viver*, propagadas em suas páginas, reforçando essas imagens pelo destaque dado ao caso, *ainda insolúvel*.



Fonte: *O Progresso*, 06 dez. 1983, *Assembléia da UNI*.

Na edição do dia 21 de novembro de 1987, o jornal *O Progresso* publicou, no canto superior direito de sua capa, a manchete *A voz que não se cala*, acompanhada da fotografia acima. Nessa matéria, o matutino destacou os motivos do assassinato e os quatro anos *sem justiça*. Também enfocou o ano e o local onde Marçal nasceu e a sua luta pelos direitos indígenas. A *voz que não se cala* apareceu no último parágrafo por meio de uma fala bastante conhecida: “Eu sou uma pessoa marcada para morrer. Mas por uma causa justa a gente morre. Alguém tem que perder a vida por uma causa.” (Parágrafo 4).

O jornal *O Progresso* voltou a dar destaque ao caso Marçal, no dia 24 de novembro de 1988, em manchete de capa intitulada *5º ano da morte de Marçal de Souza – mesa redonda amanhã, no CEUD*. Nessa notícia, o diário douradense dedicou o primeiro parágrafo para lembrar a data e local do assassinato de Marçal, bem como a repercussão que o caso estava tendo, devido à falta de solução para o caso:

“No dia 25 de novembro de 1983, na Aldeia Jaguapiré, município de Antônio João, foi assassinado Marçal de Souza – Marçal Tupã’i, líder guarani –, portanto, há 5 anos atrás. Até agora a sua morte não foi desvendada, mas o caso irá à Anistia Internacional, conforme divulgou, recentemente o CIMI – Conselho Indigenista Missionário –, esclarecendo que a rede de comunicação BBC de Londres buscou informações sobre o caso.” (Parágrafo 1).

O restante da notícia, o matutino enfatizou a promoção do evento, o local da sua realização e as atividades previstas, sendo destacado a importância de Marçal de Souza e a discussão das questões indígenas:

“[...] acontecerão várias atividades relativas à importância do líder guarani Marçal de Souza, bem como de questões ligadas à causa indígena.” (Parágrafo 2).

Nessa reportagem, o jornal *O Progresso* deixou claro para o leitor que a imagem, de *líder guarani*, vinculada a Marçal, já estava consolidada, bem como a *importância* dessa liderança. Essa importância foi realçada, pelo interesse de organismos internacionais em divulgar o caso e de denunciá-lo à *Anistia Internacional*.

No último ano da década de 1980, Marçal retornou as páginas do jornal *O Progresso*, no dia 25 de novembro de 1989, em artigo de autoria do CIMI, intitulado *Seis anos da morte de Marçal de Souza*. No artigo, a ênfase não recaiu sobre a

personalidade de Marçal, mas sim, sobre a morosidade da justiça em solucionar o caso e punir os culpados, enfatizando que o mesmo *se arrasta na justiça*.

Desta forma, a análise detectou que a postura editorial do jornal *O Progresso*, em relação a pessoa de Marçal de Souza, oscilou entre as imagens positivas: *trabalhador, ordeiro, pacato, idealista, lutador pacífico pelos direitos*, que estavam em consonância com o ideário propagado pelo matutino; e entre imagens negativas: *agitador, subversivo e selvagem*, uma vez que o mesmo pregava um *retorno do índio* à sua cultura, à sua origem, às lutas pela diversidade, às lutas pelos direitos indígenas, retorno este que estava associado ao *atraso*, a *preguiça*, a *barbárie*, imagens que o matutino combatia. Por outro lado, revela o apoio do jornal *O Progresso* aos proprietários de terras e à defesa da propriedade privada em detrimento dos direitos e das lutas dos indígenas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as notícias que retratam os Kaiowa e Ñandeva, veiculadas pelo jornal *O Progresso*, na década de 1980, detectamos várias representações associadas ao ideário editorial proposto por esse matutino.

Apesar dos discursos jornalísticos auto-representarem-se imparciais e neutros, é notória sua construção. Essa se inicia com a postura editorial que define *o que é notícia*, portanto o que deve ser publicado, e o que *não é notícia*, portanto o que não precisa ser publicado. A definição da pauta jornalística é de responsabilidade dos editores, em muitos casos os proprietários do jornal, e tem como objetivo selecionar notícias que refletem seus interesses políticos e sociais.

A análise da postura editorial do jornal *O Progresso* e de seus articulistas, no decorrer da década estudada, constatou que esse diário douradense possuía um comprometimento com a propagação dos ideais que nortearam o processo de formação da *identidade-sul-mato-grossense*, com ênfase para o silenciamento das populações indígenas locais, e que embasaram os projetos governamentais. Associado a propagação desses ideais, constatou-se uma forte influência comercial e econômica na sua postura editorial. Fica evidente a prioridade na divulgação de anúncios comerciais e de atos governamentais, com destaque para os convênios mantidos com prefeituras, governo estadual e com o judiciário, em detrimento da informação.

A postura editorial de colocar, na maioria das notícias, a responsabilidade das informações nas fontes policiais, nos denunciantes, se deve a falta de estrutura e a contenção de gastos, uma vez que os proprietários não enviavam uma equipe de reportagem para checar as informações ou denúncias que chegavam à redação.

Com relação à representação indígena, o jornal *O Progresso* oscilou, na primeira metade da década analisada, entre a divulgação de atos envolvendo índios de outras regiões de Mato Grosso do Sul e do país, e um silenciamento dos Kaiowa-Ñandeva, que habitam a área de maior abrangência do jornal. Apesar desse silenciamento, a voz dos

Guarani estava ali e ecoava nas matérias que mostravam seus representantes. Na segunda metade da década, ocorreu um aumento na divulgação de notícias envolvendo as etnias locais e o seu movimento social de retomada dos antigos territórios de ocupação. Nesse período, as imagens divulgadas apresentavam um índio *dependente, violento, atrasado, mentiroso, baderneiro, caso de polícia, alcoólatra, traiçoeiro, mendigo* e que *desprezava o trabalho*.

Também foi constatada a utilização do termo *índios* para divulgar ações de entidades, governamentais e não-governamentais, que trabalhavam com as questões indígenas. As notícias relacionadas aos trabalhos desenvolvidos por essas instituições, também, seguiram a postura editorial adotada para os Guarani, ocorrendo, por um lado, um grande número de matérias divulgando ações do órgão governamental, FUNAI, e do CIMI, e, de outro, um silenciamento das demais entidades. Essa preferência, na divulgação dos atos praticados pela FUNAI e pelo CIMI, demonstrou duas direções: a primeira, relacionada aos atos praticados pela FUNAI, que tinham por objetivo a transformação do *índio* em trabalhador rural. Esse objetivo está em consonância com o ideário editorial do jornal *O Progresso*, que propagava imagens de uma região produtiva, desenvolvida economicamente, e habitada por gente *trabalhadora, ordeira, amante do progresso*. Também foi constatado, na publicação dos atos da FUNAI, uma forte influência política, em nível nacional, que procurava, por meio do discurso triunfalista, divulgar as ações governamentais. A segunda, estava relacionada aos atos do CIMI, que lutava para o reconhecimento da diversidade étnica e cultural das populações indígenas, apoiando a luta das suas organizações e dos seus direitos. A divulgação dessa luta, pelo diário douradense, acompanhou a estratégia da imprensa nacional, daquele momento, de transformação do índio em *agente político* como forma contestação do regime militar. Associado a essa estratégia, encontra-se as representações de ordem e justiça, que o jornal cultuava e propagava para os seus leitores.

A ambigüidade encontrada nas notícias, mostram a influência que a falta de estrutura, principalmente no que se refere a criação de uma equipe de repórteres investigativos e aos vínculos estabelecidos com os poderes municipais, estaduais e do judiciário, teve sobre as representações propagadas pelo jornal *O Progresso*. Essa influência ficou clara nas matérias onde o capitão Ramão Machado foi o ator principal. Nas primeiras notícias, baseadas em denúncias, sobressaíram-se as imagens do *índio mau*. Posteriormente, sobressaiu a imagem do Capitão como *personagem/vítima*. Essa

mudança ocorreu após uma checagem das denúncias onde o matutino identificou no discurso do Capitão os ideais que embasavam sua posição editorial.

A pesquisa constatou que o jornal *O Progresso*, na década analisada, reforçou as imagens negativas das etnias Kaiowa-Ñandeva, bem como do movimento social de retomada dos antigos territórios. A utilização do termo *silvícola*, para designar os membros das etnias, demonstra que o matutino os reconhece como *selvagens*, *atrasados*, *inferiores* e, portanto, não integrados à *civilização*, à *nacionalidade* e ao *progresso*.

Ao retratar como o jornal *O Progresso* propagou, na década de 1980, as representações dos Kaiowa-Ñandeva e do seu movimento social de ocupação dos *Tekoha*, a pesquisa proporcionou a abertura de um novo caminho para compreensão das etnias e do seu movimento social na atualidade. Porém, esse estudo não pode ser considerado conclusivo, já que nas décadas seguintes os conflitos pela posse da terra entre os Kaiowa-Ñandeva e os fazendeiros intensificaram-se, causando mais mortes de lideranças indígenas, como também ocorreu um aumento nos casos de suicídio e de mortes por desnutrição nas áreas indígenas.

O estudo de como o jornal *O Progresso* representou as etnias locais, em outros períodos, será de grande valia para o entendimento dos conflitos e das lutas que os Kaiowa-Ñandeva travam nesse momento com a sociedade envolvente.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 63 p.

ABREU, Alzira A. Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática. In Abreu, Alzira A. (Org.). *Mídia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003. p. 13-74.

ALMEIDA, Rubem F. T. de. *Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: o Projeto Kaiowa-Ñandeva como experiência antropológica*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001. 226 p.

ASSIS, Cecy F. de. *Ñe'ë Ryru Avañe'ë: palavras dos Guarani*. São Paulo: Edição Própria, 2000. 194 p.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. Tradução de Élcio Fernandes. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. p. 185-227.

BRAND, Antonio. *O confinamento e seu impacto sobre os Pai/Kaiowá*. 1993. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul.

\_\_\_\_\_. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos das Palavras*. 1997. 365 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul.

CANCLINI, Nestor G. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 508 p.

CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. *Povos Indígenas no Brasil/1984*. São Paulo: Sagarana Editora, 1984. 335 p.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural Entre Práticas e Representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1990.

\_\_\_\_\_. *Formas e Sentido. Cultura Escrita: entre distinção e apropriação*. Tradução Maria de Lourdes Meirelhes Matencio. Campinas: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. 104 p.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário. *Por que os Guarani e Kaiowá se suicidam? Espaço e vida dos índios Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul: Histórico, contexto e análise do suicídio*. Campo Grande: CIMI-MS, 1997. 51 p.

CUNHA, Manuela C. da. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: CUNHA, Manuela C. (Org.). *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo: Edusp, 1986. p. 97-108

\_\_\_\_\_. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

DEPRÁ, Giseli. *O Lago de Itaipu e a Luta dos Avá-Guarani pela Terra: Representações na Imprensa do Oeste do Paraná (1976-2000)*. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

GALETTI, Lylia da S. G. *Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidades nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. 335 f. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo.

GARFIELD, Seth. *As raízes de uma planta que é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPHU/Humanitas Publicações, v.20, n. 39, p. 13-36, 2000.

GEERTZ, Clifford. *O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Observando o Islã: o desenvolvimento religioso no Marrocos e na Indonésia*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

\_\_\_\_\_. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1973.

GERALDES, Elen C. Narrativas Jornalísticas: porque o real é complexo. In: Barros, Américo D.; Martinez, João R. (Org.). *Comunicação: Discursos, Práticas e Tendências*. São Paulo: Rideel; Brasília: UniCEUB, 2001. p. 147-152

GRUPIONI, Luís D. B. *Índios no Brasil - Cadernos da TV Escola*. Brasília: MEC, 1999.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, Antonio C de S. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995. 370 p.

LIMBERTI, Rita de C. A. Pacheco. *A imagem do Índio: Discursos e Representações*. 2003. 359 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Lingüística Geral) – FFLCH/USP, São Paulo.

MATOS, Maria H. O. O índio na imprensa: de “outro” exótico a “outro” ator político. In: Barros, Américo D.; Martinez, João R. (Org.). *Comunicação: Discursos, Práticas e Tendências*. São Paulo: Rideel/Brasília, UniCEUB, 2001. p. 87-118

MATTOSO, José. *A escrita da história: teoria e métodos*. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

OLIVEIRA, Roberto C. *O Trabalho do Antropólogo*. 2. ed. Brasília: Paralelo/São Paulo: Editora UNESP, 2000.

ORLANDI, Eni P. et al. *Discurso fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional*. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 1993.

\_\_\_\_\_. *Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos*. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2002.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2006.

PREZIA, Benedito. *Marçal Guarani: a voz que não pode ser esquecida*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006. 96 p.

QUEIROZ, Paulo R. C. Temores e Esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e o estado nacional brasileiro. In: MARIN, Jérri R.; VASCONCELOS, Cláudio A. de (Org.). *História, região e identidades*. Campo Grande: Ed. UFMS. 2003. p. 19-46

\_\_\_\_\_ *Divisionismo e “Identidade” Mato-grossense e Sul-mato-grossense: um breve ensaio*. Texto digitado, out. 2005.

RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização*. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1989.

RIBEIRO, Jorge C. *Sempre alerta – Condições e contradições do trabalho jornalístico*. São Paulo: Brasiliense, 1994. 133 p.

ROMANI, Giovani, L. *Igreja e Pastorais Sociais: A Comissão Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário na Diocese de Dourados (1971-2000)*. 2003. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campos de Dourados.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SCHWENGBER, Isabela de F. *Representações do MST na Imprensa de Mato Grosso do Sul (1995 a 2000)*. 2005. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados.

SILVA, Tomaz T. (Org.); Stuart, Hall; Kathryn, Woodward. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Traduções Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, Hamilton O. A atualidade dos estudos do jornalista e professor Perseu Abramo. In: Abramo, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 15-22.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Tradução de Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. 381 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.

Anexos



## tarista

Charles de Gaulle",  
dré Gustavo diz que  
orte, é no Brasil um  
vimento militar,  
de Jânio Quadros",  
nte João Goulart,  
rtigo, em visita a  
matéria publicada  
vemos do regime  
m plebiscito por-  
borda a seguir a  
r. "O ministro  
parlamentarista  
os de, através de  
ativo como é o  
ública para um  
ma que na ver-  
Militar procura  
s contemporâ-  
ordando com  
brasileira, ver  
s à frente dos

## colar

istência ao  
ênio com a  
armazena-  
da Agricul-

m esta ini-  
pios que  
undo No-  
3 que de-  
da Fun-  
reclama-  
mentos

escolar  
Campo  
Três  
Ponta  
erior-  
Car-  
me-  
timo  
bi-

S  
ci-  
ex-  
ba-  
lo-  
in-  
os,

en-  
fa-  
ti-  
os  
o  
a  
s

## Kadiwéus, os novos fazendeiros do Pantanal

Campo Grande (ERN) — "Nossa esperança sempre foi de recuperar o que é nosso, sem violência. Queremos preservar nosso patrimônio, garantir o futuro. Como agora isto está sendo feito, já estamos começando a trabalhar a nossa própria terra". A afirmação é do índio Martinho da Silva, um dos líderes da comunidade Kadiwéu, da reserva de Bodoquena, em Mato Grosso do Sul, que está sendo desocupada de posseiros invasores e fazendeiros arrendatários e entregue aos seus verdadeiros donos.

Depois da demarcação da área, em definitivo, em 1981, pelo Serviço Cartográfico do Exército, e a conclusão recente do cadastramento dos seus ocupantes, faltam apenas as providências do INCRA para a retirada e assentamento dos posseiros.

A medida em que os contratos de arrendamento das fazendas vencem, a FUNAI não os renova, entregando-as aos índios que estão sendo preparados para tornarem-se criadores de bovinos, assumindo, como autênticos vaqueiros que são, as propriedades rurais e transformando-se nos novos fazendeiros do Pantanal Sul-matogrossense. Quinze fazendas já foram entregues à tribo, de um total de trinta, cujos contratos encerram-se no próximo ano e em 85.

A pecuária é uma atividade que se identifica com os Kadiwéus, que hoje passam por um processo de emancipação econômica, preservação e valorização do seu patrimônio material e cultural. "Não tem coisa melhor do que andar a cavalo, laçar um boi, ver nascer um bezerro e saber que é meu", diz Martinho, 32 anos, alfabetizado, que administra a Fazenda Sertaneja, depois de pedir demissão do emprego que tinha na FUNAI.

A Fundação Nacional do Índio vem desenvolvendo um plano de ação na reserva, em conjunto com o Conselho dos Kadiwéus, estimulando a tribo para as atividades pecuárias e agrícolas de forma ajudá-los em sua organização comunitária e econômica, segundo explicou o delegado regional do órgão, Carlos Amaury da Motta Azevedo. O aproveitamento do próprio índio na execução dos dois projetos é também uma forma de diminuir o seu grau de dependência em relação ao restante da sociedade brasileira e, principalmente, evitar novos conflitos com os fazendeiros e posseiros e que já tiveram graves consequências.

## LUNGE DOS INVASORES

A iniciativa do indígena Martinho da Silva, que foi à Delegacia da FUNAI, em Campo Grande, demitir-se do cargo de vigilante, que exercia há um ano, para tornar-se fazendeiro, demonstra que os Kadiwéus estão interessados nas atividades que se associem às suas raízes, suas tradições e não querem a violência, como explica o indigenista Liberato Itamar Arriola, chefe do PI de Bodoquena.

Martinho foi vaqueiro desde a implantação do projeto de bovinocultura, em 1975, que resultou na formação de um rebanho de 2.220 cabeças de gado, a maioria nelore, com previsão de serem adquiridos até o final do ano ainda 20 reprodutores, 200 matrizes e 200 eqüinos.

— Com este trabalho queremos a integração do índio, acelerar o seu processo de autodeterminação através dos grupos — explicou o delegado regional.

O projeto de bovinocultura foi transferido da Fazenda Nalique, que possui toda infra-estrutura, desde a casa, de tijolos, o curral, mangueiro, paiol, etc, para a Fazenda Tarumã, localizada na região de maior concentração dos posseiros. Ainda que estas famílias de invasores estejam na iminência de serem retiradas, a FUNAI preferiu manter os índios afastados, considerando-se que recentemente a Tarumã foi invadida pelos brancos, que incendiaram os ranchos e feriram um silvícola. A Fazenda Nalique foi entregue ao índio Nestor Rufino, escolhido pela comunidade, e sua maior satisfação é reunir o gado todas as tardes no mangueiro.

## DISTRIBUIÇÃO DO REBANHO

O rebanho está sendo selecionado e a distribuição aos novos fazendeiros já começou. Os índios recatarão, inicialmente, 1.200 reses e terão cinquenta por cento da reprodu-

ção no primeiro ano, quarenta por cento, no segundo, e trinta por cento a partir do terceiro ano e por período indeterminado. Eles, por iniciativa própria, apresentam-se como candidatos às fazendas ao conselho da tribo, que tem toda liberdade de escolha.

A saída das famílias de seu convívio na comunidade para uma região distante — as fazendas localizam-se a mais de dez quilômetros da aldeia — não significa o confinamento. Lidando com pecuária ou lavoura, o índio também não abandona seus costumes. O cavalo e o gado estão no seu cotidiano. Embora prefira a pecuária, o Kadiwéu vem desenvolvendo também atividades agrícolas. O projeto garante a distribuição de sementes e defensivos e ainda o preparo do solo. As lavouras, inicialmente, objetivam apenas a subsistência da comunidade, mas é plano da FUNAI ampliar a área de plantio quando as terras férteis forem entregues pelos posseiros e fazendeiros.

"Estamos motivando os vaqueiros que vão cuidar das fazendas a reservarem áreas para desenvolverem projetos agrícolas maiores, possibilitando a comercialização de produção", informou o agrônomo Lude Simioli. Atualmente, estão sendo preparados 120 hectares, sendo 60 para arroz, 30 para milho e 30 para feijão.

Apenas o preparo da terra é mecanizado; o plantio, os tratamentos e a colheita são manuais e feitos pelos índios, com apoio técnico da FUNAI.

## ACESSO DIFÍCIL

A reserva dos Kadiwéus localiza-se a 380 quilômetros de Campo Grande. A partir do posto de vigilância da FUNAI e da Polícia Militar, em Morraria, região de maior tensão por ser área de litígio (terras dos índios ocupadas inclusive com títulos concedidos pelo Estado), o acesso às tribos é difícil e está sendo vigiado pela PM. Do posto de vigilância à Fazenda Tarumã, concentra-se a maioria das 406 famílias de posseiros cadastrados. Muitos já abandonaram suas palhoças ou estão sendo transferidos pelo INCRA para Braço-Sul, no Mato Grosso, e outras áreas de colonização. Os que ainda permanecem, aguardando uma solução, praticamente estão sem atividades e o mato já cobre os ranchos, manguieiros e estradas.

No Tarumã, agora sede do projeto de bovinocultura, os indígenas-vaqueiros estão animados com a divisão das fazendas e, ao final da tarde, se reúnem com os funcionários da FUNAI, conversam muito, contam suas histórias e tomam o tradicional "tereré" (erva-mate com água fria). Em todas as concentrações, esse costume faz parte da saudação aos visitantes.

No posto indígena de Bodoquena, a 30 quilômetros de Morraria, fica a maioria do grupo de 1.200 índios kadiwéus e alguns do grupo dos Terenas que, por consentimento do conselho, casaram-se na aldeia. Na chegada ao posto indígena entre uma pista de aviação e a casa da FUNAI, grandes áreas estão sendo desmatadas ou já em fase de preparo do solo para o plantio do arroz, feijão e milho.

A aldeia está situada no vale da Bodoquena. Ali, a Fundação Nacional do Índio instalou escolas de 1º grau, atualmente com 90 crianças matriculadas, além de enfermaria e cantina.

## CAVALEIROS DO PANTANAL

Os donos da área de 550 mil hectares são índios guerreiros, descendentes dos famosos Guaicurús, chamados de "Cavaleiros do Pantanal". Eles participaram da Guerra do Paraguai, quando, armados de forma primitiva, dizimaram os paraguaios às portas do Forte Coimbra, próximo a Corumbá. Como prêmio a esse ato de heroísmo... Dom Pedro II doou a área onde localiza-se a reserva. Durante todos estes anos a férteis terras foram cobiçadas e invadidas pelos brancos. Embora valentes, os Kadiwéus nunca atacam mas são sempre responsabilizados injustamente pelos conflitos com posseiros, segundo o indigenista Liberato Itamar Arriola.

— Ao mesmo tempo em que são guerreiros, são pacíficos demais. Nunca saem deliberadamente para vingar-se. As brigas que se registraram aqui foram mais por culpa dos brancos, que invadem suas terras e ainda provocam os índios. Fazem uma imagem distorcida dos Kadiwéus, uma imagem de preguiçosos e traiçoeiros. Só convivendo com eles a gente entende que a luta do grupo é apenas pela sobrevivência e pelo que lhes pertence, explicou o indigenista.

# "PKN está instigando a invasão de terras", denuncia produtor

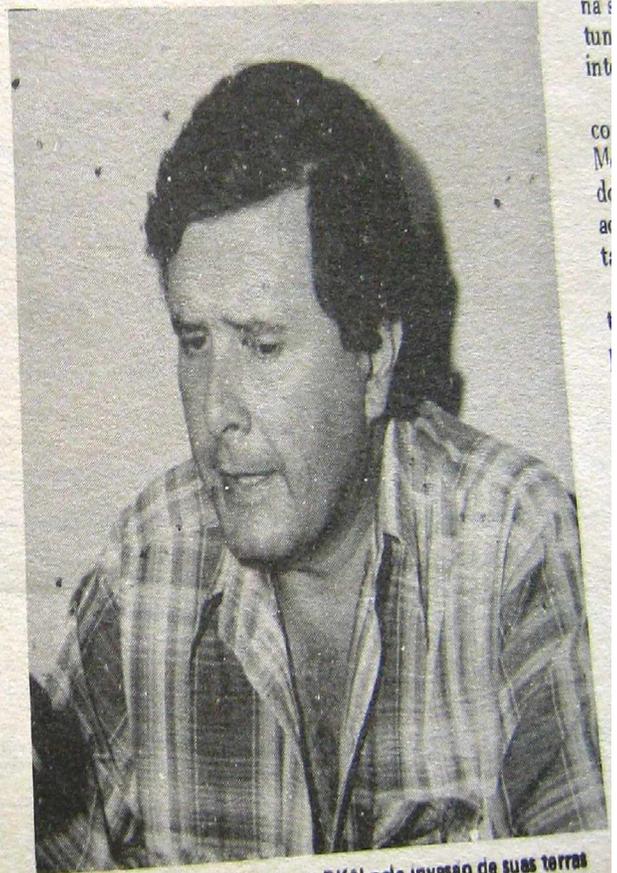
O produtor rural Jose Francisco Carvalho, um dos donos da Fazenda São João Mirim, a 40 km da sede do Município de Tacuru, invadida recentemente por um grupo de índios que desde 1985 vinha reivindicando as terras, disse ontem em Dourados, que a área de aproximadamente 3.900 hectares é de sua propriedade e Geraldo Coimbra, e a aquisição se deu há mais de vinte anos. Ele denunciou os integrantes do Projeto Kaiuwa Nhandeva (PKN) de estar instigando a invasão de terras na fronteira.

Segundo o produtor que semana passada conseguiu a retirada dos silvícolas de sua propriedade, através de uma liminar de reintegração de posse, concedida pelo juiz da Comarca de Iguatemi, ele e seu sócio haviam estudado a possibilidade de doar uma área de aproximadamente 200 hectares para os índios, com a garantia de que suas terras não seriam mais invadidas pelos indígenas; no entanto, em decorrência da intransigência do pessoal do PKN, o acordo ainda não pode ser oficializado.

José Francisco Carvalho disse ainda que nunca sua área foi invadida antes, e somente a cerca de um ano e meio é que o grupo de aproximadamente 200 silvícolas que se encontravam numa área de 190 hectares doada à União pela Fazenda Paraguassu, decidiu invadir parte da área florestal de sua fazenda, porque faz divisa com as terras destinadas pela direção da Fazenda Paraguassu à União que, por sua vez serviu de local para acomodar as famílias dos índios.

O fazendeiro teme que suas terras sejam novamente invadidas pelos índios, tendo em vista a ação do pessoal do PKN de prosseguir instigando os silvícolas a invadir terras na fronteira. O caso originalizado em 1985 só agora foi julgado com a liminar em favor do legítimo proprietário,

tendo em vista a morosidade da justiça. Ele lembrou que, por ocasião da invasão da Fazenda São João Mirim, os índios começaram a perseguir empregados e familiares, bem como animais e os proprietários.



José Francisco Carvalho culpa o PKN pela invasão de suas terras

A  
vés da  
a Cass  
veícul  
em D  
ro, a  
dez  
lem  
na s  
tun  
int  
co  
M  
de  
ac  
t



**PI Dourados:  
Mesmo sob ameaças,  
o índio ainda resiste**

A tumultuada eleição realizada há vários meses na Reserva Indígena de Dourados — que não resolveu ainda de forma legítima a questão de liderança entre os índios — provocou, dia 28 último, novos reflexos de tensão quando desta vez, um incidente envolveu o capitão Ramão Machado e o líder guarani, Claudio 'Nenito' de Souza, primo de Marçal de Souza.

PAGINA 5

SEMANA DO ÍNDIO

# Marçal: a festa seja nossa

Há quatro anos, na Semana do Índio de 1980, o Governo estadual promoveu, em Campo Grande, o I Seminário Sulmatogrossense de Estudos Indigenistas. Marçal Tupá-y foi um dos índios convidados a discursar. Sua voz, silenciada em novembro de 1983, ecoa até hoje.

profundamente feridos, geral nazista, do passado a mim, no,

Primeiramente, eu quero relembrar um pouco do meu passado. Não lembro bem, porque nós, os índios, não guardamos datas e anos no papel. O nosso calendário é o inverno. O nosso ano corre dos meses é a lua, o nosso relógio é o sol. Por isso eu não me lembro bem. Se não me engano, na década de 1940 tive o primeiro encontro com o professor Dr. Darcy Ribeiro. Conviui com ele em suas pesquisas por estas plagas de Mato Grosso, de aldeia em aldeia.

Naquela época, esse que falava a vocês não tinha... não tinha um ideal, não tinha um alvo, não conhecia a própria história. Em contato com esse grande amigo meu, Dr. Darcy Ribeiro, apesar de não ter quase preparo, mas Tupá, que abre todas as mentes, abriu também a minha mente e reportou-me ao meu passado muito distante, e ali, depois que o Dr. Darcy Ribeiro foi embora, eu revivi a glória do meu povo já muito distante, sendo levada pelos séculos, pelo tempo e pelos anos.

Descobri... descobri que nós tínhamos uma riqueza muito grande, uma riqueza muito preciosa, que era a nossa cultura, a nossa crença, a nossa vida de índio, a nossa organização. Desde então nasceu um amor muito profundo pelo meu povo índio. Desde então propus em minha vida, viver toda a vida, viver entre os meus irmãos, para pelo menos sentir o seu sofrimento, a sua vida, o seu viver. Então, revendo todos, a glória do meu povo já perdido no século, propus, em meu coração, batalhar pelo menos pela restauração de nossa cultura, da nossa crença, da nossa organização social, que só nós entendemos. Eu devo esse abrir de olhos ao professor Darcy Ribeiro.

Após terminar, ao chegar ao fim deste seminário, que tantos caciques vieram aqui trazer os seus problemas, problemas de sua gente, em cada aldeia e aqui explanaram, falaram. Então, desde há muitos anos, que eu vivia sofrendo, preocupado como fazer para que o índio tivesse... voltasse a ter um pouco do seu direito, um pouco de respeito pelo povo envolvente na atualidade.

Já que esperamos há cinco séculos, vivemos uma vida dependente procuramos emercar em tudo, em todos os aspectos que aparecem em nosso caminho, para ver se encontramos a solução confiante do nosso problema, do problema do índio brasileiro. Então, cheguei a uma conclusão, nós éramos uma nação explorada, espoliada, uma nação controlada pela malícia dos brancos. Então não tínhamos nenhuma possibilidade de atingir o nosso direito que nós temos de sobreviver, de reor-



Marta Helena Bruchner

ganizar a nossa tribo. Pensando noite e dia, relembrando o problema de minha gente, da minha tribo, encontrei o único caminho. O único caminho seria, então, procurar unir esta nação espalhada, que vive sem orientação, desorientada. Procurar unir, orientar, já que elementos de fora não compreendem o nosso povo, a nossa gente. Então, encontrei o caminho, reunir a nação indígena os ameríndios brasileiros, aquele povo vibrante, numeroso que eram, quando o primeiro explorador apareceu nas águas da Bahia. Foi o fim: o fim da liberdade do índio.

Desde então vivemos na correria, na expectativa do medo, na intimidação. E com isso foi morrendo a nossa dignidade, foi sumindo no tempo. Mas pode ser que consigamos compreender o nosso irmão índio e instruí-lo para que ele tome consciência de si mesmo, tome consciência do seu destino, da sua sobrevivência, que ele tome consciência de que tem o direito de viver, direito de progredir, de de-

envolver, viver a vida que ele viveu no passado, na vida dos seus antepassados; e pela união, é pelo agrupamento, pela força. No final deste seminário, seria em vão nós, representantes da nação indígena de Mato Grosso do Sul, sair desse salão, desse salatório, sem deixar uma solução, uma solução que, no futuro muito próximo, venha realmente proporcionar condições de sobrevivência ao nosso povo indígena.

Por isso, pensamos organizar aqui, ao sair desse salão, deixar aqui um marco, uma associação, uma federação indígena genuinamente, autenticamente indígena, dirigida por índio. Porque só o índio sentado com seus líderes, debatendo os seus problemas e levando aquele direito que seria então a Funai, ao Presidente da República, ao público brasileiro, para que sintam o problema do índio. Por isso, nós os representantes das aldeias do Sul de Mato Grosso, tomamos atitude enérgica de nos organizarmos em associação ou federação indígena, que venha de-

fender a causa indígena, pelo índio. E o índio que sente o seu problema tal qual é.

Vocês no Brasil, no ambiente de vocês, na organização de vocês, vocês têm vereadores, deputados estaduais, têm senadores, deputados federais. Quando realmente sente o problema brasileiro, ele grita, ele fala, ele vai à imprensa, ele chama pelo bem-estar de seu povo; assim nós também queremos falar, pelo direito de falar, não mandar alguém falar por nós o nosso problema. Nós queremos falar, discutir o nosso problema, o destino de nosso povo, o povo indígena. Não adianta nós, meus prezados e queridos irmãos índios, responsáveis pelas suas aldeias, sairmos daqui com a nossa cabeça chela daquilo que ouvimos aqui, aquilo que nós falamos aqui, transmitimos aos estudantes, às autoridades constituídas desta cidade de Campo Grande. Não adianta nada. Isso, brevemente o vento e o tempo apagará, e ficaremos a ver navios passar ao longo; não adianta.

Esperamos que os caciques

representantes de suas aldeias saiam daqui conscientes de suas responsabilidades, cada um de nós saia daqui com o nosso coração batendo mais forte, com a nossa consciência chela de responsabilidade, com a nossa consciência acusando o por que que nós atrasamos essa ideia, por que não tardamos tanto em gritar dos mesmos pelo bem-estar de nosso E o direito que nós temos de restaurar aquilo que foi usurpado, o direito que nos usurpamos, o povo estrangeiro a tradição, a nossa crença e a nossa organização social. Levemos conosco, saindo daqui, consciente de que amanhã, no dia de amanhã, seremos um povo organizado, uma nação organizada, que tem base, que tem força, que tem autoridade, que mantém respeito por aqueles que nos envolvem; o povo envolvente venha respeitar a nossa pessoa, o nosso físico, a nossa família, a nossa organização, a nossa cultura.

E isso que eu queria deixar no final deste seminário. Eu quero dizer aos amigos, aos estudantes, aos antropólogos, aqueles que estão junto com a gente, estão ao lado do índio, procurando incentivá-lo com as suas palavras, que seja realmente uma palavra leal, sincera, para que nos alcancemos a redenção da nossa gente e a recuperação do tesouro que temos, a nossa cultura, a nossa crença, a nossa organização social dentro da tribo.

A resolução nossa, pela manhã deste dia, no Dia do Índio, e o torno a dizer, que num futuro muito próximo, 19 de abril, seja realmente festejado pelo índio e não pelo branco, como tem sido até agora.

Eu vou dizer mais algumas palavras, com respeito à comemoração do Dia do Índio. Dia 19, eu, especialmente, sinceramente eu falo, que tenho assistido muitas comemorações pelos postos, por aí fora, pelos postos dos índios, onde se abatem três, quatro, cinco reses, conforme a possibilidade de cada posto. Mas, geralmente, o representante do órgão, geralmente, tem mais convidados que o índio.

Eu tenho visto índio sair zangado, no dia da comemoração do seu dia, do Dia do Índio; tem índio que sai do churrasco chupando o dedo, porque não sobrou nada, porque veio o prefeito, veio o vereador, veio amigo do agente, para comemorar o Dia do Índio, e o índio não tem comemoração nenhuma. Eu disse aqui, que no futuro mais próximo, nós índios, comemoraremos nosso dia. A redenção de nossa raça, a restauração de tudo aquilo que é sagrado para nós, seja comemorado no dia 19 de abril, pelo nosso povo por nós índios. Que a comemoração seja nossa.

(Extraído do PORANTIM, abril/84)

Americanos de Detroit o único e principal interesse brasileiro pode estabilizar a situação nos mercados emergentes e extração mineral.

Que o Alcool deixada. Como tem gasolina continua sendo. Porém, a importância que existe em a energia? Se fornecê-la de compra de petróleo primário por meio de uma referência de que está palpite, que problemas de tirá-los que se de todo o petróleo.

A vista forma de a provocada. Não a opção, de francês q MIC dar a

Mi di

L zado dora vete da de pel em par me sit e fe c b e

**Editorial:****O dever cumprido!**

Nada é tão importante e salutar ao nosso foro íntimo do que o dever cumprido, e a consciência tranquila. Mais um ano está chegando ao seu fim. **O PROGRESSO** acompanhou diuturnamente todos os acontecimentos de Dourados e região e as mais importantes decisões nacionais, registrando a todos os fatos.

O trabalho foi árduo e a luta incessante. Criticados por uns, elogiados por outros. Mas temos a certeza que seguimos a nossa razão e o que nos ditou a consciência. Procuramos acertar e sabemos que colaboramos em muito, através de alertas, críticas, elogios e reivindicações em prol das boas causas.

Afinal, nunca jamais é possível agradar a todos, mas temos certeza que satisfazemos a maioria. Prova disto, é o crescimento deste jornal que está a cada dia, crescendo mais, tanto em tiragem, como em publicidade, e no apoio de nossa gente. Recebemos frequentes visitas de pessoas valorosas que sempre apóiam e elogiam nosso trabalho.

Estamos cientes que fizemos o possível e quase o impossível. Afinal, fazer jornal, não é fácil: se tecemos elogios, somos bajuladores; se criticamos, somos mordazes; e se omitimos, somos relapsos.

Neste ano, encerraremos com uma edição especial pelo 53º aniversário de emancipação político-administrativa de Dourados. Se você está contente com nossa atuação, venha nos dar as mãos. Traga a sua mensagem como profissional, industrial ou comerciante. Sem você **O PROGRESSO** não progrediria; sem você o nosso trabalho não teria sentido. Afinal, **O PROGRESSO** é patrimônio de Dourados, pois já comemorou 37 anos e vai entrar no 38º no dia 21 de abril, circulando sem interrupção.

# Índigena denuncia que “estão querendo tirar a terra de meu padraсто, à força”

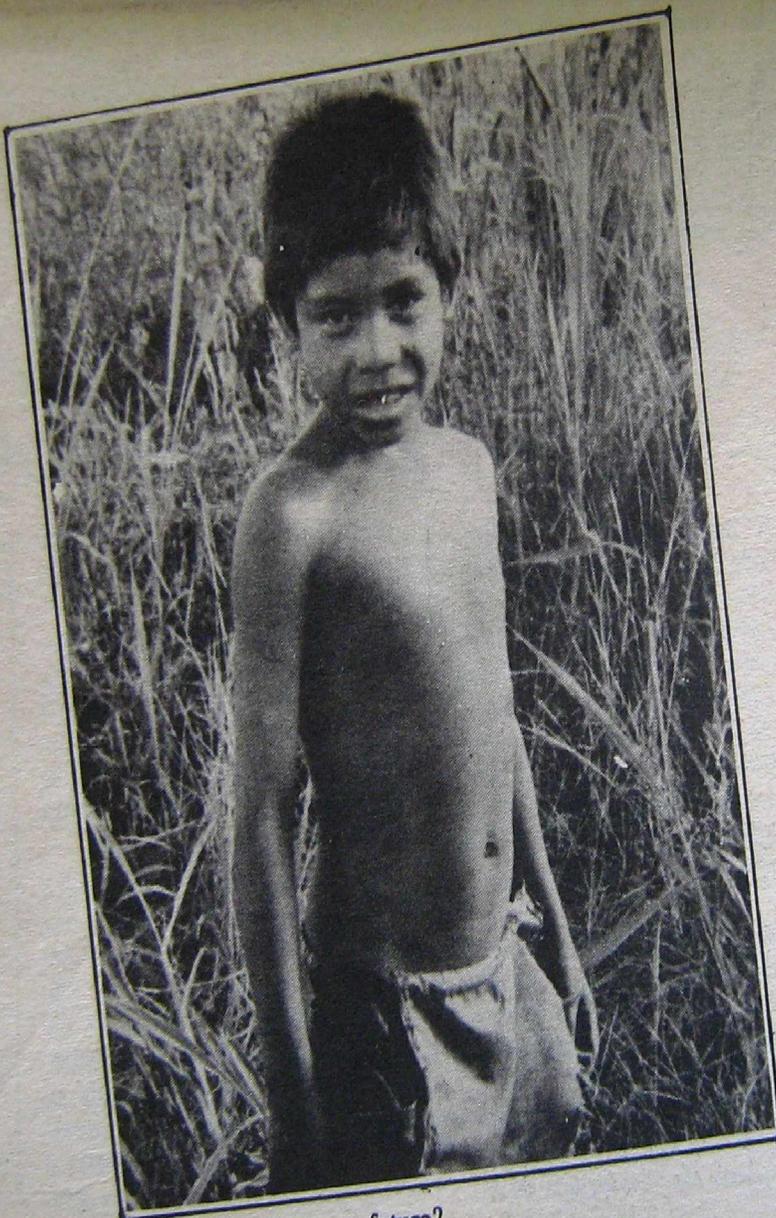
O indígena Felipe Fernando (foto), esteve ontem na redação de “O Progresso”, para denunciar certas “arbitrariedades” — disse ele —, que vem ocorrendo na Missão Evangélica Caiuá de Dourados, por problemas de terra.

Segundo o indígena Felipe, um parente seu, Simão Martins, afirma que a terra onde está seu irmão Milando Fernando, e, seu padraсто, Severiano Rodriguez, é dele. A partir daí, o negócio está com tendência de violência. PÁGINA 3.



# Exame anti-Aids em área indígena

## Quem é o "estranho" indaga missionário



"Exigir exame anti-Aids é uma boa medida mas inócua, porque deveria ser exigida permanentemente", afirmou ontem Hilário Paulus, representante do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Ele considera que esta medida veio tarde, pelo fato de não se saber exatamente quem é o "estranho" para o indígena. "Estranho é quem explora o índio, se utiliza dele para enriquecer, como é o caso de muitos marreteiros que chegam ao absurdo de cobrar até 300% sobre um quilo de linguiça. Sem falar dos madeireiros que deixaram a aldeia de Dourados quase nua, levando madeiras por um preço irrisório, servindo-se sempre de atravessadores que falasse a língua Guarani", entende o missionário.

PÁGINA 3.

Sena-  
pre-  
Luiz  
-BA)  
mi-  
reiro  
ima,  
nico  
e a  
nva-  
inas  
e a  
ace  
na-

re-  
las  
na  
re  
lo  
o  
la  
e  
r  
o

# ESTÁ DANDO "CANA" PARA QUEM VENDER PINGA AOS INDÍGENAS

Devido às inúmeras queixas prestadas na Delegacia Central de Polícia da cidade, pelo sr. Valdevino Bravin, chefe do Posto Indígena de Dourados, o delegado da Central, Valter Germano Gruber, resolveu colocar seus agentes, em investigações nos bares, principalmente, na redondeza do Posto Indígena, para conter este abuso.

Os agentes, foram para perto da área do Posto Indígena, e pegaram em flagrante, um bar, de propriedade de Maria Antonia Perez e Januario Jardim dos Santos, vendendo, livremente, pinga para indígenas. Os dois, foram autuados em flagrante e encaminhados para a Delegacia Central, onde foi feita a auto-apreensão de toda a cachaça do estabelecimento.

Os proprietários deste bar que vendiam

bebida alcoólica aos índios, foram dispensados pela polícia, porque são primários, mas, no entanto, o estabelecimento foi devidamente fechado, e as bolas de "sinuca" entregues ao referido dono.

A Central de Polícia, diante deste fato, irá continuar a proceder uma rigorosa investigação nos bares da cidade, para conter o abuso de proprietários de bares, que, mesmo sabendo da Lei Federal n.º 601, continuam vendendo pinga para os silvícolas.

Segundo o delegado Gruber, os bares que não estiverem com alvará de licença para funcionamento, serão avisados seus proprietários, pela primeira vez, e depois, se continuar a ocorrer a ilegalidade, estes estabelecimentos serão fechados.



# INDÍGENA SUICIDA-SB E MENOR MORRE ATRAPELADO

Duas mortes de maneira violenta marcaram a segunda-feira em Dourados.

Na Reserva Indígena foi encontrado o corpo de uma menor, possivelmente morta através de suicídio. No mesmo dia, à noite, o garoto R.C.S., de 11 anos, chocou-se com a carroceria de um caminhão Mercedes Benz e acabou tendo morte instantânea por fraturas múltiplas pelo corpo.

Na segunda-feira pela manhã, o chefe do Posto Indígena de Dourados, Júlio Matsuharo Oshiro, comunicou a Delegacia Central de Polícia, que havia sido localizado em um matagal na reserva, o corpo de uma menor, com 15 anos, D.D., com uma corda no pescoço e sentada no galho de uma árvore. Conforme informações de fontes policiais, o corpo mostrava sinais de estar no local há mais de um

dia, embora somente hoje é que os médicos legistas vão terminar a autópsia. Há indícios de que a morte ocorreu por suicídio.

## CAMINHÃO

Segunda-feira à noite Wilson de Lima conduzia o caminhão Mercedes Benz, 13/13, placas AC-1461, de Campo Grande, pela rua Bela Vista sentido centro e nas imediações da W-7/W-8, ele percebeu que algo havia se

chocado contra a carroceria do caminhão. Após parar, notou que um menor com uma bicicleta havia colidido com o veículo, morrendo logo a seguir.

Por outro lado, foi preso e autuado em flagrante Ibraim Mazuto Junior, 27 anos, por ter estropado em Maracaju, no campo de aviação, a menor I.P., 16 anos. Ele foi recolhido a cadeia pública pelo delegado Lutz Valentim da Silva.

PLÍNIO MARTINS

## “Os índios são donos da terra que ocupam”

Mais uma proposição de alto significado social foi apresentada pelo constituinte deputado Plínio Martins, PMDB/MS, à Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes, e Minorias. A sugestão apresentada por Plínio, para elaboração do projeto de Constituição se relaciona com a situação dos indígenas, e o seu artigo primeiro determina: “as terras ocupadas pelos índios passam a ser do seu domínio.

A União promoverá apoio social e econômico aos indígenas através de órgão de administração federal, com o intuito de preservar suas propriedades, instituições, costumes, saúde e sua própria identidade”.

Em outro artigo estabelece ainda

Plínio Martins: “são nulos e extintos os efeitos jurídicos dos atos de qualquer natureza que tenha como objetivo o domínio, a posse, o uso, a ocupação ou a concessão de terras ocupadas pelos índios ou das riquezas naturais do solo e sub-solo nela existentes”.

Defendeu o parlamentar sul-matogrossense essa proposição com a seguinte e brilhante justificativa: “entendemos que as terras ocupadas pelos índios devem passar para o seu próprio domínio, têm eles a tutela de órgão eficiente e que tratará de seus interesses. Não é justo que o originário possuidor do solo deste País fique sem áreas onde, respeitado, viva conforme suas tradições e costumes”.



As nações indígenas querem ocupar suas terras

## CIMI faz coleta de assinaturas

O CIMI – Conselho Indigenista Missionário, Regional-MS, está coletando em todo o Estado, as assinaturas de apoio à proposta de emenda popular ao projeto Constituinte, naquilo que dispõe sobre as nações indígenas. As entidades responsáveis por essas propostas são o próprio CIMI, a Associação Nacional de Apoio ao Índio – ANAI –, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos e a Operação Anchieta – OPAN.

A proposta formulada em 16 artigos, que trata inicialmente da questão da cidadania dos índios do Brasil. Aí é defendido o direito público interno das nações indígenas de serem sociedades, comunidades ou grupos étnicos distintos, em virtude de sua continuidade histórica com sociedades pré-colombianas.

Os demais artigos tratam da preservação do meio-ambiente, do patrimônio cultural e das garantias aos direitos indígenas dentro ao direito brasileiro.

As assinaturas de apoio poderão ser feitas nas missas e nas secretarias das Paróquias. Nas escolas de 2.º grau busca-se o apoio de grêmios e centros cívicos para uma coleta geral de assinaturas, a ser feita no dia 17 próximo. Também se estuda a possibilidade de manutenção de postos fixos nos centros das cidades que possuem altos índices de população indígena, como é o caso de Dourados.

Voluntários e simpatizantes que podem buscar assinaturas junto à sua vizinhança, ou locais de trabalho, podem procurar a Regional do CIMI, pelo telefone 421-6430.

## Indígenas apóiam os novos planos: Funai

Os índios das tribos Guarani, Kaiuá, Terena e Kadiwéu, apóiam os planos de descentralização administrativa da Funai e, também o novo presidente do órgão, Romero Jucá Filho. O apoio está contido em documento que os representantes daquelas comunidades indígenas entregaram à Romero Jucá, em Brasília, onde reconhecem que a determinação do ministro Ronaldo Costa Couto em dinamizar a Funai dará nova dimensão ao órgão, "principalmente na solução de nossos problemas de terras". O documento adverte ainda que "o êxito da proposta descentralizadora está ligado principalmente à existência de recursos financeiros, necessários para dar continuidade às diversas etapas de assistência ao nosso meio", acrescentando que "não se deve

permitir qualquer interrupção nesta reforma administrativa, que se reverter provocará reações indígenas que não podemos prever".

Os representantes dos Guarani, Kadiwéu, Terena e Kaiuás lembram também, que estão confinados em reservas pequenas para suas necessidades e solicitam sua inclusão nos planos de Reforma Agrária que serão efetivados em Mato Grosso do Sul, "medida que se refletirá no esmaecimento dos atuais conflitos de terra entre índios e brancos". E pedem uma suplementação orçamentária no valor de 500 mil cruzados para a 9.ª Delegacia Regional (Campo Grande), "para fortalecer os projetos de desenvolvimento comunitários de agricultura".



O início do plantio do trigo já começam em algumas áreas.

# Índios são despejados de fazenda (de novo)



Os índios caiúás foram retirados da fazenda e levados para o Posto Indígena. (Foto de Hilaris Paulus)

A Polícia Militar de Dourados realizou na manhã do último dia 13, uma ação de reintegração de posse na fazenda São Miguel Arcanjo, de propriedade de Miguel Subtil de Oliveira, distrito de Vila Juty, município de Caarapó, despejando cerca de 100 indígenas da tribo caiúás que estavam na área desde o dia 17 de fevereiro passado. Essa foi a segunda vez que a PM de Dourados foi chamada para retirar da fazenda São Miguel, os indígenas. A primeira ocorreu no final de novembro do ano passado. O capitão Navega, que comandou a operação de despejo disse que não houve nenhum problema de reação por parte dos caiúás. Já o advogado, Jorge Ney Correa Rodrigues (assessor do CIMI), a ação do juiz de Caarapó, Paulo Afonso de Almeida foi "ilegal" porque, segundo ele, a decisão da posse da terra está nas mãos do Tribunal de Justiça do Estado. Informou, também, que vai entrar com mandado de segurança junto ao Tribunal Superior de Recursos.

PÁGINA 3.

## Fernando Jorge, disse que não há política na comunidade indígena

DEL

ander Verão

o pesquisa  
idade, cer  
a referida  
audiência,  
da.  
fores es  
ferentes  
o que  
ansar e  
otas

está

prá

ati

vai

er



Fernando Jorge, no centro, disse que não há interferência política na reserva

Compareceram ontem à tarde em nossa redação, os índios Jorge Paredes, Fernando Jorge e Bernardo Jorge, quando o candidato da Chapa Verde, ou seja, da oposição, negou que exista interferência política na reivindicação da comunidade indígena de Dourados, acrescentando, que a comunidade está em entendimento e já foram realizadas diversas reuniões, com o intuito de chegar a uma conclusão que seja benéfica para todos.

Fernando Jorge formalizou ainda, um pedido geral aos habitantes da Reserva Indígena de Dourados, para que voltem para suas casas, e aos estudantes, Jorge pediu ainda, que voltem às aulas, pois tudo será resolvido da melhor maneira para todos, e garantiu que os últimos acontecimentos não vão se refletir negativamente para o futuro do Posto Indígena, para tanto, os integrantes das duas chapas que concorrem nas eleições para a escolha do novo cacique, estão agilizando a realização de diversas reuniões com esse intuito.

Fernando Jorge disse ainda, que "vamos continuar trabalhando de mãos dadas e que não adianta vingança, porque o necessário é lutar de cabeça erguida, buscando sempre a solução dos problemas, de uma maneira que toda a comunidade possa participar. Para isso, será realizada no próximo dia 12 de setembro na Capital do Estado, uma reunião para a definição do novo comandante da Reserva, pessoa esta, que será escolhida por todos, não somente por nós, mas pelos participantes das duas chapas, frisou ele.

### VISITA NEGADA

O candidato principal da Chapa Verde, Fernando Jorge, disse também, que ontem esteve no Hospital Evangélico, para visitar o candidato da situação, Ramão Machado da Silva, que se encontra hospitalizado, mas a direção do Hospital não permitiu a visita. Ele fez questão de dizer que "não existe vingança — todos somos iguais, prova disso é que minha Chapa é composta por 5 guaranês, 5 caiuas e 5 terenas, todos estão participando, concluiu Jorge.

## Dia do Estudante comemorado pelos alunos da Escola Capilé



Os Estudantes da Escola Estadual de 1.º Grau, Antonia da Silveira Capilé, comemoraram o "Dia do

Estudante", realizando uma feira de trabalhos feitos com ar-

# Égua entre os índios, mas PM continua na Reserva

Após dois dias agitados na Reserva Indígena de Dourados, os representantes das Chapas Verde e Amarela, encabeçadas pelos caciques Fernando Jorge e Ramão Machado da Silva, respectivamente, resolveram fazer uma "trégua", em 3 horas de reunião na 4.ª Cia de PM, até que a situação volte a normalidade e que os componentes das Chapas carentes, possam sentar na mesa e discutirem a melhor forma para resolver o impasse surgido antontem, quando foram interrompidos os trabalhos de voltação.

A decisão somente foi tomada, após uma reunião secreta, levada a efeito na tarde de ontem, na sede da 4.ª Companhia Independente de Polícia Militar e que teve a participação, somente dos representantes da Chapa da Oposição, encabeçada por Fernando Jorge, já que os liderados pelo cacique Ramão Machado da Silva, que continua hospitalizado no Hospital Evangélico, já haviam aceitado este acordo proposto por membros das duas Chapas e que não teve a participação da Funai, nem dos policiais.

A conclusão de se unir em torno do estudo de diretrizes que possam servir de base, para que o problema seja solucionado dentro dos próximos trinta dias, partiu depois que o Capitão Antonio Eurico da Silva Filho, Comandante da 4.ª Companhia Independente de Polícia Militar, aceitou o pedido formulado pela Chapa Verde, solicitando que os policiais militares permaneçam na Reserva Indígena, para manter a segurança e tranquilidade de todos, juntamente com os agentes do Departamento de Polícia Federal, responsáveis pela segurança da Reserva.

## TRÉGUA FORMALIZADA

Na reunião de ontem a tarde, nas dependências da 4.ª Companhia Independente de Polícia Militar, participaram apenas os siltvicinas, sendo que os representantes da Fundação Nacional do Índio — FUNAI —, da Capital, do Estado especialmente o delegado da Nona Região, Carlos Amary, achou por bem, deixar que os índios discutissem sozinho o assunto, sem a presença de policiais, nem da Imprensa. Ao final decidiram pela tréga.

Até o dia 30 deste mês, os índios deverão resolver o melhor para a Aldeia, visto que no próximo dia 30 de agosto, os representantes das duas chapas, Verde e Amarela, oposição e situação, respectivamente, participarão de uma reunião na capital do Estado, da qual estará presente o delegado da Nona Região da Funai, Carlos Amary, quando então, eles decidirão pela formação de um Conselho, composto pelos índios: terena, guarani e caiaá, que por sua vez, será o responsável pela escolha do novo cacique da Reserva, sem no entanto, passar por interferência da Fundação Nacional do Índio.

## BRAUM DESIGNADO PARA AMAMBAI

Nesse intervalo, até que o Capitão Ramão Machado da Silva, se recupere, para também discutir o assunto, com os demais companheiros e integrantes da Chapa Verde, que faz oposição, a Funai de Campo Grande decidiu deixar como Chefe Interino do Posto Indígena, o sr. Hélio, que veio de outra região, enquanto o ex-chefe do Posto, Vandinho Bravin, foi designado para ocupar o cargo do Chefe do Posto de Amambai, sendo que o mesmo, solicitou que fosse transferido para alguma região de São Paulo.



Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados-MS, 30 de setembro de 2007.

LÉLIO LOUREIRO DA SILVA